

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

Programa de Pós-graduação em Psicologia do Desenvolvimento e
Aprendizagem

FÁBIO DIAS DA SILVA

O SANTO GRAAL CONTEMPORÂNEO - REFLEXÕES ACERCA DO
FUNCIONAMENTO ADICTO NA ATUALIDADE

BAURU – SP

2019

FÁBIO DIAS DA SILVA

O SANTO GRAAL CONTEMPORÂNEO - REFLEXÕES ACERCA DO
FUNCIONAMENTO ADICTO NA ATUALIDADE

Dissertação apresentada como requisito à obtenção do título de Mestre à Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Programa de Pós-graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem, linha de pesquisa “Desenvolvimento: Comportamento e Saúde”, sob a orientação do Prof. Dr. Érico Bruno Viana Campos.

BAURU – SP

2019

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE FÁBIO DIAS DA SILVA, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM, DA FACULDADE DE CIÊNCIAS - CÂMPUS DE BAURU.

Aos 03 dias do mês de setembro do ano de 2019, às 09:00 horas, no(a) Sala 2 do Prédio da Pós-graduação da Faculdade de Ciências, reuniu-se a Comissão Examinadora da Defesa Pública, composta pelos seguintes membros: Prof. Dr. ERICO BRUNO VIANA CAMPOS - Orientador(a) do(a) Departamento de Psicologia / UNESP-FC/Bauru, Prof. Dr. CESAR DONIZETI PEREIRA LEITE do(a) Departamento de Educação / UNESP - Instituto de Biociências de Rio Claro - SP, Prof. Dr. EDSON OLIVARI DE CASTRO do(a) Depto. de Psicologia / FC/Bauru - Unesp, sob a presidência do primeiro, a fim de proceder a arguição pública da DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de FÁBIO DIAS DA SILVA, intitulada **O SANTO GRAAL CONTEMPORÂNEO - Reflexões Acerca do Funcionamento Adicto na Atualidade**. Após a exposição, o discente foi arguido oralmente pelos membros da Comissão Examinadora, tendo recebido o conceito final: Aprovado. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelos membros da Comissão Examinadora.

Prof. Dr. ERICO BRUNO VIANA CAMPOS

Prof. Dr. CESAR DONIZETI PEREIRA LEITE

Prof. Dr. EDSON OLIVARI DE CASTRO

S586s	Silva, Fabio Dias da O Santo Graal contemporâneo : Reflexões acerca do funcionamento adicto na atualidade / Fabio Dias da Silva. -- Bauru, 2019 122 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências, Bauru Orientador: Érico Bruno Viana Campos 1. Psicologia. 2. Psicanálise. I. Título.
-------	---

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências, Bauru. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

AGRADECIMENTOS

À minha família.

Aos meus professores.

Ao meu Orientador, Prof. Dr. Érico Bruno Viana Campos

In memoriam, Jefferson Lima

Este trabalho é dedicado, *in memoriam*, à Bruna Dias da Silva – minha amada
irmã caçula.

SILVA, F. D. Reflexões acerca do funcionamento adicto na atualidade. 2019. 122 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências, Bauru, 2019.

RESUMO

O ensaio em questão utiliza o mito do Santo Graal como fio narrativo para estabelecer uma comparação do funcionamento adicto com o funcionamento do consumidor – segundo os imperativos da sociedade contemporânea. Analisamos a droga enquanto objeto no decorrer da história da humanidade e nos propomos a pensar na relação de objeto estabelecida através do consumo na atualidade, balizados por referenciais da psicanálise.

Palavras-chave: Adicção; contemporaneidade; Santo Graal; psicanálise.

SILVA, F. D. **The Contemporary Holy Grail – Reflections on the nowadays addict functioning.** 2019. 122 f. Dissertation (Master in Psychology) – São Paulo State University (UNESP), School of Sciences, Bauru, 2019.

ABSTRACT

The essay in question uses the Holy Grail myth as a narrative thread to make a comparison of addictive functioning with consumer functioning - according to the imperatives of contemporary society. We analyze the drug as an object throughout the history of humanity and propose to think about the object relation established through consumption today, based on references of psychoanalysis.

Keywords: Addiction; contemporaneity; Holy Grail; psychoanalysis.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPITULO I – O REI ARTHUR E O SANTO GRAAL – A VIA MITOLÓGICA	22
CAPITULO II – SIR LANCELOT – A VIA HISTÓRICA E POLITICA	36
CAPÍTULO III – SIR BORS – A VIA PSICOPATOLÓGICA PSIQUIÁTRICA.....	63
Eixo I: O desenvolvimento da delimitação psiquiátrica da adicção.	67
Eixo II: um sobrevoo sobre a questão da adicção para a psicanalise.	80
CAPÍTULO IV – SIR GALAHAD – A VIA SÓCIO-CULTURAL E ECONÔMICA	87
CAPÍTULO V – SIR PERSIVAL – O CAMINHO DO MEIO.....	103
Considerações Finais	113
BIBLIOGRAFIA.....	118

INTRODUÇÃO

Nosso ponto de partida para tecer a linha narrativa para este ensaio veio a partir de um filme, lembrando que uma obra cinematográfica é arte e como tal tem a potência da leitura artística da realidade através da fantasia encenada. Então a partir do filme de Steven Spielberg, “O Jogador Número 1” (2018), nos permitimos esse devaneio associativo, próprio do espectador, que nos lançou a refletir sobre o tema desse trabalho, a adicção, numa perspectiva ampla que é necessária para estabelecer seu foco sobre essa problemática.

No filme o ano é 2044, o mundo está mergulhado em uma grave crise econômica e social. Em meio a essa desilusão de um mundo melhor, a maior parte da população se mantém, boa parte do tempo conectada a um jogo de realidade virtual chamado Oasis, desenvolvido pela empresa Gregarious Simulation Systems (GSS), que dá ao usuário infinitas possibilidades com seus diversos mundos simulados em que se pode jogar e ser qualquer coisa.

Ao morrer, seu criador James Halliday deixa um vídeo que anuncia uma caça ao tesouro dentro do Oasis, três pistas que levarão a três chaves que, conseqüentemente, darão acesso ao maior de todos os prêmios: uma fortuna incalculável, o controle criativo e acionário da GSS a maior empresa desse mundo fictício.

O filme começa 5 anos após o início da caça ao *Easter egg* de Halliday (como é chamado), mas até o momento ninguém conseguiu encontrar nem mesmo a primeira das três chaves. Nosso herói, Wade Watts, conhecido no Oasis sob o pseudônimo de Parzival, dedica-se a estudar cada uma das camadas deste mundo virtual e da vida de Halliday na busca pelo prêmio, enquanto a maior corporação de tecnologia do mundo, a IOI, utiliza-se de um verdadeiro exército de pessoas conectadas para tentar chegar primeiro ao prêmio, assumir o comando da GSS e explorar o Oasis de forma predatória.

O elemento mais impactante ao lado dos efeitos visuais deslumbrantes de O Jogador Número 1 é a grandiosa mise-en-scène, um êxtase de imersão nostálgica e emotiva, uma viagem no tempo do espectador que viveu os anos oitenta e/ou fã da cultura pop. Na corrida, a apoteose do primeiro ato, temos o

DeLorean de “De volta para o futuro” (1985), a Van de “Esquadrão Classe A” (seriado 1983), a moto de anime “Akira” (1988), King Kong no topo do Empire State como no filme clássico, o T-Rex de “Jurassic Park” e infinitas referências. Na trilha sonora somos bombardeados pela musicalidade oitentista, ouvimos Bee Gees, Tears For Fears, A-ha, Joan Jett e Van Halen.

O diretor Spielberg, indiscutivelmente, quebra o recorde de referências em um único filme, envolvendo os fãs de games, animes e da cultura pop oitentista, quadro a quadro. Com uma estrutura sutil, o roteiro foi escrito por Spielberg e Ernest Cline, autor do livro homônimo, o cinema de Spielberg volta com força, trazendo o melhor do diretor, e unindo o universo cinematográfico ao mundo dos games e ao universo tecnológico. Uma obra bem elaborada em seus efeitos visuais e conceito, com direito a muita ação, valores éticos, amizade e um leve romance na medida certa.

Mas o que nos chamou a atenção não foram os efeitos deslumbrantes ou a overdose nostálgica, que arrebatou grande parte da audiência. Diferente dessa maioria, o que nos saltou os olhos foi o mito Arthuriano, da jornada em busca do objeto sagrado com o poder de salvar o mundo. Enquanto o grupo Monty Python criou uma genial caricatura aos moldes da sátira na obra “Em Busca do Cálice Sagrado” filmado em 1975, onde o rei e seus cavaleiros são escravos alienados que seguem as determinações sem questionar, numa busca que já começou fracassada, o filme pautado no mito Arthuriano retratava e criticava de forma soberba a sociedade naquele momento histórico. Esse mesmo elemento crítico encontramos no filme de Spielberg.

No filme “O Jogador Número 1” somos espectadores de um mundo sofrido e desigual, uma terra desolada, onde oásis é o mundo virtual Oasis. Nessa realidade os jogadores (ou deveríamos chamá-los de usuários?) vivem em um mundo espetacular e narcísico, onde todos estão apenas focados em consumir. O engodo que podemos observar nessa relação espetacular do virtual com o real no filme, podemos associar tal elemento narrativo com a passagem da dimensão psíquica para a social na contemporaneidade.

Retomando ao filme, nesse mundo temos Parzival, obstinado herói que tal qual o Sir Persival da Távola Redonda se engaja numa busca pelo objeto

sagrado que pode salvar o mundo, apontando para a questão da jornada do herói enquanto questionamento do status quo.

Nossa proposta, ao longo desse ensaio, é usar de forma alegórica o mito do Santo Graal para falar sobre o funcionamento adicto. Não nos propomos aqui a fazer uma adaptação ou interpretação pautada nas figuras arquetípicas presentes no mito e sua relação com a cultura contemporânea. Não. Miramos aqui apenas usar como um discreto pano de fundo para pensar e organizar o ensaio em questão, o mais importante, usar o Santo Graal enquanto metáfora para falar acerca do objeto do adicto, pois este possui diversas camadas, dessa forma, a via da metáfora nos possibilita enfrentar o desafio de falar sobre as muitas facetas que constituem o mesmo de uma forma diferenciada.

O que nos inspirou nesse percurso de abordar tal empreitada é que o conto Arthuriano da busca do Graal permeia muito mais da cultura humana do que podemos perceber à primeira vista. Olhando dessa forma devemos lembrar que:

A lenda do Graal tem origem *in illo tempore*, concomitante à história do povo celta, mesclando-se, nos primórdios da idade média, com as crenças cristãs. O Graal perdido decretou o aparecimento da Terra Devastada e, como simbologia, congregou-se à temática da fé cristã titubeante, que reclamava por um herói transformador. O povo Celta, submetido pelo invasor, pede um rei defensor e que promova o resgate de sua liberdade, concorrendo, acima de tudo, para preservação do seu jeito próprio de ser. [...]. Os elementos de composição da mítica do Graal provém das mais variadas fontes, formando um imensurável holograma e caráter religioso multicultural, repleto de simbologia, que aponta para tantos caminhos quantos forem os que buscarem o Cálice Sagrado. (ALVARENGA, 2008, p.12).

O tema da busca é dominante da maioria das histórias sobre a jornada do herói (CAMPBELL, 2005). Esses mitos adotam, entretanto, os elementos básicos da mitologia universal, visto que as encontramos como um símbolo recorrente em vários âmbitos culturais. Para os gregos, por exemplo, dentro dos Mistérios órficos, havia um recipiente em que se cozinhava a alma do mundo, de tal forma que, quando dela se bebia, a alma era arrastada para um novo corpo. Entre os celtas, o *Caldeirão da Abundância* possuía propriedades semelhantes, além disso, em seu Inferno, chamado *Anwnn*, havia um recipiente em que os mortos mergulhavam a cabeça para recuperar a vida.

Como se pode observar, a ideia subjacente é a de um objeto transformador capaz de sobrepujar a impotência humana, de perpetuar a existência. De fato, nos mistérios de Elêusis, novamente na Grécia, a ideia desse recipiente mágico foi incorporada como uma fase no processo de iniciação. O caldeirão continha a bebida sagrada e, ao bebê-la, entrava-se em transe, que era vivenciado como a passagem do neófito para o outro mundo, de um plano de existência em que a alma era separada de sua essência para outra esfera superior, considerada, então, edênica, em que encontrava sua plenitude. Esse rito comportava, assim, a busca pelo conhecimento e pela verdade transformadora.

Temos nesse mito diversas questões que esbarram com concepções psicanalíticas imprescindíveis para discutir o tema da adicção. O fragmento do mito que aborda a perda desse objeto sagrado e, decorrente a isso, a instauração da Terra Devastada, é um dos aspectos primordiais presentes em tantas culturas que corresponde a uma faceta da constituição do sujeito teorizada por Freud. Na nossa concepção, nessa pesquisa a tal Terra Devastada corresponde ao Mal-estar na sociedade, enquanto a busca pelo Santo Graal é o movimento empreendido pelo adicto na busca de seu objeto fetiche. Essa é a síntese que norteia a pesquisa na jornada para dissertar sobre o tema da adicção.

De forma mais objetiva, essa pesquisa está caracterizada dentro dos moldes de um ensaio teórico em psicanálise em uma articulação entre clínica e cultura. A psicanálise é uma teoria, um método de investigação e tratamento. Consiste essencialmente em evidenciar o significado inconsciente, seja com objetivo psicoterapêutico – baseado na investigação das produções do paciente (sonhos, fantasias, delírios e todo o discurso do sujeito) – ou no âmbito de crítica e análise da cultura, pois, segundo Laplanche e Pontalis (2004, p. 384): “a interpretação psicanalítica pode estender-se a produções humanas”.

É na perspectiva de uma *psicanálise em extensão* que se fundamenta a estrutura dessa pesquisa. Segundo Debieux (2004) a psicanálise extrapola os “muros” da clínica e se estabelece como um saber em extensão que corresponde a uma abordagem pautada na ética e concepções psicanalíticas que possibilita problematizar e compreender não só o sujeito, mas também os fenômenos

sociais e políticos que atravessam o humano. Desta forma a psicanálise não é apenas um território para o tratamento, ela é também um campo do saber que possibilita compreender o humano e suas produções, pela força da escuta flutuante.

Apesar da ênfase dada à Psicanálise como teoria e técnica de tratamento, Freud faz uso recorrente da análise de fenômenos coletivos para compreender processos individuais, além de afirmar textualmente que a psicologia individual é, ao mesmo tempo, social. Ressaltem-se os seus estudos sobre neurose obsessiva e as relações que estabelece com a religião e os vários textos de sua obra ditos sociais (DEBIEUX, 2004, p. 332).

Assim, reconhecendo as potências e também as limitações, é preciso, portanto, definir de início que, a rigor, a psicanálise não pode fornecer uma explicação da “adição”, mas em contrapartida, a potência da teoria analítica permite abordar realidades singulares atravessadas pela lógica da adição e permeadas pelos imperativos da contemporaneidade, possibilitando, assim, uma pesquisa aprofundada acerca do problema levantado, do fenômeno aditivo na atualidade, na qual o fetiche pela mercadoria se confunde com a relação com o objeto fetiche perverso.

Nesse sentido, percorremos os textos de Freud, comentadores e autores da psicanálise e das ciências humanas que propiciam uma crítica da contemporaneidade para, no interior da trama dos conceitos psicanalíticos, buscar compreender esse campo de sentido que se cria ao pensarmos o sujeito e sua relação com a adição na contemporaneidade.

O ensaio consistirá numa pesquisa bibliográfica de natureza teórica e qualitativa, tendo como base a hermenêutica psicanalítica, aos moldes do que nos foi ensinado por Campos e Coelho Jr (2010, p. 251):

A compreensão, portanto, deve ser entendida na e pela historicidade. Seu caráter é dialógico no sentido de que o processo de fusão de horizontes obedece a uma lógica de perguntas e respostas endereçadas do intérprete ao texto e vice-versa. O texto é entendido como um substrato que é atualizado na compreensão, o que implica uma concepção de interpretação como criação e coautoria. É preciso deixar-se contrariar e transformar pelo texto, ao mesmo tempo em que sua tradição é atualizada.

A potência presente na psicanálise enquanto ferramenta para uma leitura da cultura se torna imprescindível para analisar o problema levantado, já que

estes fatores – adicção e contemporaneidade – são tão imbricados na atualidade.

Objetivamos então caracterizar e discutir o funcionamento adictivo na atualidade a partir do paradigma da sociedade narcísica e de consumo, pautada na dinâmica dos discursos radicais de Lacan em correlação com o discurso capitalista. Além disso, distinguir a construção histórico-cultural-política do uso de droga psicoativa em sua definição terminológico-conceitual e codificação moral, dessa forma pretendemos definir e problematizar a escalada do Santo Graal contemporâneo enquanto alegoria para o objeto com características do fetiche da mercadoria na cultura narcísica da atualidade. Desenvolvendo assim a hipótese de que o aumento do funcionamento adicto entre a população na contemporaneidade reflete o modo narcísico e consumista dos discursos vigentes na cultura atual.

Ao falarmos de uma interpretação da sociedade pelo arcabouço psicanalítico, devemos lembrar que segundo Freud a civilização é definida como tudo aquilo que difere o homem da vida animal, que o afasta de sua natureza. Assim, a civilização englobaria tanto o controle da Natureza pelo homem e o conjunto de regulamentos que regem os relacionamentos humanos. Em o “O Mal estar da Civilização” (1930/2006) o autor discute que a civilização produz um mal-estar nos seres humanos, visto que existe um antagonismo intransponível entre as exigências da pulsão e as da cultura. Assim, para o bem da sociedade o indivíduo é sacrificado: para que a civilização possa se desenvolver o homem tem que pagar o preço da renúncia da satisfação pulsional.

Nessa perspectiva todo indivíduo é inimigo da civilização, já que em todos existem tendências destrutivas, anti-sociais e anti-culturais. A civilização, portanto, trava uma luta constante contra a pessoa isolada e sua liberdade, substituindo o poder do indivíduo pelo poder da comunidade.

Em “O futuro de uma ilusão” (1927/2006), Freud aponta que uma das funções da religião é ser um elemento conservador da sociedade humana, pois, em toda religião existe uma raiz de defesa do indivíduo contra o estado de desamparo infantil que persiste até a vida adulta. A religião, assim, responderia ao anseio por um pai poderoso que oferece segurança, proteção – poupando-

nos de uma neurose individual ao preço de deixar-nos num estado de infantilismo psicológico submetidos ao que se caracteriza como um delírio de massa. Esse tipo de controle existe para que o sujeito possa viver em sociedade, se a religião fosse extinta inevitavelmente o homem criaria outro sistema de doutrinas com as mesmas características para se estruturar e organizar sua vida social e suas defesas psíquicas.

Dessa forma, a civilização tem como tarefa evitar o sofrimento e oferecer segurança, colocando o prazer em segundo plano, pois, em função do fato da satisfação pulsional ser sempre parcial, as possibilidades de felicidade tornam-se restritas. Para Freud o sofrimento humano provém de três fatores principais: 1- corpo; 2- mundo externo e 3- relacionamentos. Concomitante a isso, nas sociedades existem modelos de funcionamento para lidar com esses três aspectos, evitar o sofrimento e buscar felicidade (mesmo que parcialmente).

Entre métodos de buscar felicidade e evitar do sofrimento, presentes nas sociedades, podemos citar: o uso de drogas, a sublimação, o trabalho, as fantasias, o remodelamento delirante da realidade, o amor e a enfermidade neurótica – já que sintomas são satisfações substitutivas para desejos não realizados. Dentre esses métodos, Freud destaca a sublimação como método com diferentes qualidades metapsicológicas, embora não seja acessível a todas as pessoas e falhe quando a fonte de sofrimento provém do próprio corpo. Para ele a sublimação é fundamental para o desenvolvimento cultural, é o que torna possível as atividades psíquicas superiores.

Freud, ao longo de toda sua obra, recorre à noção de sublimação para tentar explicar, de um ponto de vista econômico e dinâmico, certos tipos de atividades alimentadas por um desejo que não visa, de forma manifesta, um objeto sexual: por exemplo a criação artística, a investigação intelectual e, em geral, atividades a que de uma dada sociedade confere grande valor. É numa transformação das pulsões sexuais que Freud procura a causa última desses comportamentos. “A pulsão sexual põe à disposição do trabalho cultural quantidades de força extraordinariamente grandes e isto graças à particularidade, especialmente acentuada nela, de poder deslocar a sua meta sem perder, quanto ao essencial, a sua intensidade. Chama-se a esta capacidade de trocar a meta sexual ordinária por outra meta, que já não é sexual mas que psiquicamente se aparenta com ela, capacidade de sublimação. (LAPLANCHE, 2004, p. 495).

Nessa perspectiva, Freud enfatiza o amor como um dos fundamentos da sociedade, mas também aponta que a relação do amor com a civilização é

ambígua: por um lado se coloca em oposição aos interesses da sociedade e por outro, a civilização o ameaça com suas restrições às satisfações pulsionais.

É importante salientar os três aspectos fundamentais que estão atreladas à noção de civilização: a angústia, agressividade e o sentimento de culpa. Em seu texto *Mais Além Do Princípio Do Prazer* de 1920, Freud (1920/2006) afirma a existência da pulsão de morte. Descreve essa pulsão como apresentando um caráter conservador e uma tendência à repetição, que busca reconduzir o indivíduo a seu estado inorgânico.

Para aquém da dinâmica da repressão dos impulsos, a pulsão de morte se constitui como outra fonte mais radical de sofrimento e dificuldade para a vida social: um impulso primitivo destrutivo, que se manifesta sob a forma de agressividade dirigida a todos aqueles que frustram nossos desejos e ameaçam nossa integridade egóica, ou seja, nosso narcisismo.

A pulsão de morte seria um grande impedimento para civilização se as mesmas não encontrassem limites: as normas sociais são pautadas para estabelecer tais limites e balizas. Freud afirma que quando a agressividade não pode ser externalizada ela é introjetada, sendo dirigida ao próprio Eu, culminando no sentimento de culpa. É a partir do conceito de SuperEu¹ que o autor passa a desenvolver o conceito de culpa como aspecto central da relação do indivíduo com a sociedade.

O sentimento de culpa é definido como sendo a tensão entre o Eu e o Supereu, estabelecendo uma necessidade de punição – para uma estreita relação entre a civilização e o sentimento de culpa. A civilização só alcança o objetivo de manter os seres humanos ligados através de um crescente fortalecimento da culpa, desenvolvendo um Supereu cuja influência produz a evolução cultural.

Pautados nisso, ao olharmos a clínica contemporânea percebemos que as formas de sofrimentos estão contaminadas pela pressão de ideais de consumo ou constituídas sob a égide desses ideais, sendo assim, as compulsões, as patologias do agir e as experiências de vazio estão cada vez

¹ Instância psíquica que dentre suas características corresponde a parte moral da psique, além de englobar os representantes dos valores da sociedade.

mais presentes. A promessa de completude presente nos valores atuais da cultura marca a contemporaneidade e lança o sujeito no perene consumo de objetos. Tal funcionamento, obsessivo e compulsivo de buscar em um objeto o gozo, é a síntese do adicto. No decorrer desse trabalho definiremos mais a fundo o que é o adicto.

Continuando, nessa tentativa de esquivar-se do sofrimento se estabelece uma lógica adicta, que por definição está ligada a um ou diversos vícios, tais como: internet, drogas, comida, jogos, dentre outros. Na contemporaneidade, as práticas da sociedade se encontram ancoradas em diversas facetas, a saber: exacerbação da valorização da imagem, propagação do individualismo e do consumismo, espetacularização da vida e a cultura do narcisismo. Tais facetas iremos abordar mais adiante.

Considerando que a constituição da subjetividade possui enlaçamento com a cultura podemos pensar que atualmente nessa cultura narcísica o sujeito encontra-se na Terra Devastada, pois, a cada propaganda, a cada gracejo do marketing, o mesmo tem jogado em sua cara que sua incompletude (e dessa forma o seu sofrimento) se deve apenas ao fato de que não possui um objeto de uma completude possível. Esse engodo (de possibilidade de completude) delineia o imperativo do mundo contemporâneo: de gozar da ausência do mal-estar. Dessa forma o sujeito se sente desamparado, pois se vê sofrendo em um mundo que é “possível” não sofrer, e se obriga a buscar completar o que não pode ser completado.

Essa Terra Devastada da atualidade é marcada pela cultura hedonista e imediatista, pautada no imperativo do consumo e na efemeridade dos objetos: todo e qualquer objeto se torna extremamente desejado e rapidamente fica obsoleto e descartável. Essa também é uma sociedade narcísica, pois hipervaloriza a imagem e a aparência: na atualidade se impõe a transformação do indivíduo através do consumo do objeto, e assim, muitas vezes tornando patológica a relação com o mesmo. Nessa perspectiva, despida dos filtros mitológicos culturais, as adicções ganham relevância e exigem dos profissionais do campo de saúde mental produções acadêmicas para maior compreensão e cuidado desses fenômenos psicopatológicos. Para tanto, abordaremos as questões culturais da atualidade em seu devido tempo.

Nesse ponto nos debruçamos para pensar o funcionamento adictivo e nos questionamos se esse movimento se configura como uma das formas de subjetivação ofertadas na atualidade e, sendo assim, se podemos questionar que: o modelo de constituição dentro de uma sociedade marcada pelo consumismo tende a produzir sujeitos adictos não estando necessariamente inscritos em uma estrutura perversa?

Tal questão acerca da adicção, que é muito ampla, traz à tona uma problemática muito delicada ainda em nossos dias: a droga. O objeto droga é estigmatizado e carregado de questões fisiológicas, sociológicas, psicológicas, médicas e, principalmente, morais. Porém, é um objeto que carrega a idealização do sagrado enquanto objeto de transformação. Por conter tantos predicados e camadas, a droga se estabelece como um objeto paradigmático para a metáfora do Santo Graal que estamos delineando. Refletir e revisar o histórico do objeto droga pode nos possibilitar pensar sobre o objeto do adicto, dessa forma poderemos desdobrar o pensamento dentro da alegoria do Santo Graal para lançar um olhar para textos que não falavam especificamente da adicção e sim da relação do sujeito e o consumo de objetos.

Em termos mais propriamente psicanalíticos, o objeto fetiche é o que possibilita esquivar da máxima da castração, um semblante – termo que aprofundaremos próximo da conclusão desse ensaio, mas podemos adiantar que se refere a uma imagem para se iludir de que a completude é possível. Com Lacan, ao devido tempo, formalizaremos essa questão e sua relação com o discurso. No mito arthuriano o Santo Graal é semblante do perdão Divino e da Salvação, se constituindo como objeto Sagrado a ser buscado a todo custo, um fetiche sagrado.

A adicção, seja ela por drogas ou qualquer outro objeto, condena o sujeito a um sofrimento lancinante e, em muitos casos, o priva de escolhas autônomas. Frente a isso, toda a pesquisa que possa contribuir para refletir sobre estas questões se mostra pertinente. Desde 2001, o Relatório Mundial da Saúde – Saúde Mental: Nova Conceção, Nova Esperança (OMS, 2001) – indicou diversas recomendações básicas para ações na área de saúde mental/álcool e drogas para lidar com esta problemática, dentre elas está o incentivo e apoio a pesquisas sobre o tema.

Abordamos aqui a adicção na sua faceta correspondente à problemática Álcool e outras Drogas, denominada toxicomania – devemos salientar, antes de mais nada, que a toxicomania é a faceta da adicção relacionada ao uso de substâncias psicoativas, a adicção também pode ter como objeto de sua obsessão e compulsão qualquer tipo de objeto. Mas pensando que a mesma pode nos balizar para pensar os impactos que a adicção pode gerar à saúde mental dos indivíduos. Sendo assim nos propomos a explorar, sob a perspectiva histórica, sociológica e psicanalítica, essa questão tão atrelada aos territórios psíquicos e contextos sociais.

Ao examinar o funcionamento adicto, torna-se crucial compreender os impactos sociais e subjetivos, além das balizas paradigmáticas por vezes estereotipadas que norteiam esse assunto. Seguimos, então, um percurso que se coloca a nossa frente e exige um olhar sobre a situação das substâncias psicoativas enquanto objeto e como tal objeto se constitui num Santo Graal dentro da história da humanidade.

A partir dessa lógica poderemos pensar se as mercadorias podem, dentro da sociedade contemporânea, ser moldadas para se apresentarem também como um Santo Graal e, dessa forma, afetando os modos de subjetivação.

A adicção dentro da psicanálise frequentemente é associada à estrutura perversa. Pretende-se aqui explorar a adicção a partir de autores clássicos e dos autores contemporâneos, tanto da psicanálise quanto de outras áreas do estudo da atualidade, para apresentar e discutir o embricamento das questões Psicanalíticas/Psiquiátricas/Farmacológicas que abrange o tema em questão nos permitindo uma abordagem diferenciada e relevante, principalmente considerando fatores da atualidade que são balizadas pelo funcionamento narcísico e consumista.

Nessa pesquisa buscamos nos centrar no mecanismo das adicções e não em seus objetos específicos (drogas, jogo, consumo etc.), e nos orientamos predominantemente pelas relações de objeto como modelo explicativo, para assim, dar base para refletir se a adicção pode se descolar do funcionamento da estrutura perversa para se tornar núcleo de um laço social perverso.

Para organizarmos todo esse escopo que nos desafiamos traçar, usaremos de nossa metáfora mor para desenvolver nossos capítulos: A Busca

pelo Santo Graal. Tal qual foram os Cavaleiros da Távola Redonda, que partiram em busca do Santo Graal, cada um iniciando sua busca por um horizonte diferente de seus irmãos de espada, aqui organizaremos o desenvolvimento dos nossos capítulos inspirados nas ordens do Rei Arthur à seus cavaleiros, sendo assim, cada capítulo abordará um horizonte da esfera da adicção, para ao final, balizados por todos, tecer nossa conclusão.

Nosso primeiro capítulo será dedicado ao Rei Arthur, um lendário líder britânico que, de acordo com as histórias medievais e romances de cavalaria, liderou a defesa da Grã-Bretanha contra os invasores saxões no final do século V e no início do século VI. Os detalhes das histórias Arturianas são em sua maioria compostas por folclore e invenções literárias, e sua existência histórica é motivo de debate acadêmico entre os historiadores contemporâneos. O rei Arthur é a figura central do mito e um dos exemplos paradigmáticos da jornada do herói, dessa forma, abordaremos o desdobramento dos fatos históricos e como os mesmos foram adaptados dentro da cultura através dos séculos para transformar a mesma.

Continuaremos com Sir Lancelot, que é comumente apresentado como o maior campeão do Rei Arthur, cujo caso de amor com a rainha Genevere levou ao fim do reino de Arthur. Esse cavaleiro denominará o capítulo no qual iremos desbravar a história das drogas, tal qual o primeiro cavaleiro – que ora era o mais fiel cavaleiro, ora o maior traidor do reino: as drogas oscilam de objeto sagrado à objeto demonico no percurso da história da humanidade.

Dando continuidade ao percurso seguiremos com Sir Bors, ele é o destinado a levar as notícias da busca ao Rei Arthur, é ele que fala o que viu do momento derradeiro quando Galahad encontra o Graal, com suas palavras relata ao monarca e para toda a sua corte o fato. Além disso esse é o nome de dois cavaleiros da Távola Redonda, pai e filho que serviram o Rei Arthur: o pai, Sir Bors o velho, luta ao lado do Rei no início de seu reinado, enquanto o filho é figura importante no final. Dessa forma nesse capítulo discutiremos a delimitação psiquiátrica e a leitura psicanalítica da adicção.

Sir Galahad, nas versões mais recentes do mito, é quem encontra o Santo Graal, cavaleiro mais puro e, conseqüentemente, o único a poder sentar-se na Cadeira Perigosa da Távola Redonda, um assento que ficava sempre vazio, já

que só o escolhido poderia se sentar: descrito como figura ideal e santificada é considerado uma encarnação de Jesus na forma de cavaleiro em alguns contos. Esse cavaleiro será o representante do capítulo no qual questionaremos nossa sociedade e seus modelos ideais.

Finalizaremos com Sir Percival, mais complexo dos cavaleiros, a mãe o leva para viver na floresta longe da civilização. Quando adolescente Persival encontra com Cavaleiros da Távola Redonda, nessa aventura demonstrou que era digno pela maestria de suas aptidões com a espada e pelo seu caráter de ser um cavaleiro – o que dentro da cultura medieval é um feito homérico. Como cavaleiro da Távola Redonda tem grande importância na demanda do Graal. Nos contos mais antigos é ele quem encontra o Santo Graal. Com Sir Percival concluímos nossa jornada e apresentamos nossa conclusão desse ensaio.

CAPITULO I – O REI ARTHUR E O SANTO GRAAL – A VIA MITOLÓGICA

Ao estudarmos questões relevantes acerca do Rei Arthur² e sua corte, podemos constatar que as lendas arthurianas deixaram sua marca através dos séculos na literatura e em diversas outras manifestações artísticas, dessa forma se estabelecendo no imaginário coletivo, não só na Inglaterra mas praticamente no mundo todo.

Inicialmente uma figura da história bretã – um período complicado e com poucos registros e muitos mistérios –, Arthur foi catapultado de pivô de uma construção histórica do passado da Bretanha para, no decorrer dos séculos, se tornar um dos personagens favoritos da literatura de ficção.

Há menções históricas de Arthur que datam do início do século IX no *Historia Brittonum* e em meados do século X constam passagens significativas nos *Annales Cambriae* (LAMBDIN; LAMBDIN, 2009, p.2). E seu nome ganha mais força a partir de Geoffrey de Monmouth e Chrétien de Troyes no século XII. A consolidação de Arthur dentro da literatura se estabeleceu com a obra de Thomas Malory *Le Morte D'Arthur* no século XV, que certamente influenciou, quatro séculos mais tarde, o trabalho de outro expoente autor das obras arthurinas, o poeta Alfred Tennyson.

A partir do século XIX, após um período de pouca presença na literatura e outras manifestações artísticas do universo do Rei Arthur, surgiu o chamado *Medieval Revival* (CHANDLERS, 1970), que se constituía numa renovação de interesse na Idade Média. Pautado no fim do século XVIII e início do século XIX, dentro do movimento romântico na literatura inglesa, as sagas arthurianas e seus personagens foram resgatados por escritores, poetas, pintores e outros artistas, dentre eles o poeta Alfred Tennyson, já mencionado. Pelo intermédio das cores românticas, o mito arthuriano chega ao século XX com o rei e seus cavaleiros tendo os conteúdos de suas narrativas adaptados e transcritos em diversos tipos de mídias, como o cinema, a televisão e videogames, desta forma, são constituídas novas interpretações e adaptações revisionistas das antigas lendas.

² Na intenção de estabelecer uma uniformidade no texto, ao nos referirmos ao Rei Arthur a grafia será utilizada com o 'h', já que por vezes a grafia do nome é diferente segundo cada autor.

Ao analisarmos a figura do Rei Arthur através dos séculos (PUTTER, 2009), é possível constatar o grande impacto desse personagem e de suas lendas na literatura e produção artística desde o século IX até os dias de hoje. Mesmo tendo surgido há mais de mil anos, o mito arthuriano ainda toca o leitor, que século após século confere novas leituras às velhas histórias. A busca pelo Santo Graal e todo o ciclo arthuriano e seu desdobramento cultural teve continuidade em diversas manifestações artísticas e conquistou seu espaço na sétima arte. O cinema também contribuiu com o mito arthuriano ao adicionar novas camadas de significado que tornam esse imenso legado cultural ainda mais rico.

No cinema tivemos diversas obras cinematográficas que se baseiam no mito arthuriano, desde dramas musicais como o filme “Camelot” de 1967, até a sátira do grupo de comédia Monty Python “Em Busca do Cálice Sagrado”, de 1975, onde temos a jornada sendo usada como pano de fundo para uma crítica social, e até animações produzidas pela Disney como “A Lei era a Espada” de 1963. Além disso temos diversos outros filmes, sejam pautados em um recorte da história, como “Lancelot, o Primeiro Cavaleiro” de 1995 que focava no triângulo amoroso na corte, ou até mesmo inspirado na vertente histórica, como o Rei Arthur, de 2004. Ainda outra vertente é a adaptação de conceitos do ciclo arthuriano em outro tipo de universo, como o “O Primeiro Jogador”, de 2018, onde toda essa jornada está representada em um filme de ficção científica e os elementos mitológicos estão transfigurados em características do mundo dos jogos eletrônicos e da cultura pop, com uma referência clara à forma de relação dos jovens com o mundo virtual, numa crítica que se aproxima ao que iremos trabalhar nessa pesquisa.

Mas para conseguirmos fazer o deslocamento necessário de tal figura para a metáfora que pretendemos abordar nesse trabalho, é necessário inicialmente um olhar mais aprofundado sobre o Rei Arthur, para, além de exemplificar o desdobramento de uma figura no decorrer de séculos, podermos fazer a relação do mito da busca do Santo Graal com o funcionamento adicto na contemporaneidade.

O Rei Arthur é uma figura conhecida no mundo todo, estabelecido como um líder ou comandante britânico que teria liderado os bretões contra as invasões dos anglo-saxões entre o final do século V e início do século VI. A

pergunta mais comum é: O rei Arthur existiu ou é ficção? Independente da resposta, o mais importante nessa pesquisa é o desdobramento que essa figura sofreu no decorrer da história e o atravessamento de diferentes aspectos culturais.

Segundo Ronald Hutton (2009) existem algumas evidências que apontam para seja uma figura real. A primeira é justamente seu nome, que é resultado do encontro do latim romano com idiomas das Ilhas britânicas, como o galês e o irlandês. Em fontes documentais antigas, seu nome aparece grafado como Arthur ou em outras duas grafias: Arturos ou Arthurus. O nome Arthur é comprovadamente fruto do ambiente de aproximação da cultura latina com a cultura britânica, ou seja, no exato ambiente que os relatos colocam sua existência.

Lambdin (2000), aponta que o primeiro relato é a História *Brittonum*, uma coletânea de textos escritos por monges na primeira metade do século IX sobre a história oral e tradições dos povos britânicos. Na obra são relatadas diversas batalhas entre bretões e saxões, várias com participações decisivas de Arthur. Todas datadas no final do século V, algumas dessas batalhas foram referenciadas em outras fontes, outras não. Numa delas, na Batalha de Monte Badon, Arthur sozinho teria matado cerca de 900 saxões, além disso ele teria carregado a imagem de Maria nos ombros, ou no escuro - pela dificuldade na tradução de tais textos não se tem uma real noção do sentido original. Contudo, independente das dificuldades linguísticas, o que fica claro é que o Arthur real teria a aparência de um comandante romano da Alta Idade Média, o que corresponde com o contexto histórico e não a aparência de um cavaleiro de armadura completa que combate em justas no século XIV, como muitas vezes é representado na atualidade, devido à propagação dos contos reimaginados dos artistas e poetas do século XVI (CHANDLER, 1970).

Outra fonte que cita Arthur, segundo Hutton (2009, p.25) é a *Annales Cambriae* (Anais Galeses), que corresponde a uma compilação de documentos e textos organizados anualmente. Nessa obra é citada a batalha em que Arthur morreu, a batalha de Camlann, morto por Mordred também citado. Esses dois elementos sempre estão presentes em representações das crônicas arthurianas. Esse documento data do século X, mas a versão mais antiga que ainda existe é

datada do século XII. Isso parece um mero detalhe, mas é importante lembrarmos que as cópias de livros eram feitas por copistas à mão, dessa forma, palavras podem ser mal traduzidas e mal interpretadas, adicionadas, adaptadas pelo monge, causando diferentes versões de um texto e debates como da palavra 'escudo' em Gales. Uma espécie de telefone sem fio histórico - embora telefone com fio quase não exista atualmente - a cada nova versão são estabelecidas camadas que não podem ser mensuradas e nem descoladas do texto original hoje.

É necessário apontar que nesse período o trabalho de tradução literária era pautado na perspectiva de que o tradutor era um co-autor da obra em questão. Dessa forma tinha o direito de alterar o enredo, contexto e adicionar conteúdo de acordo com seus objetivos com tal tradução, tendo total liberdade de julgar o que lhe era conveniente. Segundo o poeta argentino Jorge Luis Borges (2000), ao longo de toda Idade Média as pessoas pensavam a tradução não em termos de uma versão literal, mas em termos de algo sendo recriado. Ou seja, um poeta tendo lido uma obra pode desenvolver essa obra a partir de si mesmo, de sua força e das possibilidades conhecidas de sua língua.

Dessa forma, percebemos que não são evidências muito sólidas ou fartas, e elas ainda possuem contradições e ausências de outras evidências. Um fato relevante é que o título de "Rei" não acompanhava o nome de Arthur dentro do contexto histórico. Na História *Brittonum* ele é citado como *Dux Bellorum*, termo em latim para comandante militar: *Dux* significa condutor e originou o título de Duque. Arthur é colocado como líder de guerreiros que lutavam ao lado dos Reis bretões, ou seja, talvez ele fosse só um general e não o Rei dos Bretões.

Além disso os dois documentos que são autênticos e citam Arthur são posteriores ao período em que Arthur realmente teria existido, nenhum documento escrito entre os anos 400 e 800 menciona Arthur. Também podemos apontar que documentos importantes do mesmo período não o citam: um deles do século VI na época da Batalha de Monte Badon, descreve o combate sem citar Arthur, outros documentos posteriores que o citam foram comprovadamente forjados ou contém aspectos fantásticos.

Mesmo nas versões que contém elementos exagerados e/ou fantásticos, várias figuras históricas que seriam contemporâneas de Arthur possuem

evidências mais sólidas de sua existência, denotando que a presença de Arthur nesses textos corresponderia a enxertos acrescentados ao texto original assim como os elementos fantásticos. Dessa forma, é uma dúvida se Arthur, enquanto figura histórica realmente existiu, pois não existe nenhuma evidência arqueológica de Arthur. Mas é garantido que não houve um rei bretão com esse nome.

Existe explicação para tamanha dúvida, o momento histórico no qual Arthur teria vivido é caracterizado por ser um período ao mesmo tempo muito rico e muito confuso da história das ilhas britânicas. A região que compreende os atuais países de Gales e a Inglaterra, onde habitavam bretões e celtas foi dominado pelos Romanos até o ano de 410. Logo depois da saída dos romanos os invasores anglo-saxônicos chegaram na ilha. Em um pequeno período de tempo temos uma junção de povos e culturas disputando o espaço geograficamente pequeno e com escassas fontes para a sobrevivência.

Por volta do século IV na ilha da Grã-Bretanha existiu a chamada heptarquia (PUTTER, 2009), termo que se refere aos sete reinos que existiam na época e lutavam pelo poder. Hoje os arqueólogos chamam esse período de sub-romano pelo fato da influência romana coexistir com bretões e a nova influência dos anglo-saxões. Por muito tempo esse intervalo da idade média, especialmente britânica, foi chamado de Era das Trevas, um termo hoje obsoleto. A razão do termo era a falta de compreensão desse período, visto como a decadência da época romana de violência generalizada por causa das guerras, sendo que aqui entra a importância da lenda do Rei Arthur.

A lenda arthuriana combina fatos históricos com narrativas fantásticas. A obra do século XII “A História dos Reis da Bretanha” foi escrita no período em que a Inglaterra já está unificada após as invasões normandas, seu autor Gooffrey de Monmonth criou uma narrativa fantástica dos bretões como povo heroico e unido para preencher o período da heptarquia, bastante confuso e atribulado, ele unifica uma dinastia bretã usando as referências mais antigas como inspiração. Desta forma o nome de Arthur como Comandante militar valoroso foi transformado numa figura central dessa dinastia, essa versão lendária de Arthur se popularizou por toda a Europa na idade média. Assim, a

lenda acaba atuando como um mito integrador e de origem para a identidade nacional nascente na Inglaterra e País de Gales.

É na idade média já em séculos posteriores que surgiram as histórias e romances de vários personagens e passagens arthurianas que hoje são bem conhecidas. Segundo Taylor (2009) a história que Arthur tirou a espada de uma rocha surge no século XIII e teve intenções coerentes com o momento político e cultural do feudalismo. A intencionalidade era de estabelecer parâmetros do que é ser um bom nobre, um bom cristão, a partir da ideia do cavaleiro ideal.

Com passar do tempo, o Rei Arthur e a ficção arthuriana entram em declínio, voltando ao protagonismo apenas no século XIX com o movimento do Romantismo contrário à modernidade e à industrialização, que buscava exatamente resgatar as raízes medievais e idealizadas da Inglaterra e da Europa.

Nesse momento não podemos deixar de citar o texto de Freud (1939/2004) acerca de Moisés e o Monoteísmo. Nessa obra o autor aponta que os mitos acrescentaram à biografia dessa personalidade, Moises, arroubos fantásticos, eliminando lacunas e aspectos reprováveis. Dessa forma, Freud, admite que não poderia atravessar tantas dificuldades sem validar o mito como um texto que contém restos de verdade. Como são superposições constantes e obscuras de conteúdos e sentidos, os mitos frustram a tentativa de obter com certeza um “núcleo de verdade histórica” (FREUD, 1939/2006, p. 15).

Assim como estamos constatando no mito arthuriano, o mais importante não é esse “núcleo de verdade histórica”, pois, mesmo que Arthur não tenha existido ou não tenha sido Rei, seu impacto cultural como uma figura lendária que personifica os ideais simbólicos de um Rei é enorme, independente da realidade factual da história: ela tem um valor de mito das origens culturais e étnicas da Grã-Bretanha medieval.

A sua importância é de fato mitológica. Constitui um mito de origem de um povo, uma narrativa combinada de elementos históricos e fantásticos que unifica e dá sentido simbólico à herança de uma cultura e etnia.

Para nos orientar em nossa pesquisa, no que tange a análise do sujeito em sua relação com a cultura, nos pautamos na perspectiva psicanalítica de que

o sujeito é atravessado pela linguagem. A subjetividade e a cultura estão articuladas em perpétua interação, de maneira tensa e dinâmica. Sendo a linguagem algo anterior ao sujeito, sua constituição e seu desejo estão não só imbricados, mas dependem um do outro. Segundo Green (1994), o mito enquanto elemento cultural possibilita uma simbolização entre o singular e o coletivo, ou seja, um movimento que equilibra essas duas vertentes, possibilitando assim o compartilhamento das representações culturais. O mito pode estabelecer uma intersecção entre a realidade psíquica (os sintomas, a fantasia, o sonho) e a realidade exterior (os produtos da cultura). Nesse sentido, a partir da linguagem, podemos dizer que o mito pode conectar o sujeito e a cultura.

Green (1994), partindo de Lévi-Strauss, também nos indica que o mito pode ser compreendido como uma maneira de organizar, interpretar e conhecer o mundo. Nessa perspectiva, a linguagem mítica oferece um campo para a projeção, ou seja, uma mediação para uma sociedade interpretar o mundo que a cerca. O mito enquanto produto cultural diz algo a respeito do passado de uma comunidade e possibilita refletir sobre o futuro da mesma. Dessa forma podemos, segundo o autor, entender que o mito possui função de laço social e que, também, nos possibilita organizar sentidos para dar uma coerência (mesmo que hipotética) à existência, o mito é algo que pode resignificar a ausência de sentidos no complicado território do provável.

A partir das narrativas, uma sociedade pode entrar em contato com a sua história, pode reescrevê-la. Ainda segundo Green (1994), o mito funciona como um jogo: é e não é ao mesmo tempo; o paradoxo se articula, sem fazer uma oposição. Nesse sentido, ele supera a dicotomia do princípio da realidade, onde algo é ou não é. Esse movimento age na criação de sentidos. Esse veículo, portanto, promove uma operação, trazendo consequências para a vida social. Assim, ele tem um papel estruturador, porque produz uma operação inconsciente.

Freud denota em *Totem e Tabu* (1914/2006) uma semelhança entre a arte grega e a cena da refeição totêmica. Segundo Freud: “O herói da tragédia deve sofrer” (Freud, 1914-2006, p.158), apontando dessa forma que a essência da

tragédia é o sofrimento do herói, pois, considera que o personagem, assim, carrega o peso da 'culpa trágica'.

Na tragédia grega, o tema especial da representação eram os sofrimentos do bode divino, Dionísio, e a lamentação dos bodes seus seguidores, que se identificavam com ele. Assim sendo, fica fácil compreender como o drama, que tinha se extinguido, voltou a brilhar com nova vida na Idade Média, em torno da Paixão de Cristo (FREUD, 1913/1914, p. 158).

Em tal obra, Freud compara os atos e normas das sociedades modernas com as de sociedades em desenvolvimento, apontando dessa forma que o tema da tragédia se desenvolvia em torno da rebelião contra a autoridade divina ou humana.

Além de um mito das origens, a lenda de Arthur é também um mito acerca do herói. O herói, em muitas culturas, tem um lugar importante na caracterização das lendas e mitos de um povo. Certamente, Arthur é um herói do povo inglês e para toda a cultura das ilhas britânicas, sendo que daí, dada a hegemonia da língua inglesa e da cultura norte-americana ao longo do século XX, para toda a civilização ocidental. Os heróis são seres humanos exemplares, que por sua bravura, perseverança e dignidade em momentos de adversidade, constituem, por meio de sua superação, uma inspiração ideal para as comunidades em uma determinada tradição histórica. Além de serem humanos exemplares, normalmente possuem uma relação mais próxima com a linhagem divina, quer seja em sua origem propriamente ligada ao divino, quer seja na intervenção divina em sua história e em seus feitos, algumas vezes envolvendo algo da ordem da transmissão do sagrado. Alguns heróis paradigmáticos e amplamente conhecidos da tradição greco-romana e semítica são Hércules, Ulisses, Moisés e Jesus. Arthur certamente é um herói que se insere na articulação da cultura nascente inglesa com a tradição cristã ocidental, afinal, além de ser um herói na defesa e constituição da Inglaterra feudal, é também marcado pela busca do Santo Graal.

Além da caracterização do mito das origens da cultura como decorrente da instauração do tabu ao incesto e ao parricídio e à instituição da divindade totêmica como reguladora moral da comunidade em Totem e Tabu (FREUD, 1914/2006, a psicanálise trouxe algumas outras colaborações à compreensão do papel dos mitos na cultura. Uma delas, já mencionada foi a posterior aplicação

dessa estrutura à origem da tradição judaica e às religiões monoteístas em uma reinterpretação da história de Moisés (FREUD, 1939/2006). Nela, de forma bastante original, Freud ao final da vida presta contas com sua origem judaica de uma forma bastante audaciosa e mesmo perigosa, haja vista o contexto de anti-semitismo e de perseruição aos judeus que ocorria na Europa às vésperas da deflagração da segunda guerra mundial. A tese é que Moisés foi na verdade um príncipe egípcio ligado à tentativa frustrada de instauração do culto ao deus Sol no Egito, que então lidera o povo judeu no êxodo e que depois é assassinado por eles no deserto no sopé do monte Sinai, sendo substituído por aquele que depois receberá as tábuas da lei. Para além da questão da instauração de uma verdade histórica própria da narrativa mítica, como já apontado, o mito de origem da religião judaica também é marcado por um personagem de caráter heróico.

Ainda nos primórdios do movimento da aplicação da psicanálise à compreensão dos fenômenos sociais e culturais, destacou-se a figura de Otto Rank. De origem humilde e de formação não-médica, Rank foi de certa forma tomado por Freud como pupilo, acompanhando-o de início como secretário da sociedade vienense de psicanálise e depois de seu doutoramento, incumbido da tarefa de desenvolver o campo da psicanálise aplicada. Sua colaboração foi bastante importante, com a publicação de alguns estudos muito relevantes, até seu desligamento no final dos anos 1920 do movimento psicanalítico, principalmente por conta das controvérsias com Freud acerca da importância e significação do trauma do nascimento. Nesse processo, destaca-se a escrita de “O mito do nascimento do herói” (RANK, 1922/2015), com uma versão inicial de 1908 e uma segunda edição revista e ampliada de 1922, que constituiu uma obra de referência importante para o desenvolvimento dos próprios trabalhos freudianos na área, citados anteriormente.

No livro, o autor faz um cuidadoso e rigoroso trabalho de levantamento e revisão dos principais mitos da tradição judaico-cristã e védica, no esteio das pesquisas em torno da psicologia dos povos, dos estudos históricos e linguísticos do romantismo alemão, além das descobertas arqueológicas das grandes potências do final do século XIX e século XX, em torno dos principais heróis dessas tradições. Após um recenseamento de mais de 15 mitos, incluindo Moisés, Édipo, Dionísio, Gilgamesh, Hércules, Jesus, Sigrifido e Tristão,

estabelece um esquema narrativo geral para o mito do herói, uma forma de *lenda padrão*, que é a seguinte:

O herói descende da mais alta nobreza, geralmente é o filho de um rei. Seu nascimento foi precedido por grandes obstáculos, como a abstinência, a esterilidade prolongada, ou o coito secreto dos pais como consequência de uma proibição ou outro obstáculo exterior. Durante a gravidez, ou mesmo antes dela, verifica-se a manifestação de uma profecia, geralmente na forma de um sonho ou oráculo, a qual, na maioria das vezes, adverte do perigo que o nascimento do menino causará ao pai.

Em decorrência disso, quase sempre por ordem do pai ou pela mão de algum confidente dele, o recém-nascido é destinado a morrer ou a ser abandonado; por via de regra, ele é colocado em uma pequena caixa e jogado na água.

O menino geralmente é salvo por animais ou por gente humilde (pastores), sendo então amamentado por uma fêmea ou por uma mulher recém-grávida.

Ao crescer, a criança reencontra das mais variadas maneiras seus nobres genitores, após o que, vinga-se do pai, obtém reconhecimento e finalmente conquista fama e poder. (RANK, 1922/2015, p. 87)

Apesar da história de Arthur não se enquadrar em todos os elementos deste esquema, pode-se constatar que os progressivos adendos às histórias dessa figura lendária tentam aproximá-lo desse esquema do herói ideal: o feito de tirar Excalibur da pedra como confirmação da vocação heróica e a transcendência de sua condição humilde original; a sua estabilização como um Rei sábio que governa a partir dos nobres princípios encarnados na Távola Redonda e não só como bravo comandante romano; por fim, sua busca do Santo Graal como corolário de um legado divino e cristão. Trata-se de uma das relíquias sagradas mais valorizadas e míticas do cristianismo - junto com a arca da aliança - e que supostamente teria o poder de curar e estender a vida àquele que dele bebesse. Portanto, é por meio da relação com a lenda do Santo Graal que a lenda de Arthur ganha os ares de mito.

O legado do Rei Arthur além do mundo dos cavaleiros, vilões, donzelas e magia, existe e está presente na Cultura. Esse pequeno salto para fora do tema da pesquisa não foi à toa, nele podemos perceber o quanto um elemento é transformado por questões sociológicas, políticas e psicológicas, ou seja, além de nos ambientar na metáfora proposta, esse recorte também serve de exemplo de um objeto se desdobrando em diferentes significados durante a história ao ser atravessado por diferentes contextos culturais. Nessa perspectiva lançamo-

nos a refletir na relação descrita da busca pelo Santo Graal com o funcionamento adicto nas balizas da contemporaneidade.

Assim como foi com o Rei Arthur, vamos lançar agora um olhar para o desdobramento cultural do Santo Graal, núcleo da nossa metáfora. A importância do Santo Graal para a literatura é resultado da influência de três narrativas distintas, são três histórias cada uma com a sua razão cultural que se misturam em uma só que conhecemos hoje.

A primeira narrativa do Santo Graal é relacionada a cultura Celta, presente em todas as ilhas britânicas e também várias partes da Europa antes do cristianismo. Os celtas possuíam uma lenda sobre um caldeirão mágico que seria uma fonte de vida, salvando as pessoas da morte da Fome. Nas primeiras versões da lenda o Rei Arthur é mostrado buscando por esse caldeirão mágico. Com a cristianização da Inglaterra temos a substituição da cultura Celta, em algumas passagens do texto são reprimidos em outras temos um sincretismo com as duas culturas se misturando. Dessa forma temos o elemento mítico Celta sendo absorvido pela cultura cristã.

A segunda e terceira narrativas são versões da história cristã. Uma estaria pautada na taça utilizada por Jesus na Santa Ceia. O Santo Graal teria sido guardado e depois resgatado por José de Arimatéia e levado para a Bretanha. Essa versão foi a mais recorrente nos contos arthurianos. A terceira versão afirma que o Santo Graal como sendo um cálice que contém a fonte da vida, com poderes divinos, que foi possuído por Jesus Cristo e onde teria sido guardado o sangue de seus ferimentos quando o mesmo foi crucificado. Algumas lendas chegam a dizer que quem fez isso foi um soldado Romano chamado Longinus que, posteriormente, foi servir na Bretanha para onde levou o cálice e onde o item sagrado se perdeu.

Atravessada por essas três referências de objeto sagrado, a busca mitológica na versão arthuriana se estabeleceu como a busca por esse Santo Graal para salvar a população da Inglaterra e abençoar o justo e ideal Reino de Camelot, um símbolo da cristianização da Inglaterra, que seria abençoado pelo sangue do próprio Cristo. Existem interpretações do que seria o Santo Graal: a visão dele como algo em forma de taça ganhou força após a ideia Católica do cálice sagrado. Mas são coisas separadas, algumas lendas arthurianas

descrevem o Santo Graal como espécie de tigela ou como uma bandeja. Desde então a expressão Santo Graal passou a significar algo muito sagrado ou muito importante, especialmente quando é algo que é buscado. Santo Graal é um objetivo, uma busca solene independente do que for.

Esse simulacro que denominamos Santo Graal é o elemento central na nossa argumentação, pois corresponde em termos gerais à definição de objeto fetiche desde suas origens antropológicas, passando por suas reinterpretações marxistas e psicanalíticas. Entendemos que ele nos permitirá pensar o sujeito e sua relação com os bens de consumo sobre perspectivas que apontam para o funcionamento adicto na atualidade. Como aponta Safatle:

Podemos dizer que o fetiche é um exemplo privilegiado de noções como o simulacro, porque ele não é aquilo que procura se colocar como “representação” adequada do objeto do desejo, nem aplicação o que seria um caso do genérico do desejo enquanto conceito. Essa inadequação fundamental entre um desejo que não pode ser compreendido no interior de uma moral naturalista e os objetos empíricos – inadequação radical entre desejo e empiria que a psicanálise de orientação chama de castração – é um elemento fundamental na constituição do fetiche. No entanto, por meio do fetiche, é possível produzir um objeto que, ao mesmo tempo, é uma aparência posta como aparência e que permite ao sujeito “agir como se não soubesse” estar diante de uma aparência. (SAFATLE, 2006, p. 48)

Nesse sentido, o autor nos lembra que a resposta de Lacan consiste em dizer que a aparência se transforma em semblante: “aparência que se coloca enquanto pura aparência” (SAFATLE, 2006, p. 49) e que a característica maior do semblante é que ele *não é semblante de outra coisa*, ou seja, ela não nos reenvia à referência alguma para além da superfície das aparências. Contrariamente à imagem narcísica, imagem que era aparência enganadora resultante de uma “coisificação” e de uma “naturalização” da relação constitutiva com a cultura, o semblante não é imagem reificada. Diante do semblante, o sujeito sabe que está diante de uma pura aparência que não se coloca mais como representação que ainda obedeceria ao princípio de adequação.

Tais considerações sobre o semblante são importantes para definirmos o estatuto do fetiche. Enquanto o cálice é o semblante – a imagem a ser buscada –, a ideia imaterial e sagrada é o que o constitui enquanto fetiche e mobiliza a busca.

Para ficar como uma referência resumida do mito do Santo Graal, vamos reproduzir a adaptação de Ana Maria Machado na série de livros ‘Reencontro

Literatura' onde sintetiza a obra de Thomas Malory (1997). O texto abaixo é a transcrição do momento que O Rei Arthur e seus cavaleiros tem a visão do Santo Graal e iniciam sua busca:

Teve início o torneio de Pentecostes; foram todos justar na campina junto a Camelot, com tal bravura que, muitos anos passados, quando todos cavaleiros já haviam morrido, a fama desse torneio continuava viva.

Sir Galahad vestiu couraça e elmo, escolheu suas lanças, mas não quis escudo. De qualquer modo, sobrepujou todos os outros cavaleiros, em coragem e destreza, salvo Sir Lancelot e Sir Persival.

Ao cair da noite, terminado o torneio, entraram todos no salão para cear, sentando-se cada cavaleiro em seu lugar. De repente, ouviu-se um estrondo semelhante a um trovão, e surgiu um raio de sol muitas vezes mais claro do que qualquer luz. Aquela luminosidade fazia com que cada cavaleiro visse os outros mais belos do que nunca, embora ninguém conseguisse dizer uma só palavra. Pairando sobre a Távola, resplandecia um cálice – o Santo Graal – coberto de um tecido branco bordado, mas, com a visão ofuscada pela luz, os cavaleiros não puderam vê-lo. Subitamente o ar ficou perfumado, e cada um viu, diante de si, a mesa repleta dos alimentos e bebidas de que mais gostava. O Santo Graal percorreu ainda todo o salão, desaparecendo em seguida.

Só então recuperaram a fala, e Arthur deu graças a Deus.

Disse então Sir Gawaine:

- Senhores, vivemos uma coisa maravilhosa, mas não conseguimos ver o Santo Graal. Juro perante vós que amanhã partirei à sua procura, mesmo que isso leve toda a minha vida.

Os outros cavaleiros se levantaram e fizeram a mesma promessa. O Rei Arthur sabia que aquilo seria o fim da Távola Redonda: muitos cavaleiros iriam morrer na busca ou não conseguiriam voltar. Chorou ao se despedir dos seus valorosos homens. Doía-lhe separar-se dos melhores cavaleiros que já haviam se reunido, e em tão boa camaradagem.

- Consolai-vos, senhor – disse Sir Lancelot. – Uma vez que todos temos mesmo de morrer um dia, é melhor que seja nessa procura. Nada mais honroso.

Apesar dessas palavras, o rei permaneceu inconsolável, como também toda a corte. Mas a promessa já havia sido feita. Algumas damas quiseram acompanhar seus cavaleiros, porém um velho, vestindo trajes religiosos, trouxe uma mensagem do eremita que acompanhava Galahad:

- Senhores, vós deveis saber que a procura do Santo Graal é uma tarefa muito difícil e cheia de perigos. Além disso, quem não estiver limpo de pecado, não verá seus mistérios. Empreitada tão arriscada e incerta deve contar somente com a participação dos homens.

Depois da missa, no dia seguinte, desfilaram pelas ruas de Camelot os cento e cinquenta Cavaleiros da Távola Redonda. Partiram, em meio às lágrimas de tristeza de todo o povo, do rei e, especialmente, da rainha, muito aflita pelo seu cavaleiro, Sir Lancelot. Mais adiante despediam-se uns dos outros, e cada qual tomou seu caminho. (MALORY, adaptado por MACHADO, 1997, p.53).

Cada cavaleiro tomou seu caminho, cada um buscando explorar territórios diferentes de seus aliados para encontrar o Santo Graal. Dessa forma nos

inspiramos para seguir adiante nessa pesquisa, no geral em cada capítulo abordaremos um território diferente para que possamos explorar as questões acerca do funcionamento adicto e suas relações com a construção histórico-político-social que constituíram nossa contemporaneidade.

CAPITULO II – SIR LANCELOT – A VIA HISTÓRICA E POLITICA

Durante muito tempo o Cavaleiro do Lago cavalgou em busca do Santo Graal, vivendo grandes façanhas, por terra e por mar. Foi no mar que encontrou seu filho Galahad e, por alguns meses, seguiram juntos, dedicando-se aos serviços de Deus e enfrentando os riscos que lhes eram impostos, até ouvirem, um dia, uma voz que lhes era chegada a hora de se separarem para sempre. Sir Galahad continuaria sua viagem por terra, e seu pai continuaria no navio. Sir Lancelot deveria aportar próximo a um castelo, onde sua última aventura o aguardava. (MALORY, adaptado por MACHADO, 1997, p.59).

Nos lançando como os Cavaleiros da Távola Redonda, vamos explorar diferentes territórios para pensar o funcionamento adicto na sociedade contemporânea. Dessa forma nossa primeira via será a política e histórica a partir do objeto droga. Pois, a questão da adicção está atrelada a tal tema, por este objeto se constituir como um dos modelos que abarca o paradigma do funcionamento adicto de relação de objeto, principalmente no tocante a obsessão e a compulsão de um sujeito por um objeto. Devemos lembrar, antes de mais nada, que a toxicomania é a faceta da adicção relacionada ao uso de substâncias psicoativas.

As substâncias psicoativas na atualidade são comumente naturalizadas como um fenômeno social somente contemporâneo, no entanto, a presença das substâncias psicoativas apresenta-se dentro do percurso da humanidade atrelada de forma intrínseca a sua trajetória nas diversas culturas, sociedades e cenários históricos. Os primeiros registros sobre uso de substâncias psicoativas datam de três mil anos a. C. (ESCOHOTADO, 1994).

Podemos constatar que no decorrer histórico são inúmeras as relações de drogas classificadas e utilizadas nas sociedades, tanto antigas quanto modernas. Os diversos acessos intermediados por proibições, interdições, regulamentações e legalizações à esta questão são de cunho histórico e político, os registros históricos demonstram que os usos de drogas em geral apareceram tanto para rituais religiosos, assim como para usos recreativos e medicinais. Mas inicialmente precisamos abordar as questões atuais acerca da droga no Brasil e no mundo, para termos subsídios para nos aprofundarmos na constituição da droga enquanto objeto dentro da história da humanidade.

As drogas que hoje são reconhecidas como legais, também já foram proibidas em determinados momentos históricos. O álcool é um grande exemplo: foi tornado ilegal durante a Lei Seca dos EUA nos anos 20. Esse foi, após as medidas repressoras legais, um dos períodos históricos de maior profusão do comércio ilegal, levando mais de 30.000 pessoas a morrerem pelo consumo de álcool metílico e outras derivações destiladas venenosas, inclusive, transformando o tráfico em mercado paralelo para o comércio ilícito das substâncias do álcool, e, acarretando problemáticas de outras naturezas, de ordem social e de segurança pública, que estarão intrinsecamente relacionadas às políticas proibicionistas a partir do século XX (ESCOHOTADO, 1994).

Segundo a Organização Mundial da Saúde (1994) a síndrome de dependência é caracterizada por um conjunto de fenômenos comportamentais, cognitivos e fisiológicos que se desenvolvem após o uso repetido de uma substância e que geralmente incluem: um forte desejo de usar a droga, dificuldade em controlar o seu uso (persistindo na sua utilização apesar das consequências danosas), uma maior prioridade ao uso de drogas do que outras atividades e obrigações, aumento da tolerância e, às vezes, do estado de abstinência física. É relevante ponderar que a dependência também apresenta as maiores prevalências associadas às duas primeiras no '*ranking*' de maior abuso: álcool e tabaco.

Os dados disponíveis sobre o uso de substâncias apontam que a dependência e o uso problemático como um todo são mais prevalentes na população durante a fase jovem e adulta, ou em sua fase produtiva. Podemos perceber que o principal foco do levantamento de dados da OMS sobre a adicção fica circunscrito apenas a questões do uso de substâncias em seu paradigma médico/sócio/político, sendo descartadas todas as questões subjetivas e singulares que permeiam o assunto das toxicomanias. No entanto, é necessário analisar esses dados.

Atualmente o número de jovens entre a faixa etária de 18 a 24 anos (em sua maioria negros e de periferia) que são indiciados pela polícia federal por tráfico e a incidência de abuso do consumo de drogas nessa população vêm crescendo substancialmente conforme informado no relatório da SENAD – Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (BRASIL, 2009). Tais dados

mobilizam a atenção da sociedade civil, de trabalhadores da saúde, educação e assistência social, bem como de gestores e formuladores de políticas públicas para ações consideradas mais efetivas na promoção e prevenção, além de assistência, focando na minimização de danos em relação à entrada e ao fluxo de substâncias no cotidiano das pessoas, pois se percebe uma crescente de uso da população mais jovem da sociedade, justamente naquela parcela da população com maiores vulnerabilidades psicossociais. Por mais que algumas destas iniciativas possam ser bem-intencionadas, temos um direcionamento moral pautando tais movimentos.

Quanto aos índices de mortalidade associados ao uso de álcool e outras drogas, estão considerados no *ranking* nacional das denominadas mortes por Causas Externas correlacionadas aos Acidentes de trânsito e Situações de Violência. Dentre os dados disponíveis, observa-se alta prevalência associada ao uso abusivo de álcool e, especificamente, acidentes de trânsito que chegam em emergências hospitalares, notadamente, usuários do sexo masculino, entre 15 e 29 anos de idade. Os custos governamentais do SUS também acabam sendo onerados por conta dos altos índices de acidentes de trânsito no Brasil através de internações e tratamentos. Quanto à mortalidade, chega a aproximadamente 30 mil óbitos por ano, estimada em 28% de todas as mortes por causas externas, que ocupam o primeiro posto entre a faixa etária jovem e produtiva, entre 10 e 49 anos de idade.

Entretanto, é dentro dos grandes centros urbanos que se apresentam as grandes taxas de consumo abusivo de substâncias psicoativas. Ele é maior que nas zonas rurais e, segundo a OMS (2001), aproximadamente 10% desta população urbana, independente de idade, sexo, escolaridade e poder aquisitivo faz uso abusivo de drogas, sendo esse um indicador significativo da importância de políticas públicas direcionadas à população urbana. Esses dados são de grande relevância nas análises de políticas de drogas da SENAD.

O Brasil desenvolveu nos últimos 10 anos diretrizes políticas de saúde voltadas para a questão do Álcool e Outras Drogas consoante com o que é preconizado pela OMS. Essas propostas e diretrizes enfatizam uma política voltada para a assistência à pessoa que faz uso abusivo e/ou dependência de substâncias psicoativas a partir de abordagens mais integrais, que visem ao

fortalecimento da promoção e prevenção à saúde com intervenções psicossociais de forma contextualizada e intersectorializada (BRASIL, 2004).

Por outro lado, do ponto de vista da segurança pública, o Estado Nacional apoia um combate intensivo de controle com medidas mais conservadoras de repressão. No entanto, o Ministério da Saúde (BRASIL, 2004), desde as altas incidências e prevalências de casos de HIV/AIDS no país na década de 80 e 90, vem tomando medidas na área da Saúde Mental direcionadas ao acolhimento, acessibilidade à saúde e novas tecnologias de cuidado aos usuários do sistema de saúde com transtornos ligados ao abuso e/ou dependência de álcool e outras drogas. Nesse sentido, tem reconhecido a necessidade de reformulações na rede de atenção à saúde e na atuação da assistência e prevenção ao consumo de drogas, promovendo ações que visam redimensionar o olhar sobre o consumidor de substâncias psicoativas.

Do ponto de vista conceitual, este olhar do Ministério da Saúde sobre os sujeitos propõe uma singularidade a partir de suas necessidades e características peculiares, através do fortalecimento de vínculos individuais, familiares e sociais para que projetos terapêuticos singulares possam ser gerados desta análise e propostas de intervenção sejam condizentes com esse enfoque. Tal fluxo de compreensão da abordagem aos usuários de drogas também deveria fazer parte da reorganização das políticas públicas nesse campo.

Ao se apontar as possíveis reformulações nas políticas públicas de saúde mental, torna-se importante salientar que o rigor da Lei Criminal de drogas vigente no país apresenta-se na contramão das propostas centrais do Sistema Único de Saúde, ao permitir a instalação de dificuldades no acesso à saúde pelos usuários de drogas e, conseqüentemente, na sua participação dentro do sistema de saúde, pois estabelece o uso como “criminoso”, o que leva à sua ocultação. Neste cenário, os usuários podem apresentar muitos sentimentos de temor e de exclusão social. Nesse tocante, ao dissociar as drogas em lícitas e ilícitas, a proibição possibilita o aumento de atenção ao perigo somente diante das substâncias denominadas como ilícitas, sugerindo um aumento do uso das lícitas como álcool e o tabaco.

Em 1990 foi promulgada a Lei nº 8.072, conhecida como Lei dos Crimes Hediondos. O tráfico de entorpecentes foi enquadrado nessa nova tipologia

penal, decorrente disso, o Brasil sofreu (e ainda sofre) com as desastrosas consequências ao sistema carcerário brasileiro – nos tornamos a terceira maior população carcerária do mundo. Hoje, estamos vivendo o quase colapso desse sistema.

Concomitante a isso, duas pautas importantes são colocadas em relação à maconha em meados dos anos 90: A primeira é de relevância terapêutica, pois a partir de 1960 se começou a identificar a estrutura química e obter os componentes isolados da planta. Esses estudos passaram a ter interesse renovado recentemente graças à descrição dos receptores de canabinóides e à identificação de um sistema canabinóide endógeno no cérebro (ZUARDI, 2006), dessa forma colocando a relevância terapêutica da maconha em discussão. A segunda pauta tem escopo social e político, manifestações a favor da legalização da maconha se iniciou timidamente em São Paulo e no Rio de Janeiro, no começo dos anos 2000, ganhando projeção nacional nos últimos anos. Dessa forma alguns partidos identificados com a esquerda se abriram para discutir a descriminalização do uso. Paralelamente no exterior, cresceu, principalmente nos EUA, a opinião pública favorável a políticas liberais. Segundo Delmanto (2013, p. 256) essa perspectiva também chegou ao Brasil e o tema sobre uso e controle tornaram-se questões importantes na agenda política brasileira.

Nessas discussões temos contundentes impactos contra o modelo proibicionista, pois, o crescente poder do tráfico de drogas, a corrupção policial, os altos índices de homicídio e o genocídio da população pobre e negra gera dúvidas sobre a viabilidade do mesmo.

O governo federal promulgou várias leis nos anos de 2006 e de 2011, abrindo a legislação para as primeiras influências liberais. Várias propostas liberalizantes foram protocoladas em instancias legislativas até 2015, fato que desdobrou na intensificação do debate sobre o tema. Toda essa articulação política levou a uma reação dos setores conservadores, principalmente, àqueles ligados ao fundamentalismo religioso evangélico, que passaram a defender a retomada dos princípios punitivos na lei e liberação de recursos públicos para a retomada dos princípios punitivos da lei e liberação de recursos para propostas terapêuticas baseadas na doutrinação religiosa. Infelizmente, o peso da bancada evangélica no Congresso e o controle que ela exerce sobre parte dos meios de

comunicação de massa impediu uma ação efetivamente progressista do governo nesse campo.

O princípio que, a partir de diversas pesquisas, algumas mencionadas no presente trabalho, aponta que cabe ao estado ampliar as políticas de promoção à saúde, principalmente as de redução de danos, para toda a sociedade, objetivando criar uma cultura farmacológica capaz de reduzir os custos sociais do uso de drogas e ampliar a autonomia dos cidadãos. Porém, a partir do atual governo, pautado nas bases conservadoras, o estado brasileiro continua promovendo uma política de terror e genocida sustentada pela ignorância da população que aponta para retrocessos dos passos já alcançados.

II.1 – A História das Drogas

Agora se faz necessário um aprofundamento na relação intrínseca entre humanidade e droga. Para tanto, faremos um rápido sobrevoo sobre esse imbricamento primordial.

A droga é o primeiro objeto que pensamos ao questionar o tema das adicções, devido ao impacto na saúde individual e coletiva, além das repercussões sociais que as substâncias psicoativas podem produzir. Sabemos que o objeto do adicto não é apenas a droga psicoativa, porém, a dinâmica da relação com o objeto droga que se constitui como modelo de funcionamento da relação adicta. Dito isso, vamos traçar aqui um histórico da adicção pelo viés da droga, pois nenhum outro objeto adictivo deixou um rastro tão perceptivo na história da humanidade.

É inegável que a droga constitui um dos problemas mais proeminentes na sociedade contemporânea. Apesar das substâncias psicoativas estarem presentes em todo o percurso da humanidade, desde o século passado, essa questão tem produzido imensa perturbação no aspecto da saúde pública e da vida em sociedade. Um desafio tão grande que convoca diferentes profissionais a se defrontarem com tal problemática. Devemos ressaltar que a droga, seja ela qual for, é um objeto inanimado, um involucro a ser preenchido pelas significações da cultura, ou seja, o que vemos enquanto problema das drogas é uma construção do humano a partir desse objeto.

Outrora a droga teve lugar dentro de ritos religiosos, já foi objeto representante da contracultura, ferramenta do demônio, etc. Cada uma de suas inúmeras facetas correspondia ao perfil cultural do respectivo momento histórico.

A atualidade é marcada pela cultura narcísica, espetacular e consumista, consequentemente fazendo emergir novos modos de subjetivação que configuram novas formas de mal-estar psíquico. Portanto, a droga hoje corresponde a tais imperativos e acaba sendo transfigurada no objeto dessa demanda.

É importante contextualizar os diferentes aspectos que giram em torno do tema drogas, pois, essa questão é naturalizada como um fenômeno social somente contemporâneo. Escohotado (1996) mostra que na história as substâncias psicoativas sempre estiveram atreladas ao percurso da humanidade presente em diversas culturas, sociedades e cenários históricos. Aqui nos propomos a apresentar o contexto histórico das drogas e a delinear a construção de tal objeto na atualidade.

A relação da humanidade com as drogas remonta a eras antiquíssimas, quando caçar e sobreviver eram os principais objetivos. As primeiras sociedades humanas eram nômades e enfrentavam inúmeras dificuldades, tanto para conseguir comida quanto para enfrentar as intempéries da natureza. O sofrimento frequentemente causado pela fome e outras enfermidades eram aliviadas com o consumo de plantas psicoativas e possibilitavam o enfrentamento da desnutrição e das agruras a que eram submetidos, inclusive como acontece hoje com a população em extrema pobreza:

[...] o consumo de drogas sempre existiu ao longo dos tempos, desde as épocas mais antigas e em todas as culturas e religiões, com finalidades específicas. Isso porque, o homem sempre buscou, através dos tempos, maneiras de aumentar o seu prazer e diminuir o seu sofrimento (PRATTA; SANTOS, 2009, p. 203).

Irônico que a origem da relação humano/drogas tenha surgido da dinâmica da busca de alívio de um sofrimento, como a fome no período dos primeiros grupo de humanos e posteriormente um sair de si nos rituais religiosos. Para Toscano Junior. (2001), trata-se de uma presença constante no tempo associada não apenas a medicina e a ciência, mas também a magia, religião, cultura, festa e deleite.

A droga ganhou outros sentidos no decorrer da história humana, se tornou parte dos rituais religiosos, substância medicinal e elemento para festividades, como podemos exemplificar pelo consumo do álcool. Esta substância esteve presente desde a antiguidade e particularmente o vinho foi considerado uma dádiva dos deuses: aos egípcios foi dado por Osíris, aos gregos por Dionísio e por Noé aos hebreus. Os mosteiros da Idade Média plantavam vinhas para uso do vinho como sacramento (INABA; COHEN,1991). O consumo dessas substâncias foi se tornando cada vez mais proeminente, o sentido do uso sempre esteve em consonância com a cultura vigente, podemos dizer que a história das drogas se confunde com a história da humanidade.

Todas as plantas que temos hoje são basicamente as mesmas de 20 mil anos atrás, com pouquíssimas diferenças, tais diferenças são provenientes do cultivo em larga escala para dar conta da demanda da produção moderna. Sendo assim, as plantas psicoativas já existiam antes da humanidade (CHAZAN, 2007).

Segundo Chazan (2007), a arte rupestre nos dá indícios de que o consumo de cogumelos alucinógenos foram usados pelos homens das cavernas. Em 2011, foram encontradas pinturas de cogumelos alucinógenos na caverna de Selva Pascuala (Espanha), que datam mais de 6 mil anos atrás, dado as características dessa arte primitiva, podemos inferir que o consumo de cogumelos possuía certa importância no cotidiano daqueles indivíduos. Segundo Akers (2006) nos primórdios o humano teve que lidar com a escassez de alimento, sendo assim, muitas experimentações aconteceram, e dentro dessas experimentações estavam os cogumelos alucinógenos.

Tal cogumelo produz um estado de consciência diferenciado devido ao seu princípio ativo, a psilocibina – um composto alucinógeno que afeta os níveis de serotonina do cérebro, causa enjoo, vômito, fraqueza muscular e incapacidade de distinguir o que era fantasia do que era realidade. Akers aponta que, em particular, o contato com a substância psicoativa (ingerindo o cogumelo) produz uma experiência diferente do que a ingestão de qualquer outro alimento.

Nessa perspectiva, a experiência diferenciada levou à repetição, sendo o humano um animal de característica forrageador, outros repetiram o ato em busca da mesma experiência. Existe algo inerente no efeito desses cogumelos

alucinógenos que é muito potente e capaz de mudar totalmente a percepção da realidade, o que pode ter originado a significação de uma experiência divina (HEINRICH, 2002). Segundo a hipótese de Akers (2006), a primeira experiência com a substância psicoativa pode ter sido a primeira experiência religiosa, pois, devido ao efeito da psilocibina, a mente do humano primitivo teria levantado suspeita da existência de um outro mundo ou a partir desta experiência eles significaram como sendo o contato com o poder maior. A resposta cabal desta questão não nos cabe aqui, porém, o encontro com a substância psicoativa é ponto passivo que aconteceu em eras primordiais da humanidade.

Dando um salto temporal, vamos falar agora sobre o Egito na antiguidade, que era considerado o polo medicinal do mundo além de ser o maior império daquele período.

Os egípcios conheciam as complexidades de um grande número de toxinas e de substâncias psicoativas. Os textos mais antigos sobre o tema datam de 1500 anos antes de Cristo, um deles é o papiro Ebers³ que é um dos documentos medicinais mais antigos do mundo. Menciona dezenas de substâncias familiares usadas como remédios paliativos, como por exemplo alho para curar hemorroidas, mel para problemas respiratórios, além de surpreendente remédio caseiro para acalmar os bebês: o ópio – também usado como poderoso analgésico.

Segundo Hillman (2008), além de descobrir remédios a partir dos mais diferentes ingredientes, os egípcios também usavam substâncias em cerimônias e rituais. Os egípcios usavam grandes quantidades de olíbano, incensando as plateias presentes no culto como um meio de estabelecer o contato divino. O olíbano e a mirra quando inalados em ambiente fechado podem gerar efeitos psicoativos.

Além dos usos medicinais e ritualísticos, no Egito antigo as substâncias psicoativas também faziam parte das festividades. Claramente as drogas fizeram

³ O *Papiro Ebers* é um dos tratados médicos mais antigos e importantes que se conhece. Foi escrito no Antigo Egito e é datado de aproximadamente 1550 a.C. Atualmente o **papiro** está em exibição na biblioteca da Universidade de Leipzig e foi batizado em homenagem ao monge alemão Georg Ebers, que os adquiriu em 1873.

parte da vida deles – o consumo de cerveja era frequente e comum naquela sociedade. Os egípcios construíram pirâmides, projetaram cidades, governaram por milhares de anos e delinearam uma relação com o objeto droga, onde os aspectos desse objetos era incorporado dentro da sociedade sem aspectos moralistas.

A relação com os deuses através das plantas era algo comum nas culturas desenvolvidas nas selvas das américas em tempos antigos. A rica biodiversidade potencializava a experiência com psicoativos e essa comunhão se constituía como algo sagrado.

Os maias eram uma sociedade extremamente avançada e muito religiosa. Construíram suas pirâmides com a intensão de alcançar os deuses e usavam substâncias psicoativas com a mesma finalidade. As culturas pré-colombianas do hemisfério ocidental tinham uma rica variedade de substâncias psicotrópicas naturais, que eram usadas em rituais de adoração por todas as américas.

Os maias eram agricultores e possuíam um bom conhecimento do mundo vegetal, evidências mostram que eles ingeriam plantas psicoativas conscientes de seus efeitos narcotizantes – nas tumbas subterrâneas no sítio arqueológico de Copán⁴ foram encontrados indícios de espécimes botânicos de plantas dotadas de substancias psicoativas sobre os nichos de oferendas aos mortos, ou seja, é possível constatar a importância destas plantas na cultura maia por serem ofertadas nos sepultamentos.

Segundo o arqueólogo Allan Maca – Phd pela Universidade de Harvard e líder das escavações e estudo na antiga cidade maia Copan –, as práticas com substancias psicoativas não se tratavam de uso recreativo, pelo contrário, eram atos altamente estruturados e ordenados. Pois aos maias as plantas eram a própria personificação dos deuses, o uso da substância psicoativa era a introdução do divino no seu próprio corpo através dessa comunhão.

⁴ Copán é uma antiga cidade pré-colombiana situada no extremo oeste de Honduras, no departamento homônimo, próximo à fronteira com a Guatemala. Este lugar é o maior sítio arqueológico do período clássico da civilização maia.

Outras culturas tribais americanas tinham a Ayahuasca como elemento sagrado de seus rituais: esta bebida é feita de duas plantas alucinógenas desenvolvida por tribos sul americanas na busca pela iluminação espiritual.

Talvez a Ayahuasca tenha sido desenvolvida durante milhares de anos devido a sua complexidade. Essa bebida necessita de diversas e específicas plantas, assim, como de uma forma elaborada e cuidadosa de preparo. De certo modo podemos dizer que pode ter sido uma das precursoras das drogas farmacêuticas, porque ela exigia muitos procedimentos no preparo. Desde a colheita das diferentes ervas, até o cozimento para atingir a textura líquida grossa. Depois disso só era bebido em uma cerimônia grupal ministrada por um xamã. Além disso a reação do corpo não é prazerosa, apenas após muito tempo de enjoo e vômitos que a experiência de alteração de consciência poderia ser alcançada.

É claro que essas substâncias agem na neuroquímica do cérebro gerando efeitos profundos em muitas áreas do órgão, mas o mais importante ao nosso trabalho não é colocar a experiência divina ou a consequência química em questão como fator que define a experiência, pelo contrário, queremos ressaltar que o significado do que ocorre nessas relações com o objeto droga é ditado e interpretado pela e na cultura. O conceito de droga como sendo remédio sagrado ou veneno é definido pela cultura: na nossa cultura o remédio é tido como inerentemente bom, mas em sociedades tribais é comum ter conceitos como remédio bom e remédio ruim.

Para os maias e outras culturas nativas, as drogas eram um portal para o reino do espírito. Atualmente as drogas psicodélicas são classificadas no nível mais alto das drogas restritas, mas para as culturas tribais os cogumelos e a ayahuasca eram ferramentas para obter conexão com o sagrado.

Vamos lançar nosso olhar agora para o berço da civilização ocidental. Da era mitológica à Grécia antiga, temos referências às drogas assim como na maioria dos povos que também usavam plantas psicoativas no sentido citado anteriormente.

Segundo Ruck (2011), na Grécia antiga pessoas participavam de rituais religiosos chamado Mistérios de Elêusis, que tinham como foco atingir estados

alterados de consciência para alcançar as divindades através do consumo de Kyklon – um composto preparado a partir do centeio. Segundo Bowden (2010) existem duas teorias do que era usado para produzir tal bebida, uma delas fala sobre o uso de cogumelos e outra que era a cravagem⁵.

A cerimônia era gigantesca e envolvia músicas, danças e substâncias psicoativas. Sócrates, Platão e Aristóteles são algumas das figuras célebres que foram iniciadas nos Mistérios de Elêusis (HILMAN, 2008). Os iniciados bebiam o Kyklon que possibilitava que atingissem estados de consciência alterados, o que era entendido como um encontro com os deuses.

A receita do composto do Kyklon até hoje é um segredo, pois, devido ao perigo desta substância (que poderia levar a óbito) os atenienses cuidavam para que essa fórmula não caísse nas mãos do povo. Além disso consideravam o uso dessa bebida para fins de recreação um delito capital (RUCK, 2011).

Enquanto o Kyklon era vetado para o uso recreativo, outras substâncias psicoativas eram usadas em grande parte do mundo grego e até na assembleia grega. As reuniões onde foram debatidas as ideias, como a democracia, eram precedidas por rituais de purificação e queima de incenso de diversas substâncias botânicas, como o olíbano e a mirra, a fim de induzir o que eles chamavam de espírito jovial, para que então pudessem discutir política.

O estado de consciência alterado era parte importante tanto nas cerimônias religiosas quanto nas cerimônias políticas, era uma parte importante da vida dos gregos na antiguidade (HILMAN, 2008). Intoxicar era algo presente. O termo *pharmacon* era usado para se referir à remédio e a veneno, de onde deriva o termo farmacologia (BOWDEN, 2010). O médico grego Hipócrates considerado o pai da medicina moderna reconhecia que talvez houvesse uma razão científica para as drogas afetarem nosso corpo de determinada forma. Segundo Hilman (2008), os gregos diziam que qualquer substância colocada dentro do corpo que causasse uma mudança, poderia ser potencialmente boa ou ruim. O veneno de cobra era uma das drogas mais comuns na antiguidade, o

⁵ Cravagem, fungo de cereais que quando ingerido altera radicalmente a química do cérebro, aumentando os níveis de serotonina e causando grandes alucinações. Em 1930 era usado para sintetizar o princípio ativo do ácido lisérgico (LSD).

símbolo da medicina moderna que herdamos dos gregos antigos tem duas cobras enroladas no bastão, indicando que a droga assim como o veneno da cobra, tem o poder de curar e de prejudicar.

[...] para os gregos, que empregavam vários tipos de drogas, a ação dessas era vista de maneira relativa, pois uma determinada substância poderia ser utilizada, simultaneamente, como remédio ou veneno, dependendo de sua dosagem (PRATTA & SANTOS, 2009, p. 204).

Na Grécia antiga não havia um estigma moral contra o uso de drogas, eles reconheciam o prazer que poderia vir do uso de substâncias e reconheciam que prazer é parte central de como se devia ser vivida uma boa vida nessa época (BOWDEN, 2010). Ou seja, para os gregos as drogas estavam dentro de diversos contextos de forma adequada com seus preceitos culturais, desde rituais religiosos, oferendas políticas, ao estudo medicinal e ao uso recreativo. Os gregos desenharam uma sofisticada relação com o objeto droga, entendiam que o uso delas podia ser perigoso, mas não era uma questão moral, estava estabelecida numa relação de harmonia dentro da cultura.

Tempos depois os primeiros cristãos expressavam uma grande desconfiança contra os prazeres do corpo, desde a antiguidade as pessoas já sabiam da relação das substâncias psicoativas com o prazer e isso não estava em sintonia com a mensagem cristã, que considera a fé em Cristo o único caminho para a salvação. Assim a fé nas drogas se tornou um problema e o que havia sido desenhado deveria ser erradicado.

No século IV, segundo Hilman (2008), com o surgimento dos imperadores cristãos as primeiras leis antidrogas são introduzidas no mundo e as restrições se concentram no uso de drogas por essas religiões rivais. Com a conversão ao cristianismo do Império Romano os rituais dos Mistérios de Elêusis foram extinguidos e seu templo destruído. Os primeiros cristãos queriam que as pessoas vissem que a fé no Cristo era a única forma de ter uma experiência religiosa autêntica, assim tornando tudo que fosse contrário a isso uma coisa demoníaca, sendo assim, sob o garrancho da repressão o objeto droga passou a ser esboçado novamente na tentativa de apagar as marcas anteriores.

Se as religiões pré-cristãs usavam substância psicoativas para vivenciar o contato com o sagrado, o cristianismo estabelece que as drogas fazem exatamente o oposto. Pautados em sua fé e totalmente antagônicos a qualquer

concorrente de sua religião, os cristãos iniciaram uma verdadeira guerra contra as drogas, pois, definiam que o uso ritualístico de substâncias psicoativas era bruxaria. Perseguiam e mataram os chamados pagãos, destruíram seus templos e profanaram suas esculturas. O combate às drogas foi a plataforma política que os bispos usavam para obter poder e legitimidade (HEINRICH, 2002).

Na Bíblia temos passagens significativas contra o uso de drogas, a mais contundente é a do apóstolo Paulo, que diz que as substâncias psicoativas são falsos deuses e que afastavam as pessoas do Deus verdadeiro que deveria ser adorado. Mas a questão contra as drogas não se resume apenas à idolatria, o preceito cristão é pautado no puritanismo, no qual a autonegação era parte importante na espiritualidade, ou seja, não se era permitido o prazer da carne e consequentemente substâncias que geravam prazer eram vistas como objetos demoníacos. Pela primeira vez na história o uso de substâncias psicoativas passa a ser vista como atividade imoral. Segundo Pratta & Santos (2009):

Em relação ao uso de drogas, durante a Idade Média, é necessário pontuar que a Igreja Católica, que possuía um grande poder nesse período, tanto em termos religiosos quanto em termos econômicos e sociais, passou a condenar o uso das plantas consideradas como “diabólicas”, as quais eram vistas como sinônimo de feitiçaria [...], o emprego de drogas para fins terapêuticos tornou-se sinônimo de heresia, uma vez que o sofrimento era concebido como uma maneira de aproximação à Deus. (PRATTA & SANTOS, 2009, p 203).

O cristianismo tem se colocado firmemente contra as drogas desde seu início, mas o judaísmo tem uma abordagem diferente frente esta questão. Enquanto há certa ansiedade expressa nos textos rabínicos, existe também uma celebração quanto a possibilidade de prazer físico, seja sexo ou intoxicação, desde que com moderação. Mas foi o cristianismo que emergiu como o sistema dominante de valores no ocidente, então muito do que se estabeleceu da visão das drogas foi alicerçada sob seu paradigma. Apesar de tão poderoso, o cristianismo não erradicou o uso de drogas.

É importante esclarecer que durante a Idade Média a única droga permitida pelo Cristianismo era o álcool, mais precisamente o vinho, o qual até hoje é considerado um elemento relevante dentro dessa religião, uma vez que simboliza o sangue de Jesus Cristo. (PRATTA & SANTOS, 2009, p 205).

Durante séculos o objeto droga ficou circunscrito aos dogmas cristãos, mas outros traços a colocariam em outros contextos significantes. O fator

determinante para isso foi o incrível valor das substâncias psicoativas na economia global, assim, a moralidade passou para segundo plano.

Quando as potências europeias começaram a explorar os mares no início do século XV, a descoberta de novos mundos significou a descoberta de mundos cheios de drogas devido a imensidão de variedade de plantas psicoativas, modos de administrar efeitos narcotizantes e novas formas de relação com o objeto droga (COURTWRIGHT, 2001). A droga passou a ser desenhada como produto dentro da cultura mercantilista. Com o crescimento do comércio marítimo global houve grande confluência dos produtos da droga no mundo nos primórdios da era moderna.

As navegações espalharam pelo mundo diversas plantas exóticas, com diversos efeitos psicoativos e diferentes modos de relação com o objeto droga. Uma das histórias mais marcantes é de quando o Capitão Knox leva para a realeza inglesa a *cannabis*. A partir dela vários tipos de experimentos e discussões se iniciam a partir da “nova” substância (MCALEER, 2016).

Outra droga que é importada do novo mundo ao Império inglês e que também gera grande comoção é o tabaco. Segundo Courtwright (2001) os europeus quando descobriram o tabaco também descobriram um novo meio de consumir uma droga, o ato de fumar era desconhecido no império britânico. O ato de fumar se tornaria muito importante, não só pelo tabaco, mas pelo consumo de outras drogas posteriormente, pois, o modo mais fácil de obter a maior concentração de substância psicoativa no cérebro é injetando na veia ou fumando.

Antes do século XVII fumar como forma de administrar drogas, pelo menos na Europa, era algo incomum. As navegações trouxeram novas drogas, novas formas de consumir drogas e o mais significativo não foi as substâncias que cruzavam continentes, foi a droga sendo lançada para um novo lugar cultural: de mercadoria. Enquanto mercadoria o objeto droga, que mantinha latente a significação do sagrado e a repressão da Igreja de outrora, alcançou diversos espaços, passou a ser utilizada com mais frequência e em diversos círculos sociais.

No que diz respeito ao uso de drogas, no decorrer do século XVIII, ocorreu uma diminuição na perseguição aos indivíduos considerados hereges, fato que propiciou uma volta do uso médico e lúdico das drogas [...], ou seja, os próprios avanços científicos começaram a apontar a necessidade de se explorar a questão medicamentosa quando se discute a questão da doença dentro dos parâmetros em voga. (PRATTA & SANTOS, 2009, p. 206).

Através das navegações e comércio global a Inglaterra estabeleceu-se como centro do mundo, um dos seus principais produtos era o ópio (TOSCANO Jr., 2001). O ópio comercializado pelos Ingleses era denominado ópio Patton, uma marca que era reconhecida como sendo um produto de qualidade, podemos constatar que neste período começava no mercado global, a partir das drogas, os rudimentos do que seria um *marketing* global (MCALEER, 2016).

O poder do Império Britânico se estabeleceu através da Companhia das Índias⁶, que usava o transporte do ópio para pagar pela carga de chá da China. A Inglaterra queria o chá da China e os chineses só queriam prata ou ópio, como a Inglaterra não tinha ópio a estratégia foi terceirizar a produção na Índia. Este comércio de drogas incomodou o Imperador Chinês que para dar um ponto final iniciou a primeira guerra Anglo-Chinesa, que foi conhecida como a Guerra do Ópio (MCALEER, 2016).

David Courtwright (2001) comenta que quando a primeira guerra do ópio irrompeu em 1839 os britânicos importavam quase 3 milhões de quilos de ópio por ano, como resultado dessa primeira guerra do ópio os chineses foram forçados a parcialmente legalizar esse comércio e como resultado do segundo conflito tiveram que legalizar totalmente a comercialização. Em 1879 os britânicos importavam algo em torno de 7 milhões de quilos por ano.

Gradualmente outras substâncias psicoativas, além do ópio, começam a ser comercializadas dentro da Inglaterra e assim as drogas se estabelecem

⁶ A *Companhia das Índias Orientais* foi uma companhia inglesa e mais tarde britânica, que foi formada para prosseguir o comércio com as Índias Orientais, mas acabou por negociar principalmente com o subcontinente indiano e com a China. Sendo uma formada por comerciantes de Londres em 1600, a quem a rainha Isabel I concedeu o monopólio do comércio com as “Índias orientais” por um período de 15 anos. A Companhia Britânica das Índias Orientais tinha o monopólio da venda do chá nas colônias. Sem concorrência, ela vendia seu produto mais caro do que o chá contrabandeado da Holanda e vendido pelos comerciantes locais.

como mercadoria numa amplitude gigantesca. Tais substâncias passaram a ser parte da vida social, paralelamente os avanços farmacológicos também potencializaram e ampliavam o escopo do alcance da droga, desta forma uma relação com o objeto droga passou a ser cravada pela via do mercado. A grande disponibilidade de drogas e essa nova forma de relação com este objeto passou a gerar mudanças contundentes à forma de subjetivação, pois, havia uma perspectiva emergente pautada na ilusão que substâncias narcóticas aliviaria qualquer sofrimento. Dessa forma, foi afetava o modo como as pessoas pensavam e viviam sua realidade.

O espírito contestador do século XIX, pautado pelo referencial do Romantismo teve maior tolerância ao consumo de drogas, nesse período as substâncias psicoativas tiveram seu aspecto recreativo resgatado muito pela influência dos artistas. Nesse período foi notório os vinhos à base de folhas de coca, os salões de ópio e o consumo de maconha na Europa, essa nova relação com o objeto droga passou a gerar um grande problema para a sociedade (COURTWRIGHT, 2001).

A utilização das drogas em 1803 alcançou definitivamente um novo contexto quando o cientista alemão Friedrich Serturmer fez uma grande descoberta na história: pela primeira vez foi isolado o princípio ativo de uma planta narcótica, a planta era a papoula (de onde é extraído o ópio) e o princípio ativo era a morfina. E a abundância desta substância possibilitada por esta descoberta gerou uma mudança drástica no mundo: a proliferação, no ocidente, de drogas como medicamentos promissores. Devido ao entusiasmo da área médica tais substâncias foram taxadas como cura de todos os males por inicialmente suprimirem os sintomas.

A morfina marcou o nascimento da farmacologia e estabeleceu um novo paradigma diante da dor e do sofrimento: Através da administração da droga era possível aliviar as dores mais insuportáveis. Este valioso uso clínico para as drogas deixou oculto o caráter viciante dessas substâncias narcóticas.

Na esteira do advento da morfina, as drogas processadas em laboratório tiveram seu auge no século XIX, algumas drogas tiveram usos que hoje (com maior conhecimento das substâncias) consideramos bem estranhos e proibidos,

como por exemplo remédios à base de álcool, cocaína e ópio para crianças. Nessa época foi comum vendedores ambulantes que munidos de um grande acervo de preparados químicos ofertavam a cura para inúmeros males.

A indústria dos remédios neste período não tinha conhecimento do que tais remédios causavam a médio e longo prazo, o foco era que o consumidor se sentisse aliviado de qualquer sofrimento que padecesse, pois assim, voltaria a comprar. O efeito das substâncias psicoativas agora era representado pela crença na medicina e focado na eliminação de um sofrimento.

Durante esse período o rápido crescimento da indústria de remédios potencializou o surgimento de novas drogas que eram identificadas com enorme potencial dentro desse mercado de drogas lícitas pautada na medicina. Assim a cocaína surgiu no cenário com enorme alarde. A cocaína era usada como anestesia em diversos tipos de cirurgias e, além disso, passou a ser usada nos mais diversos tipos de tratamento. Vários elixires a base de coca que se propunham as mais diversas formas de cura. A cocaína tinha chegado em grande estilo e as pessoas estavam descobrindo todo o tipo de uso para ela.

No século XIX as drogas narcóticas estavam por toda a sociedade e ninguém estava livre de seus efeitos. Os modelos de subjetivação estavam marcados de forma contundente por este novo paradigma cultural. As indústrias dos remédios cada vez mais colocavam novas drogas a disposição do público, com pouco ou nenhum conhecimento dos efeitos a longo prazo do consumo de tais substâncias.

Com cada vez mais narcóticos potentes saindo dos laboratórios (a codeína, a cafeína, a cocaína, os barbitúricos, entre outros) e um deslumbramento com tamanho avanço da ciência, as consequências negativas que o uso dessas drogas poderia causar foi negligenciado (TOSCANO JUNIOR. 2001).

Freud foi um entusiasta das propriedades medicinais da cocaína para o tratamento de diversas afecções orgânicas no final do século XIX e, de acordo com Gurfinkel (2011), almejou encontrar na ação estimulante da cocaína um medicamento para o tratamento da histeria, melancolia e neurastenia.

A dependência já era sentida na sociedade, mas era vista como falta de força de vontade do indivíduo. Somente no final do século que se passou a atribuir a questão do vício à droga. Em 1898 a empresa farmacêutica Bayer introduziu a heroína como um supressor da tosse, além de substituto seguro e não viciante para a morfina - ironicamente, assim como a cocaína e a morfina, a heroína tem alto grau de gerar dependência fisiológica.

Portanto, no final Século XIX o problema das drogas no mundo passou a se materializar com maior contundência. Sem a relação com o objeto droga pautada em balizas culturais (como as das eras anteriores), somado a empolgação dos avanços farmacológicos – que produziam uma quantidade de drogas como nunca fora vista no mundo antes e uma promessa/engodo de alívio de todos os sofrimentos – e o potencial viciante das substâncias narcóticas, estabeleceu-se consequências para toda a sociedade.

Embora o dinheiro gerado por este comércio fosse muito alto e as empresas deste ramo fossem muito lucrativas, era inegável a proliferação de manicômios, das casas de ópio, acidentes e internações nos hospitais decorrentes do uso desenfreado das drogas (ESCOHOTADO,1996). Estabelecendo-se assim novos contornos, com a rubrica do discurso da medicina para o lugar que objeto droga ocuparia na sociedade nos séculos vindouros e, conseqüentemente, também novas dinâmicas de relação com esse objeto.

A atitude frente a drogas no século XX começa a mudar, as substâncias psicoativas e narcóticas passam a ser um problema que deve ser enfrentado decorrente da dependência fisiológica que estas substâncias podem causar. Assim, a relação com as drogas ganha novos contornos, passando a ser algo a ser reprimido pelo crivo da lei, tanto a substância quanto o usuário passam a carregar o estigma da criminalidade.

O discurso vigente sobre este assunto era pautado na tentativa de proteger as pessoas dos perigos que acompanhavam o acesso não regulamentado as drogas. Desta forma para controlar o acesso a prescrição passou a ser exclusiva ao médico, além disso foram criadas as agências de controle e regulação, e passou a ser criminalizado o uso recreativo.

Consequentemente ao começar a reprimir o fornecimento para os usuários, nasceu outra forma para suprir a demanda dos mesmos: o contrabando de drogas (Birman, 2001).

Muitas das substâncias que antes eram remédios passam a ser drogas ilícitas, nesse contexto além do mercado negro outra questão que se estabeleceu era: “*quais drogas os médicos poderiam receitar?*”. Houve, portanto, uma abertura para que novas drogas tomassem o lugar dos sedativos, analgésicos e estimulantes. As drogas foram imperativamente reestabelecidas dentro do campo da ciência e da lei, para determinar o que poderia ou não ser consumido.

Em 1938 um cientista suíço de uma grande empresa farmacêutica criou a droga que provaria ser a substância mais forte e mais concentrada para alterar a mente que o mundo já conheceu, o ácido lisérgico 25, o LSD. Uma droga extremamente potente e totalmente lícita, pois, era simplesmente classificada como experimental. O LSD foi usado com sucesso em ambientes controlados entre as décadas de 40 e 50 no tratamento de pessoas com esquizofrenia e alcoolismo. Desta forma podemos constatar que a partir do século XX as drogas começam como remédio e só se tornaram polêmica no âmbito da sociedade quando escapam do reino da medicina e entram nas ruas e as pessoas começam a usa-las para fins recreativos, sendo assim criminalizado seu uso pelas autoridades.

As sementes da relação moderna com as drogas já tinham sido plantadas e estabelecidas, em meados do século XX existia uma florescente indústria farmacêutica, instituições governamentais para regulamentar e o mercado negro comercializando as drogas tidas como ilícitas.

A década de 1960 ficou marcada como o período que as drogas ajudaram a trazer imensas mudanças sociais. O LSD havia escapado dos laboratórios de pesquisa e foi um psicólogo de Harvard, Timothy Leary, um dos responsáveis por isso. O LSD foi tão impactante quanto a década que o tornou infame. No final dos anos 60, o governo americano enfrentava uma guerra perdida no Vietnã e uma geração jovem que era incompreendida. Os jovens estavam optando por

sexo, drogas e *rock'n roll* em vez de um governo que não achavam confiável. Veio a Contracultura e surgiu um arcabouço legal ainda mais repressor.

Durante a década de 60 em vários países houve um acentuado período de consumo de droga, quando o uso de substâncias psicoativas se configurava como agente de questionamento e mudança, o que reverberou nas produções artísticas e políticas atreladas aos ideais de contracultura e de nova ordem social. Já em meados da década de 70 se delineava o status de doença para o uso desmedido de drogas, passando assim de “defeito” de caráter para uma síndrome de dependência química, numa tentativa de desvinculação da leitura moral presente no olhar médico e leigo anterior (OLIVENSTEIN, 2003).

Decorrente deste novo status, se justificou a aprovação de uma série de novas leis antidrogas. Assim foram estabelecidas listas classificatórias das drogas proibidas com categorias de cunho medicinais, científicos e políticos. Desta forma se estabeleceu um movimento perigoso, dando direito ao Estado de avançar sobre a população em nome da “guerra às drogas”.

Essa relação mudou a partir da década de 80, adquirindo novas características, mesmo ainda comportando vários dos sentidos dos anos anteriores aqui mencionados, o que passou a predominar foi o problema social e de saúde pública. Esse novo lugar da droga, estabelecido através de fenômenos sociais, refletia o individualismo e o consumo desprovido de significação compartilhada que se configurava na cultura vigente. Segundo Escohotado (1996), são atitudes sociais que determinam quais são as drogas admissíveis e atribuem qualidades éticas aos produtos químicos.

Apesar do fato de situar a questão droga dentro do campo da Saúde configurar um fator positivo (EDWARDS, 1995), o lugar no qual a substância foi colocada continuava circunscrevendo o tema de forma limitadora. A tentativa de descrição objetiva e classificatória do fenômeno coloca a droga enquanto foco central da abordagem médica e limita o olhar à apenas a faceta química da substância, decorrente a isso, afastasse os fatores subjetivos da pessoa que consome a droga na compreensão dessa manifestação clínica.

Em 1980 as leis antidroga ficaram ainda mais duras e as penas de prisão para os transgressores ficaram mais longas. Decorrente disso toda a proibição

enriqueceu e fortaleceu os cartéis internacionais de droga, além de fazer a população carcerária crescer como nunca foi visto na história. A ilegalidade propiciou o fortalecimento do valor de comércio das drogas. O mercado das drogas passou a movimentar bilhões de dólares por ano, seja no mercado negro ou na indústria farmacológica. Sobre isso Birman acrescenta que:

[...] Entre a indústria do narcotráfico e a grande indústria farmacêutica. [...] é evidente que as duas se complementam de maneira harmoniosa e quase perfeita, pois em ambas é o evitamento de qualquer sofrimento psíquico pelo sujeito que está em pauta, nas condições atuais do mal estar na civilização. [...] o desamparo humano aumentou muito na dita pós-modernidade [...]. Isso porque não se oferecem outros projetos alternativos nos registros social e político. (BIRMAN, 2001, p. 243).

Independentemente de qualquer juízo de valor, uma coisa é certa, a constituição histórica/cultural das substâncias psicoativas estabeleceu uma forma de relação com tal objeto que na atualidade as pessoas estão usando mais drogas do que em qualquer outro período na história da humanidade (SANTIAGO, 2001).

Hoje em dia o que uma pessoa quiser ela tem no quesito de drogas. A humanidade sempre teve drogas dentro de sua cultura, sendo usada por diferentes razões, mas a situação jamais esteve tão complexa quanto agora. Na atualidade as pessoas estão escolhendo suas drogas como jamais fizeram em tempos anteriores. O sujeito contemporâneo pode utilizar drogas enquanto remédio para curar uma doença; outras vezes pode utilizar drogas como um ato de recreação; outras vezes como um hábito perigoso que prejudica o usuário e a comunidade que o cerca.

A droga se estabeleceu como sendo o objeto que melhor corresponde ao imperativo da sociedade contemporânea que é pautada no consumo, segundo Teixeira (2005, p. 193) a modernidade foi “o período em que a subjetividade tomou uma dimensão sem precedentes na história”, mas também representou “uma época de apagamento do sujeito, por meio da burocratização do conhecimento científico e da promoção das funções técnicas”. Em outras palavras, em seu início a ciência convocou o sujeito para o centro da produção de conhecimento e, em segundo momento, promoveu sua total exclusão quando se uniu ao capitalismo, o que trouxe sérias consequências para o sujeito da ciência.

Sobre as drogas lícitas (remédios) disponíveis no mercado é possível achar que decorrente de todas as proibições, investimentos e protocolos as informações sobre essas drogas fossem claras, porém, quando uma droga chega ao mercado nem mesmo a indústria tem todo o conhecimento sobre o que essa substância é capaz. Com todos os medicamentos disponíveis hoje, são os médicos que continuam sendo os guardiões dessas substâncias. Os medicamentos psicoativos são receitados pelos médicos em caso de mudança intencional de foco e comportamento, stress, oscilação de humor ou para suprimir a dor. Nunca ao longo da história a humanidade foi tão medicada.

Segundo Birman (2001) na contemporaneidade o mal-estar assume novas categorias. Com efeito, no lugar das antigas modalidades de sofrimento centradas no conflito psíquico, nas quais se opunham sempre os imperativos dos impulsos e as interdições morais, o mal-estar se evidencia agora nos registros do corpo e da ação. O mal-estar de hoje se manifesta também de outras maneiras. Estas se articulam intimamente com o dito mal-estar corpóreo. Com efeito, as depressões se transformaram no flagelo psíquico da atualidade, ao lado da síndrome do pânico e das compulsões em geral.

Birman aponta que as toxicomanias se destacam, mas num contexto no qual casos de bulimia e a anorexia aumentam enormemente. Outro fato importante citado por ele é que a toxicomania hoje se apresenta tanto no registro do uso das drogas pesadas, comercializadas pelo narcotráfico, quanto no dos psicofármacos prescritos regularmente pela medicina e pela psiquiatria.

[...] a utilização de psicofármacos transcendeu em muito a prática psiquiátrica, migrando então para o campo da clínica médica. [...] Diante de qualquer angústia, tristeza ou outro desconforto psíquico, os clínicos passaram a prescrever, sem pestanejar, os psicofármacos mágicos, isto é, os ansiolíticos e antidepressivos. [...], a população passou a ser ativamente medicalizada, numa escala sem precedente. (BIRMAN, 2001, p. 242).

Embora diferentes, as substâncias lícitas e ilícitas se estabelecem em um campo similar: o evitamento da dor e do sofrimento psíquicos. Ambas caminham na mesma direção moral e política, de forma sinistra e surpreendente. Enquanto a descoberta de psicofármacos poderosos contribuiu na regulação do sofrimento psíquico, também inaugurou uma nova forma do Ocidente se relacionar com o

sofrimento mental, onde a substância se torna um produto para ser consumido na ânsia de evitar o sofrimento.

Para atingir um público consumidor cada vez maior temos a venda da doença, condicionando as pessoas a perceber certas experiências como sendo uma doença que pode ser curada com um medicamento. Desta forma uma criança que gosta de brincar passa a ser hiperativa, alguém triste se torna um depressivo, a timidez passa a ser uma doença, etc. e características humanas se tornam doenças a serem “curadas” pelas drogas. Esta camada final (no presente momento) catapulta o objeto droga a um lugar de elemento transformador, que basta ser consumido para completar/corrigir o que falta ao indivíduo, desta forma a droga se constitui como objeto perfeito do imperativo da sociedade de consumo.

O evitamento sistemático da dor e do sofrimento psíquicos, legitimizados pelo paradigma narcísico que rege a sociedade pós-moderna é lastreado pelo consumo. Neste viés o sujeito contemporâneo perde suas relações com as ideias de tempo e de história. Pois nessa cultura do espetáculo e ode ao fetiche, o que importa é a pontualidade do momento, do estrito tempo no presente, que se avoluma na existência do sujeito. Birman completa:

Consequentemente, a memória tende ao silêncio pela ênfase atribuída ao presente. Da mesma forma, o horizonte de futuro se estreita, pois, ao se sublinhar a imediatês da presença, o sujeito perde a dimensão do devir. [...] no aqui agora [...] o que importa é a performatividade de sua inserção no espetáculo da cena social. [...] As ideias de intimidade e interioridade tendem ao silêncio no universo do espetacular. [...] A economia narcísica da individualidade é valorizada e incrementada ao máximo, e só o que interessa são as gesticulações performativas na cena espetacular do mundo. (BIRMAN, 2001, p.246,).

Birman (2001) aponta a importância do contexto social contemporâneo e como o mesmo corrobora tal resultado, com destaque para o impacto causado pela psicofarmacologia. A proposta farmacológica está sintonizada com os valores narcísicos da sociedade atual – estabelecendo uma biopolítica –, segundo os quais o importante é o que as pessoas exibem de si e não o que realmente são. A sociedade contemporânea exige essa regulação de seus membros, que lançam mão de drogas lícitas e ilícitas para suportar um sofrimento que não encontra abrigo. Surge com isso uma nova direção da

intervenção psiquiátrica, que visa mais uma “regulação” do que a “cura” de um mal-estar.

Enfim, por este breve sobrevôo pode-se entender que a relação com o objeto droga foi produzida como uma peste na pós-modernidade, na medida em que se inscrevem nos pressupostos antropológicos desta era, pautada nos paradigmas narcísicos: do espetáculo, do evitamento da dor e do consumo desenfreado. Podemos considerar, então que nos fundamentos morais da cultura contemporânea, as toxicomanias são os efeitos mais evidentes do que os imperativos na atualidade ofertam aos sujeitos.

A história das drogas, como vimos, está intimamente ligada a história da humanidade. Porém, não podemos cair na ingênua pretensão de achar que a droga é uma instância autônoma, pois, para promover uma experiência com qualquer tipo de qualidade (prazer, alívio, boa, má, sublime, etc.) é necessário a ação de uma pessoa para que a experiência com a droga possa ocorrer, e mesmo assim essa experiência é marcada pelo lugar que a droga ocupa na cultura vigente e a singularidade deste sujeito (que possui historicidade e a mesma é inserida e constituída dentro de uma cultura), o resultado proveniente deste imbricamento, sujeito/droga – que corresponde à contexto/cultura –, é o que vai determinar os adjetivos resultantes desse encontro.

É inegável que as drogas carregam um potencial de afetar a química e o funcionamento do corpo, mas é o sentido advindo do sujeito que constitui e dá significado ao impacto promovido pela substância, ou seja, é um objeto em relação com um sujeito. O consumo de droga não é alheio ao sentido, pelo contrário, assim como todo objeto, ele é passível da significação emocional advinda da atuação e conduta do humano (BLEGER, 1963).

Durante o curso da história da humanidade, a droga ocupou diferentes lugares, mas algo sempre foi uma constante: a substância sempre foi usada de forma a se adequar as demandas da sociedade em questão. Momentos de experimentação livre alternando com momentos de vertiginosa repressão.

As grandes navegações iniciaram novas formas e padrões de uso a partir dos intercâmbios entre os continentes, culminando assim no surgimento de novas questões em relação a droga, como as complicações físicas, psicológicas

e sociais. Os relatos de uso patológico dentro dessa nova realidade se desdobraram na pseudonecessidade de proteção dessas complicações, nos séculos que se seguiram, fomentaram em muitas sociedades novos mecanismos de controle.

Quando o conhecimento se desvinculou do misticismo e da religião e emergiu o status científico, desta forma, o uso de drogas passou a ser ditado em grande parte na contemporaneidade pelo o discurso científico (SANTIAGO, 2001). O lastro cultural/religioso que antes mantinha o sentido do uso de droga e amparava a sociedade das complicações, perdeu sua valia, pois, durante o processo sócio-histórico do ocidente a substância gradativamente passou de instrumento ritualístico para ser inserido no circuito da mercadoria, assim, a partir do capitalismo nascente a substância vai se constituindo como objeto de consumo (ARAUJO e MOREIRA, 2006).

Paralelo ao surgimento da ciência da forma que conhecemos hoje, houve também a transição do feudalismo para o modo de produção capitalista. Nesse movimento essas duas vertentes se associam em prol do desenvolvimento técnico para maximizar a produção industrial e potencializar as trocas comerciais. Essa associação, ciência/capitalismo, permanece vigente até os dias de hoje.

Emergiram desse novo modelo de sociedade um novo estatuto para a droga nas sociedades ocidentais, que posteriormente foi pautado em movimentos de repressão e intolerância. Quando a droga passou a escapar do enlace dos dogmas vigentes e se tornou elemento de contracultura se desdobrou um movimento para sufocar qualquer constituição de significação cultural proveniente disso.

Na rede de relações da sociedade do espetáculo e seus imperativos éticos, o sujeito busca, pela magia das drogas, se inscrever no registro da existência (BIRMAN, 2001). Fruto da medicina clínica, da psiquiatria e do narcotráfico, a adicção (em seu estatuto de toxicomania) se estabelece como o contraponto das depressões e da síndrome do pânico, no sentido de que é pelo consumo massivo de drogas que o sujeito tenta regular os humores e efeitos maiores do mal-estar da atualidade.

Na contemporaneidade, as drogas são avaliadas por uma perspectiva dicotômica, ora definidas como substâncias “demoníacas” – capaz de levar o sujeito destruir e prejudicar a sua própria vida e a daqueles a sua volta, decorrente da dependência química, além disso, o seu consumo está ligado a degradação dos valores sociais e morais –, por um outro lado a droga também é usada para alcançar o engodo de bem-estar almejado pela cultura narcisista do consumo – que a partir de um objeto é possível alcançar uma plenitude através do gozo.

Assim a droga foi elevada ao estatuto de ente capaz de destruir famílias, pessoas e vidas, paralelamente na sua roupagem lícita alcança o estatuto de objeto ideal capaz de propiciar as mudanças “necessárias” ao indivíduo na medicalização do sofrimento. O que coincide nessas duas perspectivas é que em ambas não se considera o sujeito que a consome em sua singularidade. Ignorando que o que define, atribui e determina qualidades éticas as drogas são as atitudes sociais. Nessa perspectiva, a droga se tornou, abarcada pela sociedade do consumo, também uma mercadoria.

Pouco tempo depois, Sir Lancelot chegou ao castelo do Rei Pelles e ali, mais uma vez, viu aquela luz intensíssima e sentiu o odor de suaves perfumes que, ele sabia, indicavam a proximidade do Santo Graal. Mas novamente uma voz lhe disse para se afastar: ele não era digno de ver mais do que aquilo. Chegou a ver anjos segurando velas ao lado da mesa em que o cálice jazia, coberto por um brocado vermelho. Tentou se aproximar, mas uma lufada de ar misturado com fogo o derrubou, deixando-o por vários dias como morto. Compreendeu, então, que não estava destinado a ver o Vaso Sagrado mais do que vira.

Quando voltou a Camelot, encontrou a corte enlutada, pois mais da metade dos cavaleiros que partiram em busca do Santo Graal estavam mortos, enquanto outros voltavam sem nada obter. Alguns, como Sir Ector de Maris, Sir Uwayne e Sir Gawaine, viveram proezas maravilhosas. Mas de Sir Bors, de Sir Persival e de Sir Galahad ainda não haviam notícias.

Sir Lancelot narrou a todos os presentes, suas aventuras e tudo que sabia sobre Galahad e os outros. (MALORY, adaptado por MACHADO, 1997, p.60).

CAPÍTULO III – SIR BORS – A VIA PSICOPATOLÓGICA PSIQUIÁTRICA

Sir Persival, Sir Bors e Sir Galahad empreendiam sua busca separadamente, ora correndo perigo, ora encontrando maravilhas, ora deparando toda espécie de sinais estranhos. Não tinham tido, porém, nenhuma visão do Santo Graal.

Sir Persival, certa vez, soube que Sir Galahad estava na mesma floresta que ele. Procurou-o sem descanso e, finalmente, ao sair da mata, o encontrou. Mais adiante, numa encruzilhada, encontrara, Sir Bors. (MALORY, adaptado por MACHADO, 1997, p.60).

Ao nos perguntarmos sobre as terminologias e conceituações acerca da adicção, Postigo (2010, p. 25) nos mostra um ótimo ponto de partida ao dizer que *“a escravidão, a dependência, a submissão, a repetida e compulsiva busca ao objeto apresentam-se como os principais elementos no quadro da adicção”*. Dessa forma podemos pensar que, a pessoa, na adicção apresenta: compulsão, obsessão e perda de controle em relação a algum tipo de objeto. Pirlot, (2014) menciona que a adicção é ampla, e a conceitua:

O termo “adicção” abrange as condutas de toxicomania, de alcoolismo e todas as demais que acarretam dependência, com ou sem substância tóxica. Pode-se ser adicto de alimentos (bulimia) ou da “ausência de alimento” (anorexia), do suicídio, de aquisições patológicas de tóxicos (álcool, tabaco, haxixe, heroína, morfina, cocaína, ecstasy, crack, psilocibina), de psicotrópicos, de jogos, – aí compreendidos de vídeo e computador – de medicamentos – sobretudo os psicotrópicos de sexo, de trabalho, de atos criminosos, adictos de sacrifícios e de cortes dolorosos, de relações amorosas (PILORT, 2014, p. 14).

Segundo Gurfinkel (2011), podemos sintetizar o conceito adicção como sendo o uso compulsivo e irrefreável de um determinado objeto, que o adicto é impelido e incapaz de deixar de fazê-lo. Esta concepção está balizada pela etiologia do termo adicto que provém do latim (*addictu*) – na Roma antiga era assim denominado o homem que, para pagar uma dívida, se convertia em escravo por não dispor de outros recursos para cumprir o compromisso contraído.

A raiz etimológica da palavra nos ajuda a compreender esse aspecto da adicção: o adictu era, na Roma antiga, a pessoa que, incapaz de saldar uma dívida, tornava-se escrava do credor, como forma de pagamento. Em outros termos, trata-se da antiga lenda do indivíduo que vendeu sua alma ao diabo, e ficou então aprisionado e refém de seu salvador/algoz. Esta característica da adicção implica uma importante inversão da relação sujeito-objeto, nos seguintes termos: aquele que era o sujeito que, no exercício de sua liberdade, escolhia usar o objeto segundo sua vontade e a serviço de seu desejo, se torna ele mesmo objeto de seu objeto, que ganha, por sua vez, o estatuto de dono e senhor da situação (GURFINKEL, 2011, p. 47).

A adicção é o uso compulsivo de um determinado objeto e, enquanto tal se trata de uma ação de caráter compulsivo e irrefreável. *“A sensação de culpabilidade interior que o alimenta cresce até o momento em que uma falta provoca pânico, a partir do momento em que ele sentir falta de uma antiga dependência de escravo”* (PILORT, 2014, p. 19). O sujeito se sente impelido ao uso do objeto e, seja pelo imperativo do gozo ou da tirania do superego, se vê incapaz de deixar de fazê-lo.

Segundo o CID- 10 a adicção é definida como:

Um conjunto de fenômenos fisiológicos, comportamentais e cognitivos, no qual o uso de uma substância ou uma classe de substancias alcança uma prioridade muito maior para um determinado indivíduo que outros comportamentos que antes tinham maior valor. Uma característica descritiva central da síndrome de dependência é o desejo de consumir drogas psicoativas (as quais podem ou não ter sido medicamente prescritas), álcool e tabaco (CID-10, p. 74).

Constatamos que, segundo esses autores, a necessidade do adicto é buscar constantemente uma rápida recompensa e um prazer imediato. Segundo Pilort (2014), para o adicto é insuportável esperar por tal satisfação, tornando-se assim um escravo de seus vícios, compulsões e paixões. Pois, segundo Bidaud (1998, p. 59) *“o objeto passional é ao mesmo tempo possuidor e possuído, ele é tão ‘necessário’ quanto aquele da necessidade”*, Postigo (2010) complementa apontando que o objeto nas adicções é excessivamente insistente e persistente, tal como uma paixão silenciosa e mortífera, capaz de tornar tóxica gerando uma relação de dependência arrebatadora e absoluta, dominando e aniquilando sua condição de sujeito do desejo.

Por sua vez o conceito de adicção é muito mais amplo do que inicialmente parece. O significado da palavra “adicto”, muitas vezes é utilizada no lugar da palavra “mania” (toxicomania, por exemplo). Atualmente o termo ainda é associado ao uso/dependência de substâncias psicoativas, principalmente pelos grupos de Narcóticos Anônimos (NA) e outros grupos relacionados (Amor Exigente, Nar-anon, entre outros), esse uso não está equivocado, mas é reducionista, pois a toxicomania é um dos aspectos da adicção.

O uso de substâncias ilícitas somada à uma enorme gama de complexidades, acaba, refletindo na terminologia e denominações associadas a ele, desta forma parece modificar-se regularmente à medida que os vários

comitês profissionais e governamentais se reúnem para discutir o problema. Dentro do escopo dos estudos dessa dinâmica de uso temos nomenclaturas diferentes, por exemplo, no que se refere ao que chamamos de substâncias que alteram o cérebro, na terceira edição Manual de Diagnóstico e Estatística de Transtornos Mentais (DSM-III-R) referia-se a elas como “substâncias psicoativas”, mas a quarta edição (DSM-IV) fala simplesmente em “substâncias” e “transtornos relacionados a substâncias”. Segundo Kaplan (1997), a razão para o abandono da palavra “psicoativa” é que o termo arriscava limitar a atenção às substâncias que têm como efeito principal uma atividade de alteração cerebral. Seguindo essa lógica do DSM-III-R, o conceito de substância psicoativa não inclui substâncias químicas com propriedades de alteração cerebral (solventes orgânicos por exemplo), que podem ser ingeridas de propósito ou acidentalmente.

As definições são geralmente complicadas nesse tema, pois, não é possível separar substâncias ilegais das substâncias legais, já que muitas substâncias legais (morfina, por exemplo) frequentemente são obtidas por meios ilegais e usadas para finalidades não prescritas.

Outro aspecto complexo é a terminologia do próprio objeto. A palavra “substância” atualmente é preferível à palavra “droga”, já que a última implica uma substância química manufaturada, enquanto muitas substâncias associadas com padrões de abuso ocorrem naturalmente (maconha por exemplo) ou não se destinam ao consumo humano (por exemplo, cola de sapateiro). Portanto, no DSM-IV, o tópico é descrito pelo título geral de transtornos relacionado a substâncias.

Além da mudança para “transtornos relacionados a substâncias”, a categoria diagnóstica existente no DSM-III-R “transtornos mentais orgânicos induzidos por substâncias psicoativas” foi eliminada no DSM-IV. Desta forma o conceito de transtornos mentais orgânicos foi completamente abandonado pelo DSM-IV. Portanto, o que anteriormente era rotulado como “transtornos relacionados a substâncias”, agora possui uma referência cruzada nas categorias diagnósticas do DSM-IV que cobrem aqueles sintomas ou síndromes particulares.

Embora todas as substâncias consideradas pelo DSM-IV na categoria de transtornos relacionados a substâncias estejam associadas com um estado de intoxicação patológica, as substâncias variam no que diz respeito a se um estado patológico está ou não associado com a abstinência ou se persiste após a eliminação da substância do organismo. Dentro do sistema do DSM-IV, os pacientes que estão experimentando intoxicação ou abstinência de substância acompanhadas de sintomas psiquiátricos que, no entanto, não satisfazem os critérios para o padrão sintomático de uma síndrome específica (por exemplo depressão) recebem o diagnóstico de intoxicação com substância ou abstinência de substância, possivelmente com dependência ou abuso. (KAPLAN, 1997, p. 369).

Nos EUA, a palavra “addiction” angariou uso popular e passou a ser aplicada também a comportamentos compulsivos relacionados a sexo, trabalho, comida, jogo, TV, etc. Desta forma a Organização Mundial de Saúde concluiu que o termo “adicação” não era mais um termo científico e recomendou sua substituição por “dependência de drogas”. Posteriormente o termo foi incluído e aceito novamente no DSM-V.

O conceito de dependência de substância teve muitos significados oficiais reconhecidos e muitos significados habitualmente usados ao longo das últimas décadas. Basicamente, dois conceitos têm sido invocados com relação à definição da dependência – “dependência física” e “dependência comportamental”. A dependência física se refere aos efeitos físicos (isto é, fisiológicos) de múltiplos episódios de uso da substância, enquanto a dependência comportamental corresponde às atividades de busca da substância e evidências correlatas de padrões de uso patológico. Especificamente, as definições que caracterizam a dependência física têm usado a presença de tolerância ou abstinência em seus critérios de classificação.

Em 1980 foi incluída na terceira edição do DSM (DSM-III) evidências de dependência física como critérios de diagnósticos para dependência; porém o DSM-III-R, sete anos depois, retirou de seus critérios de diagnósticos para a dependência a constatação de evidência de dependência física e, posteriormente, no DSM-IV foi permitido que o médico especifique se os sintomas de dependência fisiológica estão presentes. O DSM-IV também permite que o médico avalie o estado atual de dependência de substâncias a partir de uma base de modelo de funcionamento fisiológico, enquanto a dependência psicológica é caracterizada por uma avidez contínua ou intermitente pela substância, a fim de evitar um estado de disforia.

Não devemos simplificar excessivamente a presença ou ausência de dependência física, assim como características de dependência psicológica. É importante salientar que a dependência psicológica indubitavelmente reflete alterações fisiológicas nos centros de comportamento do cérebro e vice-versa. Relacionada de alguma forma à “dependência” está a palavra “adicção” e a correlata “drogadito”. Esta última adquiriu uma conotação distintiva, inconveniente e pejorativa que reflete o conceito de abuso de substância como transtorno médico. A palavra “adicção” também foi trivializada pelo uso popular. Segundo Kaplan:

Embora essas razões tenham contribuído para que se evitasse a palavra “adicção” na nomenclatura oficial, pode haver alguns substratos neuroquímicos e neuroanatômicos em comum entre todas as adições, quer sejam adições a substâncias ou outras (por exemplo, jogo, furto, e consumo alimentar). (KAPLAN, 1997. p. 371).

Essas várias adições podem ter efeitos similares sobre as atividades de áreas específicas de gratificação cerebral, como a área tegmental ventral, *locus ceruleus* e *nucleus accumbens*.

O termo adicção foi atrelado à dependência de alguma droga, porém, podemos definir a toxicomania como sendo uma adicção onde o objeto é a droga. Mas podemos dizer que foi com o objeto droga que a adicção foi entendida como uma questão de saúde e a partir disso se pesquisou sobre o tema e ampliou a perspectiva sobre o que é adicção e de seus outros objetos.

Para continuarmos a dissertação acerca da conceituação da adicção e suas terminologias, nos propomos a dividir este tópico em dois eixos, no primeiro vamos explorar as questões psiquiátricas pautando o percurso no histórico e do desenvolvimento do termo dentro do DSM. O segundo eixo será focado em um sobrevoo sobre a visão psicanalítica sobre o tema em questão e a relevância de pensarmos a relação do funcionamento adicto com os modelos de subjetivação na contemporaneidade.

Eixo I: O desenvolvimento da delimitação psiquiátrica da adicção.

A Associação Americana de Psiquiatria (APA) – então chamada Associação Americana Médico-Psicológica – na segunda metade da década de 1910, havia introduzido uma classificação de transtornos mentais, objetivando a

investigação estatística. Em 1927 se iniciou um esforço conjunto para a elaboração de uma nomenclatura de tais doenças que pudesse ser compartilhada por diversos atores da área da saúde.

Décadas depois, o fruto deste trabalho em conjunto foi denominado *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais*, ou apenas DSM (mantendo-se a sigla em inglês). Desde então a APA passou a se encarregar de publicações futuras, que gradualmente foi ampliando o objetivo inicial, passando a incluir também a função de referência para o diagnóstico.

Enquanto era publicada a primeira edição do DSM, a Organização Mundial de Saúde já havia produzido diversas edições do CID – Classificação Internacional de Doenças –, este manual foi estabelecido com o escopo mais amplo que o do DSM, pois, tem como objetivo a classificação de todas as doenças (onde os transtornos mentais constituem um subconjunto). Desta forma a nova publicação da APA se configurava como uma alternativa às diferentes edições do CID, no campo da saúde mental, mais especificamente uma alternativa ao CID-6, que foi a primeira edição do CID a conter uma seção para transtornos mentais, pois, o DSM focava especificamente esta esfera da área da saúde.

Foram publicadas seis versões do DSM até o presente momento: DSM-I (1952), DSM-II (1968), DSM-III (1980), DSM-III-R (1987), DSM-IV (1994), DSM-IV-TR (2000) e DMS-V (2013). Traçaremos aqui um breve percurso pelas sete versões do manual publicadas até o momento, focando de maneira geral e, especificamente, como a questão do uso de droga e adicção foi abordado por elas ao longo das últimas décadas.

As adicções são citadas desde a primeira versão do DSM, publicada em 1952, incluídas no conjunto dos *transtornos de personalidade* e divididas em *alcoolismo* e *drogadicação*. Nesta perspectiva as adicções eram especificamente um subgrupo dos *distúrbios de personalidade sociopáticas* – distúrbios que caracterizavam (naquela época) a personalidade psicopática e de *desvio sexual*. Segundo Russo e Venancio (2006), os chamados transtornos de personalidade eram “*terras de ninguém*” (p. 469), pois não se enquadravam como sendo distúrbios propriamente físicos nem psíquicos, mas morais, e, sendo assim, tanto psiquiatras quanto psicanalistas, tinham dificuldades em lidar e precisar sua categorização.

O distúrbio de personalidade sociopática era especificamente relacionado com a não conformidade com os aspectos sociais e culturais em um caráter patológico segundo o DSM, ou seja, era algo mais complexo do que apenas problemas no relacionamento interpessoal e um mal-estar pessoal. Desta forma, os transtornos pertencentes à esta categoria seriam decorrentes de outros transtornos. Podemos constatar aqui o quanto o paradigma moralista circunscrevia o tema das adicções e o quanto o assunto era permeado por contradições nessa época.

O DSM-II acabou se tornando um contraponto a CID-8 (1965), pois a parte destinada ao uso de droga não difere de uma classificação para a outra. Enquanto que as adicções no DSM-II passam a ser separadas em *alcoolismo* e *dependência de drogas*, apesar de permanecerem catalogadas no grupo dos *transtornos de personalidade e outros transtornos mentais não psicóticos*.

Nesta segunda edição, o alcoolismo e a dependência de drogas começam a ser inscritos como sendo uma categoria maior, na perspectiva de uma autonomização da patologia, deixando de serem subdivisões para possuírem suas próprias subdivisões:

- a) O alcoolismo é subdividido em: excesso alcoólico episódico; excessos alcoólicos habituais; dependência do álcool; e outras formas de alcoolismo, ou não especificadas.
- b) A dependência de drogas é subdividida segundo a substância, e não segundo o padrão de consumo.

Percebemos que no DSM-II aparecem as primeiras tentativas de estabelecer parâmetros para a classificação de um indivíduo nas diferentes categorias, ainda que alguns desses parâmetros sejam abstratos ou incipientes.

No novo manual para definir um caso de alcoolismo, por exemplo, é preciso critérios e categorias, um deles é que haja prejuízo para a saúde física ou para o funcionamento pessoal ou social, ou que a bebida seja pré-requisito para o funcionamento normal do indivíduo. Apesar do aspecto subjetivo para interpretação de tais critérios, um grande avanço foi a divisão categorias específicas para se definir um diagnóstico sobre o assunto. Continuando com o alcoolismo como exemplo:

- 1- Excesso alcoólico episódico: a partir de quatro intoxicações ao ano.

- 2- Excessos alcoólicos habituais: mais de doze intoxicações ao ano, ou mais de um uso semanal (mesmo que não caracterize intoxicação).
- 3- Dependência (a categoria de interpretação mais subjetiva): Afirma-se como principal indício do quadro a presença de sintomas de abstinência e a incapacidade de ficar um dia sem beber.

A objetivação dos critérios diagnósticos, porém, não está presente no tópico sobre a dependência de drogas. Ou seja, no caso do álcool, é perceptível o esforço em estabelecer o que seria uma quantidade aceitável e o que caracterizaria excesso, para assim determinar os parâmetros de normalidade, o mesmo não acontece no caso das demais substâncias.

Apesar das mudanças da segunda edição com relação a primeira, no quesito das adicções, a evolução não representou uma ruptura significativa com as concepções dominantes no campo. Segundo Russo e Venancio (2006) ambos são marcados pela influência da psicanálise, algo que foi bem alterado na terceira edição.

Em 1980 foi publicado a terceira edição do DSM, com uma proposta de um modelo de investigação biopsicossocial. Nesta versão foi promovida grandes e significativas mudanças em relação as edições anteriores. Uma das mais significativas mudanças foi o estabelecimento de eixos multiaxiais de investigação, que objetivava o esgotamento do quadro clínico de cada patologia. Basicamente os eixos eram divididos nas seguintes esferas:

- a) Eixo I e II – transtornos mentais.
- b) Eixo III – condições físicas.
- c) Eixo IV e V – qualificam e descrevem os fatores psicossociais e o funcionamento global.

O DSM III se constitui como um manual desprendido de uma abordagem teórica específica em relação à etiologia dos transtornos. Nas edições anteriores o fato de incluir diferentes teorias sobre a etiologia dos transtornos, foi considerado, pelos autores da terceira edição, um obstáculo para o compartilhamento de informações entre profissionais de diferentes orientações. Desta forma, optaram por estabelecer um discurso pelo viés descritivo, sendo assim, foi suprimida a perspectiva psicanalítica presente nas edições anteriores.

Essa mudança no DSM não é apenas terminológica e/ou estrutural, mas sim algo que correspondesse com as exigências da psiquiatria. Apesar do

discurso ser para ampliar o escopo dos profissionais que podem trabalhar com o DSM, estes devem se submeter a perspectiva psiquiátrica ao discutir a base dos transtornos mentais.

Segundo Russo e Venancio:

Sob a radical ruptura terminológica, portanto, encontrava-se a ruptura também radical com uma certa teoria sobre os transtornos mentais. O pressuposto empirista implicado em uma posição 'a-teórica', e por isso objetiva, tem afinidades evidentes com uma visão fisicalista da perturbação mental" (RUSSO & VENANCIO, 2006, p. 465).

No DSM-III se reconhece a dificuldade em operacionalizar o conceito de "transtorno mental" e na tentativa de definir o termo, assume-se que cada transtorno mental é definido como um comportamento clinicamente significativo, sendo síndrome ou padrão psicológico e é tipicamente associado à um sofrimento (sintoma doloroso) ou deficiência (dano em uma ou mais áreas importantes do funcionamento).

Além disso "quando o distúrbio é *limitado* ao conflito entre um indivíduo e a sociedade, isto pode representar desvio social, o qual pode ou não ser apropriado, mas não é em si um transtorno mental" (APA, 1980, p.6), ou seja, há uma suposição de que existem distúrbios numa disfunção comportamental, psicológica e/ou biológica, e que também estão na relação entre o indivíduo e a sociedade, mas que não se configuram como um transtorno mental. Mas o fato de não se configurar como um transtorno não implica que um problema psicológico ou de comportamento não deva ser alvo de atenção e cuidado profissional. Tal afirmação é corroborada dentro do manual pela presença de uma seção reservada para condições não atribuídas a transtornos mentais.

Devemos salientar que uma característica que marca esta edição é a ênfase na distinção dada entre a classificação de doenças e de doentes. O foco do manual se estabelece em classificar as doenças e não categorizar indivíduos. Desta forma, ao invés de termos como "esquizofrênico" ou "alcoolista" são usados "pessoa com esquizofrenia" e "indivíduo com dependência de álcool". A concepção que se estabelece nesta edição é a de que, ao afirmar que doença é algo que se *tem*, e não algo que se *é*, o estigma produzido em relação a esses indivíduos seria menos impactante.

Desta forma, o que concerne ao uso de droga no DSM-III o termo "dependência" passa a se referir somente ao sentido fisiológico, o termo

transtornos relacionados ao uso de substâncias substitui a dependência de droga. A modificação do termo se dá pelo argumento de que “dependência” se referia tanto à dependência física quanto à dependência psicológica. O termo ainda passa a compor um grupo próprio, e não mais um subgrupo dos *transtornos de personalidade e outros transtornos mentais não psicóticos*.

Nesta edição são incluídos no grupo de transtornos mentais relacionados ao uso de substâncias o álcool e o tabaco junto com as demais drogas, nas categorias de abuso de álcool episódico, abuso de álcool contínuo e dependência de álcool. Sobre o álcool há a primeira menção à possibilidade de um fator genético na pré-disposição para o desenvolvimento do comportamento abusivo ou dependência. Tal concepção parte dos casos observados de que filhos de alcoolistas, mesmo quando criados por famílias adotivas, são portadores do transtorno. O entendimento que a predisposição é genética descredencia a concepção anterior que era a hereditária, pois nesta transmissão seria a partir de outros fatores além dos genes.

A introdução da classificação do abuso para as outras substâncias é a grande diferença desta edição à anterior. Anteriormente essa classificação só estava presente no alcoolismo enquanto que para as drogas só havia classificação das dependências.

É importante ressaltar que o abuso, segundo o DSM-III, se caracteriza por três fatores:

- a) Padrão patológico de uso;
- b) Prejuízo no funcionamento social ou ocupacional devido ao padrão patológico de consumo;
- c) Persistência do comportamento por, no mínimo, um mês.

Por sua vez, a classificação como dependência de substância exige a presença de sintomas fisiológicos de tolerância e abstinência. Entretanto tais exigências, não são aplicáveis ao tabaco e à maconha – Para essas substâncias faz-se necessário verificar apenas prejuízos de ordens sociais e ocupacionais ou padrão patológico de uso da substância. Para substâncias como a cocaína, fenciclidina e alucinógenos só há a classificação de abuso, enquanto que para o tabaco só há a classificação de dependência.

O DSM-III postula como sendo transtorno os padrões de consumo que resultam em mudanças comportamentais e que são consideradas indesejáveis

em quase todas as subculturas, ressaltando, assim, o caráter contextual do uso de droga e a variação cultural na escolha de algumas substâncias. É importante ressaltar que essa edição do DSM já era utilizado e influenciava a prática psiquiátrica nas mais diversas partes do mundo.

Em 1987 foi publicada a revisão da terceira edição do DSM-III intitulada DSM-III-R. Esta publicação acrescenta a dimensão do risco na conceituação de transtorno mental. Além disso mantém a descrição apresentada no DSM-III, com um enfoque maior para questões do sofrimento (*distress*), deficiência (*disability*) ou o “risco significativamente aumentado de ser acometido de morte, dor, deficiência ou perda importante de liberdade” (APA, 1987, p. XXII).

As influências da tendência “organicista” que já aparecia no DSM-III, na revisão tomam mais força, visto que: “presume-se que todos os processos psicológicos, normais e anormais, dependem do funcionamento cerebral” (APA, 1980, p. 98). Essa afirmação denota que a compreensão orgânica do transtorno mental ganhava cada vez mais espaço.

Acerca do uso de droga, foi acrescentado o adjetivo “psicoativas” ao uso de substâncias. Desta forma mudando novamente o termo utilizado para descrever o transtorno. Outro ponto que devemos salientar é que a primeira vez que a dimensão da “perda do controle” sobre o comportamento é diretamente mencionada como característica fundamental do quadro de dependência: é imprescindível lembrar que a partir desta edição esta questão passa a ser mais importante até que a presença ou ausência de sintomas fisiológicos de tolerância e/ou abstinência.

Desta forma, a partir desse novo critério, “a maioria dos casos de abuso de substância no DSM-III serão subsumidos na categoria de dependência do DSM-III-R” (APA, 1987, p. 418). Os alucinógenos, a fenciclidina e a cocaína, substâncias para as quais só havia a classificação de abuso, nesta edição também foram incluídas na classificação de dependência, além da inclusão dos inalantes na listagem de substâncias.

Nesta revisão do manual, para confirmar o diagnóstico de dependência é preciso que três dos nove sintomas listados e a gravidade do caso poderá variar entre leve, moderado, severo, em remissão parcial e em remissão total. Sobre o abuso de substâncias psicoativas, este consiste no padrão de uso não adaptativo, sendo mais explícito, consiste no uso continuado de uma substância

psicoativa apesar de causar prejuízos sociais, ocupacionais, físicos e psicológicos causados ou agravados pelo comportamento em questão. É considerado no manual ainda que situações nas quais o uso é arriscado, mas que não chega a preencher os requisitos para que seja classificado como um quadro de dependência. Tanto para dependência, quanto para abuso, o tempo mínimo de persistência dos sintomas é um mês.

Pode-se perceber que a partir desta revisão foi significativo o aumento das informações disponíveis sobre o uso de substâncias – tais como padrões de uso, curso da doença, prevalência, problemas associados ao uso de cada substância, dentre outros – o que correspondia ao crescimento do interesse da comunidade científica na produção de dados sobre o tema.

Em 1994 foi publicado o DSM-IV, esta nova edição deu continuidade ao curso cientificista inaugurado no DSM-III. Temos na introdução do manual a afirmação de que a principal inovação não reside na mudança de conteúdo, mas na modificação do processo de construção e documentação, tal metodologia foca na busca por evidências empíricas para a construção de diagnósticos clínicos confiáveis.

Concomitante a elaboração dessa versão, acontecia um considerável aumento da produção de pesquisas sobre os transtornos mentais, em parte possibilitado pelos DSM-III e DSM-III-R (APA, 1994, p. XVIII). Com todo esse processo e investimento, acreditava-se que a confiabilidade do Manual também aumentava.

Apesar de ser a quarta edição do manual, ainda era assumida a dificuldade encontrada na definição precisa do conceito de transtorno mental apesar da constante reafirmação da necessidade de objetividade e critérios bem estabelecidos, e estes estando em conformidade com uma prática psiquiátrica baseada em pressupostos empiristas. Ou seja, apesar de “transtorno mental” ser a categoria que justifica o agrupamento de todo aquele conhecimento em um manual e, no limite, justifica a existência mesma do próprio manual, ela ainda permanece obscura.

Sobre a questão do uso de droga, a categoria aparece novamente intitulada: *transtornos relacionados ao uso de substâncias*. Tal categoria inclui tanto os transtornos de abuso e dependência quanto os que ficavam no grupo de transtornos mentais orgânicos induzidos por substâncias psicoativas, apesar

de apresentá-los separadamente (transtornos por uso de substância e transtornos induzidos por substâncias). Tal mudança se deve ao desaparecimento do conjunto de transtornos mentais orgânicos dos eixos do DSM que corresponde a radicalização do processo de aproximação do psíquico com o orgânico proposto pela psiquiatria biológica.

Esta alteração trata de eliminar a possibilidade de compreensão de que, se havia uma seção para transtornos mentais orgânicos, os demais seriam não orgânicos. Assim, elimina-se a distinção entre doenças psiquiátricas orgânicas e doenças psiquiátricas funcionais, já que a psiquiatria biológica transformou o termo “doença mental orgânica” em pleonismo.

Por sua vez as categorias de abuso de substâncias e dependência não sofreram modificações significativas comparada com a edição anterior. Mas precisamos apontar que, nesta nova edição, há a afirmação de que, mesmo não estando na lista de critérios que definem a dependência, quase todos – se não todos – os indivíduos com dependência de substância apresentam o que se chama de “*craving*” – no Brasil comumente é traduzido como “fissura”. A palavra em inglês *craving*, em seus mais diversos usos, remete sempre ao “desejo” (desejo, anseio, cobiça, etc.).

No ano 2000 foi publicado o DSM-IV-TR, pois, considerou-se que o intervalo previsto entre a quarta e a quinta edição seria muito extensa e o manual ficaria em descompasso com as descobertas produzidas nesse período (APA, 2000).

Nesta nova edição o aumento da quantidade de dados e informações sobre cada categoria é perceptível também nos transtornos relacionados ao uso de substâncias, como já se observou nas versões anteriores. A atualização dos dados empíricos são a grande razão da existência da edição revisada, já que não há mudanças consideráveis nos transtornos, subtipos ou critérios. Outro ponto desta revisão foi o aumento de vez mais informações sobre prevalência, incidência em diferentes culturas e faixas etárias, comorbidades, curso do transtorno, e outras.

Em 2013 foi lançado a quinta edição do DSM. Nesta edição a categoria de transtornos relacionados ao uso de substâncias sofreu profundas mudanças, passou a ser chamada *transtornos por uso de substância e adictivos*. Isso implica que ela contém também adicções com ausência de substância, tal como o jogo,

que antes estava no grupo de *transtornos de controle do impulso*. Ainda, propõe-se como condições indicadas para estudos o *transtorno associado à exposição pré-natal ao álcool*, o *transtorno de uso de cafeína* (que até então só se reconhece a intoxicação, mas não transtornos do uso) e o *transtorno de uso de internet*.

Isto nos revela que, o que passa a ser central na caracterização do uso de droga como comportamento patológico é a dimensão da compulsividade, em relação ao objeto droga.

Podemos constatar pelo percurso de desenvolvimento do DSM qual a perspectiva da psiquiatria para a leitura básica do mal estar e sofrimento humano, apesar do manual considerar as esferas psíquicas (no viés da psicologia) e dos comportamentos sociais, estes dois pontos se apoiam fundamentalmente na questão biológica.

Inclusive Hickie & Rogers (2011) apontam essa propensão genética exemplificando pela leitura da depressão: nesta ótica os problemas basicamente envolvem o desequilíbrio de neurotransmissores no cérebro e o de receptores, etc. que acabam alterando o humor e o seu entusiasmo e a maneira de você enxergar o mundo. A psiquiatria contemporânea entende que vários fatores podem gerar esse desequilíbrio químico no cérebro, inclusive traumas, vivências angustiantes, más notícias recorrentes, enfim, uma série de fatores podem gerar sofrimento, desta forma é normal o indivíduo ficar deprimido em certas situações e quando esse desequilíbrio no cérebro fica crônico considera-se como sendo depressão, ou seja, quando a tristeza já não é mais justificável apenas pelas más notícias, traumas e vivências. Estes motivos e funcionamento podem gerar sofrimento em qualquer pessoa e em qualquer período histórico e desta forma desbalancear a química cerebral.

O cérebro tem mecanismos de recompensas (VOLKOW & MORALES, 2015), geralmente eles estão atrelados ao ciclo da dopamina, que é um neurotransmissor do nosso cérebro, que acaba gerando o mecanismo de necessidade. O ciclo de dopamina está relacionado com quase todos os vícios, principalmente os relacionados à drogas. Além disso VOLKOW et al (2011) indica que o ciclo da dopamina pode estar apenas relacionado à necessidade de repetir um comportamento, Volkow discute que a questão de sentir o gosto doce,

amargo ou azedo, e que o doce ativa o circuito da dopamina e isso faz com que você queira de novo. Este funcionamento anteriormente associava o ciclo da dopamina ao prazer, ou seja, gostar e sentir prazer era simplesmente consequência do ciclo da dopamina, desta forma a definição de prazer se restringiria a isso.

Volkow (2011) postula novas questões sobre o tema dizendo que tal articulação é muito simplista, pois, a necessidade de fazer algo não está atrelada imprescindivelmente a gostar/sentir prazer. Desta forma, os estudos recentes apontam uma diferenciação entre necessidade e prazer, desta forma o ciclo de dopamina estaria relacionado ao funcionamento da necessidade, que corresponde ainda à lógica da recompensa, enquanto as questões do gostar e do prazer estaria relacionada a atividade de opióides endógenos.

O organismo humano produz alguns peptídeos da família dos opióides, desta forma o cérebro tem receptores para os opióides. Tal substância está relacionada com anestesia, ou seja, para que o organismo não sinta tanta dor. Por isso que os opióides artificiais são geralmente usados como anestésico, como por exemplo a morfina (MEITES et al, 1979). Os opióides em determinadas quantidades podem gerar prazer ao estimular alguns desses receptores presentes no cérebro. Por causa disso que os derivados do ópio como a morfina e a heroína geram tanto prazer e também viciam. Dito isso percebemos que esses receptores para os opióides estariam relacionados com a via do prazer.

O mecanismo que gera o vício seria o embricamento do prazer e da necessidade que correspondem ao funcionamento dos receptores de opióides e o ciclo da dopamina. Gerando assim esse funcionamento compulsivo (necessidade) obsessivo (prazer) típico das toxicomanias (VOLKOW & MORALES, 2015).

Já o ciclo da dopamina, segundo Volkow (2011) não precisa ser necessariamente ativado pelo consumo de drogas, ele pode também ser iniciado com comportamentos e diferentes vivências que levam ao vício. Tal processo gera uma mensagem e uma resposta cerebral que é muito similar com o uso de substâncias, correspondendo assim à lógica da adicção, conforme descritos no DSM-V e nos estudos de neurotransmissores.

Após esse breve percurso histórico sobre a evolução dos Manuais e da categoria de uso de droga, passemos à reflexão sobre alguns pontos de indagação trazidos por essa análise, para assim pensar em como a visão psiquiátrica potencializa a constituição de forma subliminar (ou não) de uma lógica que potencializa o funcionamento adicto. Como várias questões poderiam ser retiradas para discussão, três delas foram privilegiadas, sem qualquer pretensão de esgotar os questionamentos.

O primeiro ponto a se pensar é a evidente marca Psiquiátrica como vertente classificatória, seja com o aumento do número de substâncias incluídas no Manual ou pela classificação de diferentes padrões de uso. Por esta metodologia, ao longo do tempo, cada vez mais pessoas passam a ser enquadradas nas classificações nosológicas e a ser tomadas como alvo de cuidado médico-psiquiátrico. Obviamente, esse é só mais um capítulo do processo mais geral do fenômeno que chamamos de medicalização da sociedade, no qual identificamos a progressiva transformação em questões médicas de questões que não são *inerentemente* médicas (Conrad, 2007).

O segundo ponto é toda a tentativa de “purificação” e aproximação das ciências empíricas, a Psiquiatria continua, a todo tempo, tendo que retomar a discussão sobre seu estatuto epistemológico. O paradoxo da coexistência de uma exigência de objetividade, colocada pela busca de cientificidade pela Psiquiatria, desde a própria definição de transtorno mental até os critérios de classificação do uso patológico de droga.

Finalmente, o terceiro e mais relevante, a ampliação da lógica inaugurada pela droga. Não só qualquer substância pode se tornar uma droga (exemplificada pela progressiva ampliação da lista de substâncias classificadas) como a uma propagação do modelo dos grupos de autoajuda (AA, NA, Etc.), que nos mostra que qualquer coisa pode se tornar uma droga, seja o jogo, a compra, o sexo, o outro. O que permite a aproximação desses comportamentos é a dimensão compulsiva, isto é, a incapacidade, a incompetência para exercer controle sobre o desejo, cuja realização transformou-se em um imperativo. E é aí que parece residir a justificativa para a patologização do comportamento e seu controle pelo “poder psiquiátrico” (FOUCAULT, 2006): o risco da irrupção do desejo.

A partir desses três pontos levantados, é relevante ressaltar a implicação da medicina e das tecnologias de ponta ao refletirmos sobre a questão da droga,

pois, o imbricamento desses dois fatores produz e instiga o consumo de drogas em larga escala, vide o exponencial crescimento da indústria farmacêutica nas últimas décadas e a modelação do pensamento acerca dos sofrimentos psíquicos.

O avanço alcançado pelas ciências médicas em suas investigações da bioquímica do cérebro e do funcionamento do sistema nervoso aliada às pesquisas em psicofarmacologia forneceu a alavanca necessária para a transformação do *objeto* droga. Ou seja, a droga foi alçada ao estatuto de *mercadoria* de uma forma nunca imaginada anteriormente. Assim, quando “a economia dos signos foi substituída pela economia política [...] as drogas se transformaram num dos maiores empreendimentos econômicos do final do século”. (BIRMAN, 2001).

[...] é impossível que se possam avaliar corretamente a produção industrial e a difusão comercial das drogas nos anos recentes sem pensar no lugar estratégico ocupado pelos avanços científicos da bioquímica e da psicofarmacologia. Por intermédio destas, com efeito, é que a produção de drogas pode ser retirada do registro do trabalho artesanal para o de trabalho industrial. BIRMAN, 2001, p. 240).

O escopo deste tema é tão amplo que a psicanálise pode ser interrogada como prática inserida num determinado contexto social – medicalização e psiquiatrização (saúde mental). Pois, essa reestruturação teórica do campo das drogas somada a urgência social e política que a questão das toxicomanias colocou no espaço social, a farmacologia e a psiquiatria se mostraram limitadas em sua abordagem das drogas, o que exigiu a produção de outras leituras teóricas.

Para corresponder a essa exigência se faz necessário uma abordagem que não desconsidere a perspectiva médica, mas que ela seja usada a partir de um olhar coerente com o sujeito e, para tanto, é necessário um suporte metodológico e teórico, para situar a tríade sujeito/adicção/sociedade no plano conceitual em relação a dois estatutos: material e, ao mesmo tempo, simbólico. Segundo Elia (2004) a psicanálise pode corresponder a essas demandas por ser um saber materialista e por não ser uma biopsicologia.

É preciso sublinhar que o incremento vertiginoso do consumo de drogas no Ocidente, seja pela droga lícita ou ilícita, se funda naquilo que o discurso

freudiano denominou *mal-estar na civilização*. O consumo de drogas se inscreve no circuito pulsional, em que a droga é fascinante, pois é uma promessa de não-confronto com o desamparo.

Eixo II: um sobrevoo sobre a questão da adicção para a psicanálise.

A partir da psicanálise, temos uma concepção de que o desenvolvimento psíquico se sustenta num sujeito que se estrutura ao longo de um percurso histórico singularizado pelo cotidiano. A teorização psicanalítica sobre o inconsciente descentra o humano de uma noção focada no consciente, compreendendo-a no âmbito do inconsciente, como uma instância interna e externa a esse indivíduo e que o assujeita aos seus desígnios.

Antes de nos aprofundarmos no que concerne a adicção, é imprescindível esclarecer de que sujeito falamos, pois neste trabalho lançaremos nosso olhar a diferentes campos, como a psiquiatria e a psicologia, para os quais a singularidade humana é o produto interativo de fatores genéticos e constitucionais com fatores aprendidos e/ou ambientais. Segundo Elia:

[...] O espectro das muitas psicologias e teorias da personalidade vai das mais humanistas e racionalistas, fundamentadas em uma concepção da personalidade como autóctona, autogerada, produzida por fatores intra-individuais, até as mais comportamentais e ambientalistas, em que o próprio termo de personalidade é rejeitado em razão de ser inapropriado para descrever o que se “observa”, ou seja, um repertório de comportamentos do indivíduo. Em algumas formulações que evidenciam de modo mais radical essa interação da carga genética com o conjunto de fatores ambientais que agem sobre o indivíduo e sua constituição chega-se a ponto de reduzir o psíquico a um lugar de interseção, de entrecruzamento, sem nenhuma positividade, de duas ordens primárias, a biológica e a sociológica, estas sim positivas. (ELIA, 2004, p. 35).

A psicanálise se opõe, do modo mais radical, a essas concepções apresentando um modo de conceber o sujeito e sua constituição como uma positividade, e não como apenas um efeito interativo e secundário de ordens positivas porém estranhas ao psíquico e primárias em relação a esse. A noção central do campo do psíquico é justamente a de sujeito. Tal noção aponta para uma dimensão subjetiva descentrada das concepções de uma humanidade racional que unificava e homogeneizava os processos psíquicos a partir de princípios de cientificidade (GARCIA, 2001).

Antes de mais nada, a psicanálise concebe como “psíquico” a categoria operatória de sujeito, considerando que as categorias de psíquico e de psiquismo

são demasiado comprometidas com o campo da psicologia e se inserem em um conjunto confuso de referências individuais, psicofísicas e psicossociais. Desta forma o território do qual a psicanálise fala não é o do campo do psíquico convencionalmente tratado na psicologia, mas podemos dizer que ela trata do campo do sujeito (ELIA, 2004).

Na concepção psicanalítica o sujeito, portanto, se constitui, não “nasce” e não se “desenvolve”. Nesta perspectiva de constituição, fica pautado que o processo de subjetivação não é inato e nem aprendido, mas sim organizado a partir de um vetor que prescinde da concepção tradicional do desenvolvimento da personalidade. Dessa forma possibilitando um outro olhar ao fenômeno adicção.

Freud sugere que as adicções possuem uma aproximação com a neurose e, mais particularmente, com seu negativo, a perversão.

Afora o interessante aspecto que poderia ser levantado quanto a que dívida estaria o adicto pagando, quero aqui ressaltar o “tornar-se escravo”. Diz-se, usualmente, que o toxicômano se torna escravo da droga; quero chamar aqui a atenção para o fato de que a pulsão se torna escrava do objeto, como no caso do fetichismo [um dos paradigmas da estrutura perversa]. (GURFINKEL, 2011, p. 209).

Ao definir a neurose como o negativo da perversão, Freud abriu um novo caminho para a psicanálise das adicções, assim, iremos trilhar e aprofundar esse caminho mais à frente. Lembrando que a perversão é a resolução do Édipo pela via da denegação – ao invés de aceitar a castração o sujeito a recusa e elege um objeto fixo para tamponar a falta na mãe. Segundo Birman:

A estrutura perversa assinala justamente a impossibilidade de o sujeito romper com o desejo da mãe e poder, então, se deslocar da posição de *phallus* materno. Porém, se de modo diverso da psicose o sujeito ordena um eu ideal, tendo então um outro onipotente em sua subjetividade, este outro não permite e não anuncia a figura paterna. Assim, se o pai existe, ele é simultaneamente recusado, não reconhecido em sua transcendência simbólica. Ele se configura psiquicamente como um pai ideal e não como um pai simbólico. Como pai ideal, a relação do sujeito com essa figura só pode ser de aniquilamento, num embate mortal em que apenas um dos rivais pode sobreviver. A figura paterna onipotente preside o funcionamento desse cenário fantasmático, em que a clínica perverte a ética médica em seus valores mais fundamentais e se associa com um funcionário do Estado como seu apêndice, o qual perverte também as proibições da legalidade jurídica (BIRMAN, 2001, p. 214).

Observa-se uma diversidade de objetos de adicção, – nelas incluindo o álcool -, o jogo, o tabaco, a comida, o sexo, o trabalho, os esportes, a televisão,

o computador, o videogame, a internet, os livros, o cinema e tantas outras coisas podem se configurar como objeto de um adicto. Na verdade, podemos imaginar tantas formas de adicção quanto são os objetos à disposição do interesse das pessoas.

Gurfinkel nos aponta que já nas proposições de Abraham existia uma constatação de critérios de ordem mais prática e menos metapsicológica: “a reação patológica do usuário à privação do objeto – sua intolerância à privação do objeto – sua intolerância à abstinência – que caracteriza e distingue um adicto” (GURFINKEL, 2011).

O que caracteriza uma adicção não é o objeto usado, mas o uso que se faz do objeto, pois alguém pode jogar ou beber sem que se seja um adicto desde que tais condutas não tenham um caráter impulsivo e irrefreável. A adicção é uma forma de escravização; o viciado perdeu a sua liberdade de escolha, pois é incapaz de escolher entre usar ou não usar o objeto.

Deve-se reconhecer que cada uma das forças de adicção guarda uma especificidade, ligada às características do objeto eleito. No caso da toxicomania, por exemplo, a ação química da substância no sistema nervoso central é um complicador bastante significativo, que realimenta o próprio ciclo vicioso adictivo de uma maneira muito evidente; no caso da adicção pela internet, por sua vez, a experiência de uma realidade virtual paralela proporciona uma coloração particular para a adicção; e assim por diante. Estas importantes diferenças não anulam, no entanto, o valor se considerarmos as adicções – no plural – em seu conjunto, constituindo um campo psicopatológico comum. (GURFINKEL, 2011, p. 50).

A adicção implica uma terrível inversão da relação sujeito-objeto, pautada nos seguintes termos: *“aquele que era o sujeito que, no exercício de sua liberdade, escolhia usar o objeto segundo sua vontade e a serviço de seu desejo, se torna ele mesmo objeto de seu objeto, que ganha, por sua vez, o estatuto de dono e senhor da situação”* (GURFINKEL, 2011, p. 153).

Essa inversão acaba por forjar, no imaginário social, a ideia de que a droga ou o jogo são viciantes em si mesmos, como objetos poderosos, perigosos e enigmáticos, à imagem e semelhança da figura do diabo. Sendo assim, muitas das estratégias de “combate às drogas” são influenciadas por este mal-entendido básico que corresponde a *“concepção invertida da relação sujeito-objeto que subjaz à conduta do adicto”* (GURFINKEL, 2011, p. 62).

No âmbito em que se dá a inversão sujeito-objeto encontra-se a fetichização e a coisificação. O fetichismo se caracteriza por uma fixação exacerbada por um objeto, que se torna condição indispensável para o gozo. Esta forma de perversão serve bem como modelo para pensar a adicção, ou seja, uma fixação a um objeto exclusivo na busca de prazer e fuga da realidade, em detrimento de outras vias de satisfação.

O objeto-fetice ganha um estatuto, uma importância e uma ascendência sobre o indivíduo semelhante àquela dos totens para os povos primitivos, e a marca desta relação de objeto é a alienação. Mas a alienação da adicção vai mais longe. Nela verificamos, em geral, uma transformação paulatina dos objetos de desejo humano em coisas inumanas e concretas. O objeto de investimento libidinal se tornou, de fato, uma coisa. Esta tendência para uma degradação da qualidade da relação objetual é o que denomino coisificação. (GURFINKEL, 2011, p.52).

Nesta perspectiva o adicto eleva o objeto ao estatuto de uma necessidade, não uma necessidade qualquer, mas uma necessidade vital, tal o modelo da fome. Portanto, o objeto almejado pelo adicto não é, na sua origem e por sua própria natureza, um objeto de necessidade, mas o processo adictivo transformou o objeto do desejo em objeto de necessidade, gerando uma neonecessidade – ou seja, objeto se converteu no “*objeto exclusivo de um prazer necessário*” (McDOUGALL, 1997).

Nas adicções há uma reversão da lógica do apoio – um retorno ao registro inicial da necessidade. Na perversão do funcionamento pulsional que aqui descrevemos, há uma fixidez da pulsão, que tende a reduzir sua ação para o plano biológico e a desfazer toda a rica criação psicosssexual que lhe é própria.

A adicção é, conforme foi definida anteriormente, uma ação de caráter impulsivo e irrefreável; podemos situá-la, portanto, no campo da hipertrofia da esfera do agir. O sintoma *princeps* deste quadro clínico é justamente um agir – o uso compulsivo do objeto –, que domina o sujeito e tende a substituir o recurso do processamento psíquico das excitações pulsionais.

A partir da concepção psicanalítica lacaniana compreendemos que o sujeito emerge a partir da relação com os outros e que é permeado pela cultura. Ou seja, a constituição de um sujeito é sempre a partir de um outro, que é sempre social e externo, mas que se inscreve neste seu contexto imediato e primordial

pela via absoluta da cultura, onde estão em jogo os modos de subjetividade e efeitos inconscientes.

Nessa maneira de colocar o próprio problema se leva, sem dúvida nenhuma a conceber a toxicomania no horizonte lacaniano das perversões. É preciso inclusive ressaltar que, segundo Santiago:

[...] No momento mesmo em que Lacan faz a última incursão no tocante à definição droga do toxicômano, seus alunos se dedicam a pensar os fenômenos da toxicomania e do alcoolismo no universo conceitual da perversão. (SANTIAGO, 2017, p. 200).

Porém, é importante colocar que a verdadeira natureza do problema da regulação da toxicomania não foi categorizada de uma forma simplificada na analogia entre a droga e o objeto fetiche. Pois, segundo Santiago, essa abordagem ainda era insuficiente, porque se faz necessário comprovar como a identificação à posição do objeto, da toxicomania, é depositária de um certo uso da fantasia, própria da estrutura perversa. Santiago continua:

[...] não me parece que a prática da droga se presta a fazer valer a vontade de gozo, característica da posição do sujeito no circuito pulsional da perversão. Ela não é a fonte de uma recuperação de gozo nem de um uso assimilável às vias complicadas e sinuosas da fantasia fundamental. A não ser que queira levar o produto, da toxicomania e no alcoolismo, a categoria de objeto a [...], se existe toxicômanos perversos, eles não são na sua relação desregrada com a droga. (SANTIAGO, 2017, p. 200).

Essa visão do fenômeno da droga obriga-nos a reexaminar as hipóteses de que o toxicômano, conseqüentemente as outras facetas do adicto, não é necessariamente um perverso. Segundo Santiago (2017) a ideia, evocada antes, de que o uso toxicomaníaco da droga impele o sujeito para uma posição em que se faz instrumento do gozo do Outro pressupõe, justamente está longe de preencher as condições exigidas pelas soluções perversas, que impõe o uso da fantasia: como se verificou, no cenário do sadismo, a presença de um objeto que busca divisão do Outro para recuperar o gozo. Nessa perspectiva o ato adicto da toxicomania situa-se além do que caracteriza o ato perverso, que, por sua vez mantém sua origem e sua implicação no circuito fantasmático do sujeito.

Ou seja, por meio desse modo de obtenção de satisfação direta, consumindo um objeto, consuma-se, na verdade, o divórcio do sujeito, no lugar exato do gozo fálico, o que na opinião de Santiago (2017), faz com que a adicção

se conecte com expressões atuais das neuroses e dos efeitos crescentes da ciência no âmbito das distintas modalidades de discursos.

A consideração da droga no registro de um curto-circuito no problema sexual encontra, realmente, na clínica analítica do toxicômano a questão da função paterna [que estabelece a conformidade entre a lei e o desejo]. A prática da droga só se esclarece pela colocação de um mecanismo reparador de uma ruptura no registro fálico. Pela via de um artefato da era da ciência, cria-se um método ordenado e astucioso para se lidar com tal ruptura. Portanto não se deve conceber a repetição ritual desse ato em função do caráter clássico do sintoma freudiano, no sentido, pois, do retorno do recaiado. No fundo, esse artefato atua segundo registro preciso de um símbolo em que se operou a complexa expulsão de qualquer conteúdo representativo, de qualquer valor de sentido. Para esse símbolo, o único sentido aceitável é o que visa a reparar o quê no real do pai não retornou para o sujeito. Além do mais, como já se viu, esse ponto constitui o verdadeiro não-dito do ato toxicomaniaco, assim como guardar uma contestação da lei do pai, paga pelo sujeito com a entrega e a consequente ruína de seu corpo. (SANTIAGO, 2017, p. 205).

Podemos afirmar que a adicção está ligada a diversos vícios compulsivos: drogas, comida, internet, jogos, entre outros. Postigo (2006) considera que a constituição da subjetividade possui enlaçamento com a cultura, as práticas da sociedade se encontram ancoradas em diversas facetas, a saber: a cultura do narcisismo, exacerbação da valorização da imagem, propagação do individualismo, especulação da vida e cultura do narcisismo.

Na atual cultura não há lugar para a falta, logo não se admite mais o sofrimento ou desespero. Estamos mergulhados em um mundo que faz qualquer coisa para se evitar a dor, inclusive apostar na medicina e na indústria de drogas legais como soluções imediatas e alívio do sofrimento.

O aspecto narcísico da sociedade também aponta para a adicção a partir do consumo de mercadorias que se configuram nos mais diversos significantes. Dessa forma podemos lançar um olhar à economia e a dinâmica das singularidades psíquicas produzidas nesse contexto histórico, social e grupal; nessa perspectiva aponta que, a partir dessas facetas, o sujeito na contemporaneidade encontra-se desamparado, buscando um objeto sagrado, tal qual um Santo Graal que lhe propicie a cura dessa dor de viver.

Dessa forma se faz necessário lançar um olhar sobre as questões culturais que permeiam nossa sociedade contemporânea.

Cavalgando chegaram os três ao castelo do Rei Pelles, onde Sir Lancelot já estivera. O rei muito se alegrou com a vinda do neto e dos

dois outros cavaleiros, porque sabia que a busca do Santo Graal estava agora chegando ao fim e, com ela, a sua dor. Há muitos anos Pelles sofria de uma grave moléstia, da qual só se curaria pelas mãos de Galahad, se ele conseguisse alcançar o Cálice Sagrado. (MALORY, adaptado por MACHADO, 1997, p.60).

CAPÍTULO IV – SIR GALAHAD – A VIA SÓCIO-CULTURAL E ECONÔMICA

Galahad continuava sem escudo e não lhe sentia a falta. Depois de cavalgar alguns dias chegou a uma abadia onde já se encontravam dois dos Cavaleiros da Távola Redonda, o Rei Bagdemagus e Sir Uwayne, que lhe contaram que naquele lugar havia um escudo que ninguém usava sem que lhe acontecessem coisas gravíssimas no prazo de três dias.

- Vou experimentar esse escudo amanhã – disse o rei Bagdemagus a Galahad. – Se me acontecer alguma coisa, tu completas minha aventura.

No dia seguinte, depois da missa, um monge os levou ao lugar onde estava o escudo. Era branco como a neve e tinha uma cruz vermelha no centro. E o monge mais uma vez preveniu que apenas o melhor cavaleiro do mundo poderia usá-lo, mas o Rei Bagdemagus, insistindo em testá-lo, saiu do mosteiro com o escudo, pedindo a Galahad que ali ficasse a sua espera. Pouco adiante, encontrou um cavaleiro com uma armadura branca, montado num corcel também todo branco, que vinha em sua direção a toda brida, com a lança em riste. Após derrubar e ferir o Rei Bagdemagus no ombro, o cavaleiro disse:

- Fizestes uma loucura. Esse escudo só pode ser usado por um cavaleiro sem par.

- Pelo amor de Deus, por quem? Quem sois?

- Não posso dizer quem sou. Mas já que pedis em nome de Deus, digo que esse escudo é de Sir Galahad. (MALORY, adaptado por MACHADO, 1997, p.54).

Na cultura contemporânea somos diariamente inundados de propagandas que prometem o acesso à perfeição por meio de mercadorias. Cada um desses produtos traz a promessa de que um objeto que complete o que lhe falta, seja o carro enquanto o complemento do motorista; ou tênis esportivos que são oferecidos ao consumidor que irão “transforma-lo” no astro do futebol ou do basquete. Se o lugar dos consumidores é o *shopping center*, tal qual a biqueira é o lugar do dependente químico, cabe questionar o lugar ocupado pelo sujeito na cultura contemporânea do consumo excessivo e de como se configurou esse lugar.

A promessa de completude propagada pela cultura vigente segundo a psicanálise é uma propaganda enganosa. Pois, desde que as relações sociais humanas são organizadas por intermédio da linguagem, o homem está dividido, incompleto, estruturalmente barrado de atingir a plenitude da satisfação. Essa procura pela completude, remanescente nos dias atuais, parece resquício de uma nostalgia de uma integralidade que nunca se teve nem se terá. A ânsia por

esse engodo remete-nos ao ideal de unidade do ser, apontado em *O Banquete* pela boca de Aristófanes (PLATÃO, séc. IV a.C./1977).

Segundo esse mito, no início dos tempos a raça dos homens não era como hoje. Era diferente, não havia dois sexos, mas três: homem, mulher e a união dos dois. E esses seres tinham um nome que expressava bem essa sua natureza e hoje perdeu seu significado: Andrógino. Caracterizado pela combinação dos dois primeiros, essa criatura primordial era redonda, suas costas e seus lados formavam um círculo e ela possuía quatro mãos, quatro pés e uma cabeça com duas faces exatamente iguais, cada uma olhando numa direção, pousada num pescoço redondo. A criatura podia andar ereta, como os seres humanos fazem, para frente e para trás. Eram redondos porque redondos eram seus pais: o homem era filho do Sol. A mulher, da Terra. E o par, um filhote da Lua. Os andróginos eram dotados de força, agilidade e coragem, e seu andar era circular. Diz-se que um dia os andróginos empreenderam a escalada aos céus a fim de guerrear contra os deuses. Júpiter e os outros deuses decidiram punir tal insolência dividindo os andróginos em dois. Caso sua índole atrevida permanecesse, seriam novamente cindidos em dois.

Consumado o castigo da separação, cada parte desejou unir-se à sua metade destacada, com o intuito de remediar a fragilidade humana através da busca pela recondução ao estado completo anterior:

[...] por conseguinte, desde que a nossa natureza se mutilou em duas, ansiava cada uma por sua própria metade e a ela se unia, e envolvendo-se com as mãos e enlaçando-se um no outro, no ardor de se confundirem, morriam de fome e de inércia em geral, por nada quererem fazer longe um do outro (PLATÃO, 1977, p. 191).

Essa fantasia nostálgica de completude expressa nesse mito também aparece em outras representações artísticas e folclóricas dentro da história da humanidade, ela remete ao desejo impossível de completar a falta inerente à condição humana. Enquanto os gregos antigos criavam mitos para elaborar essa faceta da condição humana, na contemporaneidade essa questão alimenta o modo de produção e o funcionamento das engrenagens do capitalismo pautado no discurso científico, ou seja, por meio do consumo e da rotatividade de produtos potencialmente descartáveis busca-se um objeto de completude. Nessa caricatura, configura-se o cerne da cultura do consumo.

Os modos de produção, como já observava Marx (1858/1988), são diferenciados em cada época e marcam o progresso da economia na sociedade. Segundo o filósofo, a pré-história da civilização humana era orientada pela produção rural e artesanal, posteriormente sendo superada pelas relações de produção burguesas a partir do século XVIII, com a Revolução Industrial.

Com o surgimento da sociedade industrial, caracterizada pela atividade produtiva exterior ao quadro familiar, pela divisão técnica do trabalho, pela acumulação de capital e pela orientação para o crescimento econômico por meio da produção em larga escala, temos um novo paradigma que alterou o funcionamento da forma de estruturação e organização da vida social.

Se os valores da Modernidade produziam culpa como expressão de mal-estar, com sua ética repressiva da renúncia ao prazer imediato, os tempos atuais passaram a produzir ansiedade. A base do modelo é a concepção segundo a qual a cultura se apoia sobre a repressão dos impulsos sexuais e agressivos que, então, são desviados para finalidades socialmente úteis e aceitáveis: o trabalho, a amizade etc. Mas a aderência à renúncia ao prazer imposta pela sociedade e suas exigências cada vez maiores custam um preço muito alto: a repressão excessiva acaba por gerar o “nervosismo moderno”, a neurose que acaba por tornar as pessoas improdutivas e se mostrar nociva à própria vida social. Mesmo fora do campo das patologias que retirassem algumas pessoas da circulação social, a massa das pessoas seria tomada por um crescente mal-estar, que é formulado como sentimento contínuo de culpa e dívida com relação aos modelos ideais inalcançáveis da cultura. (LARSH, 1983, p.175).

O embate do sujeito/cultura e sujeito diante de outro sujeito já seriam uma fonte enorme de tensão e infelicidade que diante do regime social pode produzir arranjos que estabelecem as balizas para as dinâmicas desses embates (embora possamos pensar em modelos mais ou menos capazes de produzir organizações melhores para estruturar essa dinâmica). Os conflitos e cisões são tanto internos como externos, o que estabelece uma prerrogativa de contínuos rearranjos e soluções de compromisso que nunca poderiam chegar a um ponto de equilíbrio e harmonia.

Lançando um olhar ao percurso teórico estabelecido por Lasch acerca da sociedade, o sentimento crescente de impotência diante do mundo e a

determinação de seus destinos foi a base para a emergência de uma cultura narcísica:

Após a ebulição política dos anos sessenta, os americanos recuaram para preocupações puramente pessoais. Desesperançados de incrementar suas vidas com o que interessa, as pessoas convenceram-se de que o importante é o autocrescimento psíquico: entrar em contato com seus sentimentos, comer alimentos saudáveis [...], aprender a se “relacionar”, superar o “medo do prazer” (LASCH, 1983, p. 24).

Esse autor aponta que a ansiedade é característica de um sujeito narcisista: essa denominação se refere àquele que não se interessa pelo futuro – não acredita nele –, assim como não se interessa pelo passado. O sentimento coletivo dominante que se estabeleceu foi de que deve viver o momento presente e exclusivamente para si. Essa nova concepção foi moldando as formas de subjetivação e estabelecendo novas formas de estruturação e organização da vida social.

Apesar de Lasch ser bem específico com seu objeto de pesquisa, o cidadão americano da década de 60/70, sua formulação teórica é muito coerente com o tipo de configuração que estava sendo constituída no mundo ocidental, tanto pela percepção do funcionamento humano apontada pelo autor, quanto pelo fator sócio-político de influência dos EUA sobre a cultura ocidental.

Todo esse processo percebido dentro da sociedade americana não se tratava simplesmente de um retorno do sentimento onipotente do narcisismo infantil, mas de uma nova forma de subjetivação provocada pelo “desterro” do sujeito, tal como concebido na Modernidade: livre, ativo e autônomo. Foi estabelecido um novo paradigma, no que até a própria família teria perdido sua função da criação e transmissão dos valores da cultura às novas gerações: essa tarefa passou a caber a “especialistas”, profissionais da educação e da saúde.

Trata-se aqui da invasão dos espaços privados (como a própria casa e a família) pela ordem pública. A análise de Lasch aponta que essa invasão produziria uma desapropriação de cada indivíduo das ordens de determinação e compromisso com o que quer que faça, levando-o a recuar num fechamento narcísico defensivo.

Referindo-se ao modelo Weberiano como modelo do homem americano, Lasch diz:

Ele [o homem americano] vivia para o futuro, evitando a auto-indulgência em favor de uma acumulação paciente, diligente; e na medida em que a

perspectiva coletiva via o todo com tanto fulgor, ele encontrava no adiamento da gratificação não só sua gratificação pessoal, mas também uma fonte abundante de lucro [...]. A inflação corrói os investimentos e as poupanças. A propaganda solapa o horror ao endividamento, exortando o consumidor a comprar agora e a pagar mais tarde. À medida que o futuro se torna ameaçador e incerto, só os tolos deixam para o dia seguinte o prazer que podem ter hoje [...]. A autopreservação substituiu o autocrescimento como o objetivo da existência [...]. Esperam não tanto prosperar, mas simplesmente sobreviver, embora a própria sobrevivência necessite cada vez mais de ganhos maiores (LASCH, 1983, p. 79).

Nessa nova organização social, ilustrando de forma caricata a experiência psicológica envolvida, em vez de um trabalhador que almeja a ascensão social ou a possibilidade de abrir seu próprio negócio, temos alguém desesperado em não perder seu emprego. Ou seja, nessa perspectiva, o sujeito moderno (freudiano e weberiano) vive no reino do desejo e da renúncia do mesmo; este sujeito que o segue recua à posição de quem vive no campo das necessidades básicas de sobrevivência. Temos aqui questões importantes em relação ao consumo que será abordada com mais ênfase mais adiante.

Segundo Lasch (1983), as pessoas teriam interiorizado cada vez mais os mandatos repressivos e de tal forma que teriam se tornado incapazes de desejar ou sentir o que quer que seja. O narcisista sonha com uma vida selvagem, louca e aventureira com a liberdade de quem não se sente ameaçado por esta possibilidade. Pois, a essa aderência excessiva aos limites da civilização, um tédio aniquilador se instaura e leva-as a cultuar experiências mais intensas que despertem seus apetites adormecidos. Nessa concepção podemos dizer que as pessoas do século XX já não saberiam o que seria ser tomado pelo desejo:

Ao contrário, tendem a ser consumidas pelo ódio, que deriva das defesas contra o desejo e dão origem, por sua vez, a novas defesas contra o próprio ódio. Suaves, submissas e sociáveis por fora, elas fervem em um ódio interior para o qual uma sociedade densa, superpopulosa e burocrática pode divisar poucas saídas legítimas (LASCH, 1983, p. 32).

Desta forma, Lasch aponta que a sociedade narcísica tende a procurar por sensações intensas no presente, além de repudiar o passado, desta forma criando um vácuo de perspectiva de futuro enquanto expressão de um ódio intenso a tudo e a todos. Enquanto as autoridades e valores culturais perdem o valor, a atenção volta-se para as celebridades instantâneas, que nessa nova configuração detêm valor reconhecido dentro dessa sociedade:

Os meios de comunicação de massa, com seu culto da celebridade e sua tentativa de cercá-la de encantamento e excitação, fizeram dos americanos uma nação de fãs, de frequentadores de cinema. A “mídia”

dá substância e, por conseguinte, intensifica os sonhos narcisistas de fama e glória, encoraja o homem comum a identificar-se com as estrelas e a odiar o “rebanho”, e torna-se cada vez mais difícil aceitar a banalidade da existência cotidiana (LASCH, p. 43, 1983).

Correlatamente, na falta de qualquer outro critério interiorizado ou social para identificar-se e reconhecer-se, só resta o anseio por existir e ser reconhecido como celebridade. Esses indivíduos pautados na dinâmica narcísica descrita por Lasch, exibem obsessão predominante pela celebridade e uma determinação de consegui-la mesmo a custo de outros, de seus interesses racionais e até de sua segurança pessoal. O narcisista divide a sociedade em dois grupos: os ricos, grandes e famosos, de um lado, e o rebanho comum, do outro.

Lasch também estabelece como referência para a compreensão do narcisismo na cultura, o modelo psicopatológico do narcisismo na psicanálise. Na classificação de Freud, os grandes grupos eram constituídos pelas neuroses de transferência (a histeria, a neurose obsessiva e a fobia), as perversões e as neuroses narcísicas (as psicoses, como a paranoia, a esquizofrenia e o distúrbio bipolar, ainda que os nomes dados por ele a essas estruturas fossem outros).

Um fator muito relevante no embricamento das palavras de Lasch com as de Freud foi a problematização da psicanálise acerca da definição de normalidade e anormalidade. Muitos dos trabalhos de Freud vão na direção de mostrar que não há uma diferença qualitativa, mas apenas quantitativa entre aquilo que podemos considerar como normalidade e os estados psicopatológicos.

O funcionamento chamado de normal, por sua vez, contém uma série de pequenas fixações, inibições e atos falhos característicos da neurose. O narcisismo faz parte da constituição do eu de todas as pessoas em suas infâncias, mas, como se vê, Freud postulava que ele também dizia respeito a um modo de funcionamento patológico presente nas psicoses. Elas se caracterizariam, em termos gerais, por um recolhimento do interesse da pessoa com relação aos objetos externos e um fechamento no mundo interno. Foi do estudo das psicoses que Freud derivou o conceito de narcisismo postulando que nesse quadro toda a energia psíquica estaria voltada ao próprio Eu.

Lasch observa corretamente como consta na história da psicanálise que, sobretudo desde os anos 1950, muitos dos pacientes que chegavam aos

consultórios naquela década não pareciam se encaixar no modelo freudiano. Tais pacientes traziam queixas de insatisfações difusas, existência amorfa, fútil, vazia, de depressão e alterações bruscas na auto-estima.

Lasch procura evocar a história deste novo uso do narcisismo e, com isso, identificar os traços desta patologia com aqueles que descreveu na dinâmica cultural americana. Desta forma o autor considera que a psicanálise pode contribuir na compreensão dos fenômenos sociais quando procura criar modelos teóricos para a compreensão de casos singulares.

Ao longo do século XX, nesta mesma cultura, o crescimento do narcisismo patológico é reconhecido como um dos indicativos do fenômeno social narcisismo, pois a emergência de ambos são produto das mudanças ocorridas na sociedade. Cada época cria suas formas particulares de adoecimento que expressam, de forma exacerbada, as estruturas da organização social vigente. Tomemos uma passagem na qual Lasch descreve isso e também aponta para a incidência de casos limite:

A psicanálise, uma terapia que teve origem na experiência com indivíduos severamente reprimidos e moralmente rígidos, os quais precisam chegar a um acordo com um censor interior rigoroso, hoje se vê cada vez mais confrontada com um caráter caótico e impulsivo. Ela precisa lidar com pacientes que atuam seus conflitos, em vez de reprimilos ou sublimá-los. Estes pacientes, embora muitas vezes agradáveis, tendem a cultivar uma superficialidade protetora nas relações pessoais. Falta-lhes a capacidade de sentir pesar, pois a intensidade de sua ira contra objetos amorosos perdidos, em particular contra seus pais, impede que revivam experiências felizes ou que guardem na memória. Sexualmente mais promíscuos do que reprimidos, não obstante acham difícil “elaborar o impulso sexual” ou abordar o sexo com espírito lúdico. Evitam envolvimento íntimos, que poderiam liberar sentimentos intensos de ira (LASCH, 1983, p. 62).

É importante salientar a questão da propaganda e consumo: Lasch, aponta que ambas são formas privilegiadas de realização da cultura do narcisismo. O autor data o nascimento do consumo como cultura no início do século XX com a imagem paradigmática da indústria automobilística que, percebendo seu potencial de produção em massa, passou a criar mecanismos para seu escoamento, e isso se fez pela transformação da mão-de-obra – o trabalhador – em consumidor. Nesta dinâmica a publicidade é um elemento essencial:

Em uma época mais simples, a publicidade meramente chamava a atenção para o produto e exaltava suas vantagens. Hoje em dia, ela procria um produto próprio: o consumidor, perpetuamente insatisfeito,

intranquilo, ansioso e entediado. A publicidade serve não tanto para anunciar produtos, mas para promover o consumo como um modo de vida. Ela “educa” as massas para ter um apetite inesgotável não só por bens, mas por novas experiências e satisfação pessoal. Ela defende o consumo como a resposta aos antigos dissabores da solidão, da doença, da fadiga, da insatisfação sexual; ao mesmo tempo, cria novas formas de descontentamentos peculiares à era moderna. Ela joga sedutoramente com o mal-estar da civilização industrial (LASCH, 1983, p. 102).

A propaganda é um elemento contundente ao refletirmos sobre a sociedade contemporânea, ela é extremamente impactante dentro da lógica de consumo, produzindo muito dos pilares da subjetivação narcísica. Enquanto cidadãos perdem suas referências diante de um mundo complexo que não podem compreender e controlar, os mesmos são seduzidos pela superabundância de oferta de mercadorias que prometem felicidade. A sociedade narcísica incide no sujeito por duas vias – pelo recuo à onipotência infantil, com a ilusão de acesso mais imediato aos prazeres que se busca, e também pelo movimento narcísico defensivo ante as invasões e riscos da vida contemporânea.

O mundo tal como apresentado pela propaganda, no entanto, representa a possibilidade de se alcançar a felicidade plena com o encontro daquilo mesmo que nos faltava. Já não é preciso renunciar ou esperar, basta poder pagar.

A moderna propaganda de mercadorias e da boa vida sancionou a gratificação do impulso e tornou necessário para o id desculpar-se por seus desejos ou disfarçar suas proporções grandiosas. Contudo, esta mesma propaganda tornou insuportável o fracasso e a perda (LASCH, 1983, p. 44).

Assim, tendo como único critério de valor a visibilidade e a fama, a sociedade torna-se um espetáculo por inteiro. Por meio do consumo, as pessoas incorporam à promessa de prazer imediato e por meio da aderência ao consumismo, condenando-os a uma insatisfação maior. Se já não bastava a frustração e insatisfação à qual – edipicamente – o sujeito procurava se conformar, com as promessas da propaganda se estabelece um imperativo dos ideais narcísicos que, da mesma forma, serão frustrados. Mas agora, gerando uma insatisfação maior, com a queda proporcional ao patamar no qual habitavam os ideais.

Podemos entender que: em vez do imperativo da culpa, que impunha a renúncia ao prazer, temos hoje um outro imperativo que diz: goze! O gozo

aparece hoje inicialmente como uma possibilidade e então passa a ser um dever. Aquele que não goza, deve estar doente. Lasch explicita:

Todos nós, atores e espectadores, igualmente vivemos cercados de espelhos. Neles, procuramos segurança quanto à nossa capacidade de cativar ou impressionar outras pessoas, ansiosamente procuramos por manchas que possam prejudicar a aparência que desejamos projetar. A indústria da publicidade encoraja deliberadamente esta preocupação com aparências [...], um fascículo anunciando conselhos de beleza colocou em sua capa um nu com o título: “sua obra-prima: você” (LASCH, 1983, p. 124).

Conforme foi colocado, se faz imprescindível agora nos aprofundar em outro aspecto acerca da sociedade contemporânea que faz eco com o olhar da cultura do narcisismo: sociedade de consumidores. Devemos agora abordar esse território pelo viés da mercadoria/consumidor.

Quando pensamos na sociedade de consumidores vem a nossa cabeça pessoas em filas enormes, onde pessoas compram compulsivamente um monte de coisas que não precisam e ficam inventando desculpas fúteis para ficar comprando cada vez mais coisas novas naquelas filas gigantescas atrás daquelas grandes promoções com brigas enormes pelos produtos. Quando Bauman fala sobre sociedade de consumidores ele não está apenas falando desse tipo de pessoa, o autor não quer dizer meramente para aquele que consome demais que deveria consumir menos para ser feliz, pelo contrário, ele faz uma crítica a esse tipo de comportamento sem objetivar dar conselhos do que deveríamos fazer ou não.

Bauman traz uma análise da estrutura da sociedade: dizer que nossa sociedade é uma sociedade de consumidores é apontar que o centro da vida social é o consumo, desta forma o consumismo é entendido como um tipo de arranjo social, ou seja, não é apenas uma característica individual é um fator que organiza e transforma as vontades, desejos e anseios das pessoas de forma propulsora e operativa das sociedades.

Nessa perspectiva consumo determina as relações sociais e possui um papel fundamental, não só na formação das identidades das pessoas, mas também na relação entre elas; que, mais que isso, o consumo muda a relação de como as pessoas vêem a si mesmas e de como elas tentam projetar a sua imagem para os outros. Devemos lembrar que com o advento da produção

industrial a relação das empresas com seus clientes e com seus empregados mudou, assim mudou também a relação dos Estados com seus cidadãos.

Com a maior intensidade da lógica do consumo as relações ficam mais instáveis nas vidas das pessoas ou como diz Bauman fica mais líquido.

Apesar da humanidade, desde tempos imemoriais depender do consumo de objetos para sobreviver, sempre foi preciso consumir alimentos para não morrer de fome: desde sempre que toda sociedade consome. Aqui apontamos apenas as questões práticas da utilização de objetos, mas sabemos, como foi apontado em momentos anteriores deste trabalho, que segundo a psicanálise a relação com objetos também é algo muito mais intrínseco, complexo e subjetivo. Neste momento vamos nos ater a visão de Bauman para estabelecer um pano de fundo no qual seja possível dar a profundidade e denotar as nuances da sociedade contemporânea.

Dito isto, retomamos a linha do raciocínio, consumir é algo inerente à condição humana. Dessa forma falar em sociedade de consumidores seria uma redundância, porém, com a visão de Bauman podemos compreender que a relação de consumo na contemporaneidade é diferente das eras anteriores. Segundo o autor podemos dizer que o consumo percorre a história da humanidade:

[...] o consumo é uma condição e um aspecto permanente e irremovível, sem limites temporais ou históricos; um elemento inseparável da sobrevivência biológica que nós humanos compartilhamos com todos os outros organismos. (BAUMAN, 2008, p. 37).

Podemos dizer que o consumo sempre existiu, mas o que mudou foi a centralidade do consumo na estrutura da sociedade na atualidade. Agora o consumo não é apenas uma questão de sobrevivência física como era anteriormente, mas se tornou o fator que organiza e estrutura a vida social das pessoas.

O objetivo crucial, talvez decisivo, do consumo na sociedade de consumidores [...] não é a satisfação de necessidades, desejos e vontades, mas a comodificação ou recomodificação do consumidor: elevar a condição dos consumidores à de mercadorias vendáveis. (BAUMAN, 2008, p. 76).

Na sociedade de consumidores o ato de consumir não tem como objetivo somente garantir a sobrevivência ou a satisfação dos desejos do consumidor. Nessa lógica, o consumo influencia outros aspectos da vida e acontece através de uma comodificação⁷ do consumidor. Bauman é enfático ao afirmar que o consumo transforma o consumidor em mercadoria.

Para compreender esta afirmação, precisamos pensar o que é uma mercadoria segundo o autor. Uma mercadoria é um produto que (na lógica do capitalismo) tem como finalidade o mercado, ou seja, um produto feito para ser vendido. Isso quer dizer que quando o produto é fabricado ele não é pensado para suprir as necessidades de outra pessoa, mas a sua finalidade é a troca no Mercado.

O capitalismo é um sistema econômico que organiza a vida social entorno do Mercado. A lógica da troca, isto é, da compra e venda das mercadorias é o que organiza a vida social de uma sociedade. Isso aponta que as pessoas que estão inseridas nesse sistema econômico têm que participar do mercado para sobreviver, precisam vender alguma coisa para conseguir dinheiro e com este, comprar as coisas que possam garantir a sobrevivência básica quanto coisas que garantam uma vida muito confortável.

Para ilustrar e diferenciar o que torna uma coisa em uma mercadoria, vamos pensar neste exemplo: Quando uma avó faz uma meia para o amado neto, este objeto não é uma mercadoria, porque a meia não é destinada para ser trocada. A preocupação da avó, nessa caricatura, é calçar os pés do neto para aquece-lo. Mas a grande indústria ao produzir meias não está preocupada com os pés de ninguém, a finalidade das meias é atender a uma demanda de mercado. Elas são produzidas para serem vendidas.

Quando o capitalismo começou a se expandir entre os séculos XVIII e XIX, o funcionamento das sociedades europeias muda profundamente e se instaura uma nova maneira de organização social do trabalho. Diferentemente das sociedades tradicionais, o trabalho no capitalismo não é mais pautado no

⁷ Comodificação é um termo usado por Bauman que designa a transformação em mercadoria.

emprego da coerção física. O trabalho passa a ser empregado através de um salário, o trabalhador participa do mercado vendendo sua força de trabalho.

A força de trabalho é uma mercadoria muito diferenciada, pois, esta não é como os outros produtos:

“A capacidade de trabalho” não pode ser comprada e nem vendida em separado dos seus portadores. De maneira distinta de outras mercadorias, os compradores não podem levar sua compra para casa. O que eles compraram não se torna sua propriedade exclusiva e incondicional. (BAUMAN, 2008, p. 22).

Dizer que a força de trabalho não pode ser separada de seus portadores significa dizer que a mercadoria “força de trabalho” é inseparável da personalidade, das expectativas e dos sonhos das pessoas. Isso significa que quando o empresário compra a força de trabalho de alguém por determinado preço (salário) ele não está comprando a pessoa.

A partir desta noção de como funciona uma mercadoria na perspectiva de Bauman, podemos compreender como uma pessoa pode se transformar em uma mercadoria. Para participar do mercado em uma posição melhor as pessoas são estimuladas a entrar na competição e agregar valor à sua mercadoria. Quando valorizadas podem vender por um preço mais caro, podem ter um salário melhor. A valorização da força de trabalho se dá através de cursos, faculdades e tudo que amplie suas capacidades em desempenhar o trabalho. Os elementos que a pessoa descreve em seu currículo são uma forma de tornar sua força de trabalho mais atraente para os seus clientes, no caso, os empregadores.

O currículo é uma lista de especificações da nossa mercadoria “força de trabalho”, é uma peça publicitária de si mesmo, um panfleto que diz tudo que temos de bom, assim como o anúncio do novo *iphone* ou do novo modelo de carro da Toyota, que mostram as vantagens que o consumidor terá com o produto. Um currículo mostra como as capacidades das pessoas podem contribuir para aquela empresa. É uma propaganda de si mesmo para os empregadores. Sobre a venda de si mesmo, Bauman diz:

[As pessoas] são aliciadas, estimuladas ou forçadas a promover uma mercadoria atraente e desejável. Para tanto, fazem o máximo possível e usam os melhores recursos que têm à disposição para aumentar o valor de mercado dos produtos que estão vendendo. E os produtos que são encorajadas a colocar no mercado, promover e vender são elas mesmas. (BAUMAN, 2008, p. 13).

Mas a maior contribuição de Bauman para nosso entendimento nesse trabalho é de que o autor afirma que as pessoas não se comportam como uma mercadoria apenas no mundo do trabalho. Numa sociedade de consumidores a lógica da mercadoria (de valorizar algo que serve para ser vendido) se expande para outros aspectos das vidas das pessoas, até mesmo na formação da identidade e da personalidade.

As pessoas passam a desenvolver as suas habilidades, os seus gostos, o seu estilo de vida, etc. se pensando como uma mercadoria que precisa ser vendida. Segundo Bauman, numa sociedade de consumidores as pessoas só conseguem desenvolver sua identidade consumindo e sendo consumidos. É preciso assimilar a lógica do consumo para desenvolver a sua identidade e a sua personalidade. Sobre isso Bauman diz:

Ao explorarem o mercado à procura de bens de consumo, [os membros da sociedade de consumidores] são atraídos para as lojas pela perspectiva de encontrar ferramentas e matérias-primas que podem [e devem] usar para se fazerem “aptos a serem consumidos” – e, assim, valiosos para o mercado. (BAUMAN, 2008, p. 82.)

Desta forma, consumir serve para aumentar o valor de si mesmo enquanto mercadoria. O consumo de determinado produto pode aumentar o valor da sua imagem para os outros. Podemos perceber que as propagandas não fazem publicidade apenas dos produtos em questão, mas dos estilos de vida ligados a ele. Uma pessoa passa a imagem de “descolada” se usar os produtos destinados para os “descolados”; pode ser roqueira se consumir os produtos certos; pode ser nerd; bem-sucedida; etc. Tudo depende de consumir os produtos certos para a propaganda de si mesmo que deseja e, assim, ser consumido como uma mercadoria.

Para Bauman (2008, p. 75), na sociedade de consumidores o consumo adquire uma nova função: *“consumir”, portanto, significa investir na afiliação social de si próprio, o que, numa sociedade de consumidores, traduz-se em “vendabilidade”*. O autor lança a provocação apontando que as mercadorias que estão no shopping center não são somente os produtos que estão nas vitrines, mas também as pessoas que olham para as vitrines são mercadorias.

As mercadorias “pessoas” não serão vendidas numa operação comercial comum, não serão trocadas por dinheiro, mas as pessoas são expostas à venda

como se estivessem em uma vitrine. Dito isto devemos apontar que as redes sociais são as maiores vitrines.

Segundo Bauman, as redes sociais são sintomas da lógica da mercadoria na sociedade de consumidores. *Facebook, instagram e youtube* são exemplos de que pessoas vendem a si mesmas, querem ser consumidas por outras. Cada foto, cada vídeo, cada texto postado são uma parte de uma propaganda. A foto da comida no restaurante, a *selfie* na viagem, etc. a velocidade das postagens e o cuidado que as pessoas têm com elas são evidências de que todos sabemos que cada post é marketing de si mesmo e que cada *like* é uma pequena prova de que uma operação de venda foi bem-sucedida. As pessoas começam a abrir mão da sua privacidade para começar a valorizar-se como mercadoria.

O que podemos constatar é que estamos imersos em uma cultura imediatista e hedonista. Para Lasch (1983) nessa cultura pautada no consumismo e no hedonismo, os objetos passam rapidamente de extremamente desejados para obsoletos e descartáveis. Paralelo a isso, segundo Débord (1997), temos uma sociedade do espetáculo que valoriza a aparência e a imagem, que enseja a transformação do sujeito e de suas relações em objetos.

Campos (2007) nos lembra que Birman se pauta nessas duas perspectivas sobre a sociedade contemporânea para apontar o impacto de tais características de exibicionismo e autocentrimento que se desdobram no esvaziamento das trocas intersubjetivas.

A tese defendida é que a fragmentação da subjetividade trouxe como reação o autocentrimento do sujeito no Eu, porém de uma forma distinta do individualismo moderno. Se a subjetividade moderna constitui-se no duplo registro da interioridade e da reflexão sobre si mesmo, a subjetividade contemporânea sustenta o paradoxo de um autocentrimento voltado para a exterioridade, em que a dimensão estética, dada pelo olhar do outro, ganha destaque. (CAMPOS, 2007, p. 186).

Podemos dizer que, na sociedade do espetáculo, as pessoas vagueiam sem direção, se importando apenas em parecer fascinante e obter o olhar do outro, ignorando sua alteridade, dessa forma o outro acaba se tornando um objeto de gozo. Tal qual a expectativa do espetáculo, o sujeito estabelece um discurso ficcional, se apresentando como algo que realmente não é e que apenas aparenta ser. Segundo Birman essa dinâmica narcísica estabelece a

ilusão da completude como eixo estruturante da subjetivação contemporânea, na qual o sujeito nessa sociedade do consumo e do espetáculo é transfigurado em um objeto de natureza descartável, ele perde totalmente a sua interioridade, vivendo mascarado dentro do espetáculo.

Assim, vivemos em uma sociedade que instiga a encenação da própria vida. Sobre isso, afirma Debord (1997, p. 13): “*tudo o que era vivido diretamente tornou-se uma representação*”. Nessa vida espetacular e narcísica, tudo é representação, ou seja, uma imagem efêmera.

Dessa forma percebemos que o homem na atualidade, vive só, a partir de uma subjetividade pautada no Imaginário hipervalorizado e carente do elemento transformador do Simbólico, “*resultado dos desdobramentos da exigência de reconhecimento imaginário da completude, veiculado pela fetichização e reificação do outro – devorado e descartado na fluidez das identidades efêmeras da contemporaneidade*”. (CAMPOS, 2007, p 187).

Na atualidade o sujeito acaba ficando em um completo desamparo e mal-estar, pois, esse paradigma de consumo que segue as balizas narcísicas não é apenas pautado para satisfação ou para se tornar algo adquirido, mas sim se estabelece enquanto elemento estruturante da forma de aplacar a angústia. Instituída pela busca pelo prazer a qualquer custo, exigida pelos modos de subjetivação na pósmodernidade, se desdobra na fragmentação da subjetividade.

Dessa forma o engodo da promessa de prazer absoluto e da evitação do mal-estar fazem com que os objetos de consumo se tornem um fetiche tal qual a droga para seu usuário e denunciam o transbordamento da voraz adicção na relação do sujeito com os diversos objetos. Constatamos que essa postura de recusa do indivíduo em estabelecer uma elaboração simbólica do sofrimento se estabelece como modelo de subjetivação instaurada pela sociedade do espetáculo e do consumo.

O escudeiro do Rei Bagdemagus galopou então até o mosteiro levando o escudo e uma mensagem de seu senhor, contando o que se passara.

Imediatamente, Sir Galahad pegou o escudo, montou seu cavalo e veio em encontro do rei. Logo encontrou o cavaleiro branco à sua espera, não para um combate, mas para uma conversa. Após as saudações, o estranho contou-lhe a lenda do escudo:

- Senhor, esta peça foi feita trinta e dois anos depois da Paixão de Nosso Senhor Jesus Cristo por José de Arimatéia. Mais tarde, esse piedoso homem a ofertou a um rei chamado Evelake, que combatia os sarracenos, dizendo que, se Evelake se convertesse à fé dos cristãos, o escudo o protegeria. Ele era, até então, inteiramente branco. Em sua primeira batalha com o escudo, Rei Evelake o levou coberto com um pano, conforme as instruções recebidas de José de Arimatéia. No momento de maior perigo, porém, ele o descobriu, e seus inimigos viram a figura de um homem crucificado, o que os confundiu tanto, que foram derrotados. E ainda um soldado ferido, cuja mão fora amputada, tocando o escudo, conseguiu, milagrosamente, recuperar sua mão. Depois dessa maravilha, a cruz do escudo desapareceu. O Rei Evelake converteu-se então ao cristianismo e, como ele, todo o povo da cidade. Pouco tempo depois, José de Arimatéia partiu, e o rei o acompanhou, por amor a ele e a Nosso Senhor. Quando chegaram aqui, nesta terra, José ficou muito doente. Todos sabiam que brevemente iria morrer. O Rei Evelake, entristecido, pediu-lhe, então, que lhe deixasse uma lembrança. Para atendê-lo, José fez uma cruz com seu próprio sangue no escudo branco – só assim manteria para sempre um vermelho tão nobre e brilhante como naquele momento. Essa era sua lembrança; mas o escudo não deveria ser usado por ninguém até que aparecesse Galahad, o melhor dos cavaleiros e seu último descendente.

Depois desse relato, o cavaleiro misterioso concluiu:

- Finalmente, chegou esse dia. Sois o legítimo dono do escudo, que estava à vossa espera há tanto tempo! – E, despedindo-se, desapareceu.

Sir Galahad, agora completamente armado, sentia-se em plenas condições para enfrentar qualquer perigo que encontrasse na busca do Santo Graal. Imediatamente montou em seu cavalo e partiu. (MALORY, adaptado por MACHADO, 1997, p.56).

CAPÍTULO V – SIR PERSIVAL – O CAMINHO DO MEIO

Persival, Bors e Galahad empreendiam sua busca separadamente, ora correndo perigo, ora encontrando maravilhas, ora deparando toda espécie de sinais estranhos. Não tinham tido, porém, nenhuma visão do Santo Graal.

Sir Persival, certa vez, soube que Sir Galahad estava na mesma floresta que ele. Procurou-o sem descanso e, finalmente, ao sair da mata, o encontrou. Mais adiante, numa encruzilhada, encontrou. Mas adiante, numa encruzilhada, encontrou Sir Bors.

Cavalgando chegaram os três ao castelo do Rei Pelles, onde Sir Lancelote já estivera. O rei muito se alegrou com a vinda do neto e dos dois outros cavaleiros, porque sabia que a busca do Santo Graal estava agora chegando ao fim e, com ela, a sua dor. Há muitos anos Pelles sofria de uma grave moléstia, da qual só se curaria pelas mãos de Galahad, se ele conseguisse alcançar o Cálice Sagrado.

Quando se preparavam para cear com toda a corte, ouviu-se uma voz que dizia:

- Levantai aqueles que não devem se sentar à mesa de Jesus Cristo! Agora os verdadeiros cavaleiros vão ser alimentados.

Ficaram então apenas o Rei Pelles, seu filho Eliezar e os três cavaleiros recém chegados [...]

Novamente ouviu-se a voz:

- Ainda estão dois que não estão incumbidos da procura pelo Graal. Deixe-os sair.

Sairam o Rei Pelles e o seu filho e, no mesmo instante, apareceu na sala um homem vestido como um bispo, trazendo uma cruz nas mãos. Quatro anjos o transportaram até uma mesa de prata sobre a qual se encontrava o Santo Graal. (MALORY, adaptado por MACHADO, 1997, p.61).

Chegamos ao momento de concluir esse ensaio: para tanto devemos apresentar a leitura psicanalítica lacaniana sobre os discursos radicais e a latusa, esses conceitos serão fundamentais para completar nosso mosaico acerca da adicção na atualidade.

Desde seus primórdios, a psicanálise teve na fala o veículo para a construção de sua teoria, pois só quando Freud se pôs a escutar as palavras da histérica que, então, pôde dar sentido ao sintoma da mesma. Desvendando o dizer oculto no falar – sejam essas palavras: atos falhos, sonhos, sintomas etc – , se apresenta como a possibilidade de uma leitura aquém e além das palavras.

Certas relações estáveis no campo das trocas sociais são possibilitadas pela linguagem, segundo Lacan (1970/1992), pois, mediante a estrutura da linguagem é que se torna possível estabelecer os laços sociais que permitem constituição e o desenvolvimento da civilização. É importante lembrar, conforme constatado por Freud (1927/2006), que a vida em sociedade impõe a perda de

liberdade em troca da segurança, sendo que a sociedade é construída a partir das restrições impostas à satisfação pulsional sexual e agressiva dos sujeitos. Assim, uma sensação de mal-estar é estabelecida em vez de sentir-se confortável em meio à civilização, ou seja, tais limitações geram frustrações que dominam as relações sociais e as experiências do sujeito civilizado.

A partir desta perspectiva constatada por Freud que Lacan (1970/1992) propõe, pautado do arcabouço da linguística sausseriana, que o significante introduz a barra à satisfação total, ou seja, o homem é incompleto e o ato da fala é a demonstração de que algo falta – a estrutura de linguagem permite-lhe apenas aproximações daquilo que nomeia e isso configura a representação. Assim, entrar na estrutura discursiva do simbólico implica em uma perda estrutural e, dessa maneira, o ser falante constitui-se como *falta-a-ser*, pois, não se pode dizer tudo, uma vez que faltam palavras para fazê-lo.

A linguagem só pode tocar o real de modo a representá-lo, desta forma sobra um resto sem ser dito e a articulação significante se repete sem cessar nas tentativas malogradas de se dizer tudo. Nesse ímpeto se estabelece a repetição da cadeia significante, que consiste na resposta à perda de gozo através da produção de uma espécie de entropia que funciona a partir de um suplemento de gozo denominado “objeto *a*” na vertente do *mais-de-gozar*.

Como há uma defasagem entre a perda de gozo e o suplemento de gozo, a repetição se mantém, pois, a perda de gozo engendra a falta estrutural quando da entrada na linguagem. Essa busca de acessar o Outro, lugar da linguagem, desnaturaliza o homem e modula suas necessidades instintivas.

A entrada na linguagem se estabelece na tentativa de acesso a algum gozo, sendo assim, a organização social de cada época pretende articular os modos de lidar com essa perda estrutural de satisfação. Assim, reafirmamos que o discurso é o território dos laços sociais, pois, o sujeito é regido pela lei da linguagem.

Nesse sentido, o funcionamento do capitalismo é alimentado pelo poder de consumo desses objetos, tal questão já abordamos ao debatermos os textos de Lasch e Bauman, aqui trazemos a contribuição da psicanálise ao tema.

Para a psicanálise lacaniana pode-se entender que: no sistema capitalista, os objetos da cultura são elevados à categoria desse suplemento de gozo representado pelo objeto *a*. Desta forma, a veiculação midiática de novos

ideais relacionados a esse poder se encontra ligado, por exemplo, à beleza, à riqueza e à sensualidade, atrai os sujeitos na procura da pretensa completude – que consomem produtos seduzidos pela oferta de que os mesmos são capazes de propiciar satisfação total e imediata. Sobre isso Quinet diz que:

A sociedade regida pelo [capitalismo] se nutre pela fabricação da falta de gozo, produz sujeitos insaciáveis em sua demanda de consumo. Consumo de *gadgets* [e de objetos travestidos de suplemento de gozo] que essa sociedade oferece como objetos do desejo. Promove assim uma nova economia libidinal. (QUINET, 2006, p. 39).

Para nos aprofundarmos mais nos meandros desse complexo mecanismo, nos amparamos ainda em Lacan, mais precisamente na faceta de seu arcabouço teórico que define os discursos radicais. O psicanalista francês desenvolveu diversos esquemas, matemas, fórmulas, neologismos, etc, para dizer (parcialmente) sobre aquilo que nenhuma palavra abarca: o inconsciente. Sob essa perspectiva elaborou: os discursos – sob a rubrica da ilustração.

Dessa forma, pode-se cogitar que o discurso é uma demanda, um pedido de mais satisfação, pautada em um modo de funcionamento tal qual um aparelho de acesso ao gozo que, embora limitado, poderia ser possível. Porém, como é sempre frustrada, a demanda mantém-se insaciável e se repete – tal repetição pode ser equiparada à repetição da cadeia significativa em busca do suplemento de gozo.

O discurso constitui um lugar, onde representado por um significante, o sujeito estabelece sua relação com os outros e com o saber. Segundo Souza (2003): *“trata-se de uma 'conexão' entre o lugar do sujeito e o lugar do 'outro' que se inscreve 'fora' da lingüística”*.

Essa “conexão” não é um sujeito que se dirige ao seu semelhante, mas sim um significante (construído imaginariamente diante do desamparo de sua constituição), ou seja, é um significante que se dirige à outro significante. No discurso o primeiro se dirige ao segundo, seu objeto, pois, é incapaz de acessar o sujeito diante de si. Cesarotto (in PINTO, 2007) esclarece dizendo que: *“o ser humano está assujeitado à linguagem, submetido aos efeitos do significante e incapaz de dizer toda a sua verdade”*.

A estrutura discursiva constitui um esquema *“que se inscreve como um jogo de letras. Algo capaz de determinar uma série de escrituras e que busca*

organizar e instalar limites nesse campo de gozo que afeta continuamente o sujeito” (SOUZA, A. 2003). Essa articulação se dá nos discursos denominados radicais, quatro fórmulas diferentes que seguem uma estrutura básica comum: Discurso do Mestre; Discurso da Histórica; Discurso do Universitário e Discurso do Analista. Lacan posteriormente acrescenta mais um, o Discurso do Capitalista.

Segundo os textos de Lacan (1969-1970/1992), a organização societária a qual foi apresentada nesse trabalho apoiada nas teorias de Lasch e Bauman, refere-se ao discurso do capitalista – que comporta um senhor que espolia do trabalhador o seu saber-fazer. No laço social pautado no discurso do capitalista propriamente dito, reconhecemos o funcionamento de uma sociedade de consumo em que os trabalhadores tornam-se um material humano tão consumível quanto os produtos.

As organizações civilizatórias são caracterizadas por Lacan (1969-1970/1992), em seu seminário *O Averso da Psicanálise*, por quatro tipos de articulação significativa. Uma vez que o significante não é apenas a conceituação daquilo que “*representa o sujeito ante outro significante*” (Lacan, 1970/1992, p.19). Estruturado na linguagem, o discurso representa uma maneira de se usar o vínculo social como um modo de acesso ao gozo.

Os discursos são articulações de quatro letras em quatro lugares definidos. O ‘Agente’ é aquele que organiza o discurso, o ‘outro’ é a alteridade à qual se dirige cada discurso, a ‘Produção’ refere-se ao lugar do produto engendrado pelo discurso, e a ‘Verdade’, mantida em disjunção com a Produção, é o posto que fundamenta o discurso. Segundo Quinet (2007): no discurso temos um agente que embasado numa verdade, agirá sobre um outro para se obter uma produção. Ou seja:

$$\frac{\text{Agente}}{\text{Verdade}} \begin{matrix} \rightarrow \\ \searrow \end{matrix} \frac{\text{outro}}{\text{Produção}}$$

Os elementos que constituem a estrutura e alternam suas posições, em cada discurso específico, são:

- **S1** – Significante primordial, também chamado de significante mestre, que representa o sujeito para outros significantes, desta forma intervém no campo definido da linguagem para representar alguma coisa;
- **S2** – Significante do saber inconsciente, responsável por ligar os significantes em uma relação de rede;
- **\$** – Sujeito não autônomo, dividido. O sujeito barrado pela castração;
- **a** – Objeto causa de desejo. O objeto *a*, definido como um resto da operação de surgimento do sujeito na cadeia significante, sendo causa de desejo, quando representa aquilo que provoca o desejo, ou mais-de-gozar, quando é tomado como suplemento de gozo a ser recuperado na repetição da cadeia significante. O objeto *a*, enquanto o que resiste à apropriação significante, circula entre os significantes e escapa a toda captura. Ele remete à falta no campo simbólico ou no campo do Outro que impede a conexão entre a produção e a verdade. Com isso pode-se dizer que não é possível nem se consegue dizer toda a verdade, pois algo sempre escapa decorrente do imperativo do Real. “*Dizê-la toda é impossível, materialmente: faltam as palavras*” (LACAN, 1974/1993, p.11), só sendo possível, então, dizê-la parcialmente.

Os quatro Discursos Radicais:

- **Discurso do Mestre** – Discurso do “senhor” e do reconhecimento, em que o imperativo, verdade absoluta, ocupa o papel de agente. O Discurso do Mestre, formalizado a partir da dialética hegeliana do senhor e do escravo, caracteriza a organização social da tradição, apontando a existência de um ordenador que escamoteia a sua castração para definir as relações sociais a partir da maestria;

$$\frac{S1}{\$} \quad \begin{array}{c} \rightarrow \\ \searrow \end{array} \quad \frac{S2}{a}$$

$$\frac{\text{Senhor}}{\text{Sujeito barrado}} \Rightarrow \frac{\text{Escravo}}{\text{Gozo}}$$

- **Discurso da Histérica** – Discurso da sedução em que \$ ocupa o lugar de agente discursivo, pondo em dúvida a verdade da palavra e assim questionando o desejo. O Discurso da Histérica se caracteriza pela convocação de um mestre que produza um saber capaz de equacionar a falta do gozo pleno;

$$\frac{\$}{a} \Rightarrow \frac{S1}{S2}$$

$$\frac{\text{Sintoma}}{\text{Causa do desejo}} \Rightarrow \frac{\text{Mestre}}{\text{Saber}}$$

- **Discurso do Universitário** – Discurso do “escravo” submetido ao mestre, do trabalho e da produção originados no saber. O Discurso Universitário, formalizado a partir da apropriação do saber do escravo em benefício do senhor, configura uma tirania do saber enquanto totalidade. Lacan (1970/1992) considera que esta troca da posição do saber institui o senhor moderno, cuja estruturação social se organiza pela burocracia.

$$\frac{S2}{S1} \Rightarrow \frac{a}{\$}$$

$$\frac{\text{Professor}}{\text{Significante mestre}} \Rightarrow \frac{\text{Estudante}}{\text{Sujeito dividido e alienado}}$$

- **Discurso do Analista** – Discurso da interpretação, em que o agente é ocupado pela ausência de objeto de satisfação, o que

justamente questiona o sujeito em seu desejo. O Discurso do Analista engendra a situação analítica a partir do lugar do outro ocupado pelo sujeito dividido e possibilita que o analista produza um saber no lugar da verdade em vez de o analista oferecer-lhe soluções prontas;

$$\frac{a}{S2} \begin{matrix} \rightarrow \\ \searrow \end{matrix} \frac{S1}{\$}$$

$$\frac{\text{Desejo inconsciente}}{\text{Enigma}} \begin{matrix} \rightarrow \\ \searrow \end{matrix} \frac{\text{Sujeito dividido}}{\text{Significante}}$$

É possível notar que a estruturação dos discursos denominados discursos radicais representa a impossibilidade de abarcar a totalidade por meio da linguagem. Há uma disjunção entre os lugares da Produção e da Verdade, o que implica na impossibilidade de se produzir uma verdade por meio da articulação significante. Isso corrobora a ideia de que abarcar a realidade por meio da função mediadora da linguagem comporta a falta. Uma vez que a psicanálise de orientação lacaniana pressupõe que os discursos carregam a incurabilidade da falta estrutural, cabe questionar de que modo o sistema capitalista se aproveita disso em seu discurso.

Em uma lição do O Seminário 17, Lacan (1970/1992) inicialmente faz equivaler o discurso universitário ao discurso capitalista, cujo surgimento se dá em conexão com o desenvolvimento da ciência.

Essa proposição sofre alterações quando em Marx, um dos críticos do capitalismo. Segundo Lacan, Marx, produz uma teoria científica sobre o capital e as relações trabalhistas, nomeando o excedente da produção como mais-valia, desta forma, acaba por repetir o discurso do mestre e, com isso, formaliza a mola propulsora do capitalismo.

Na lição referida acima, o deslizamento discursivo do discurso do mestre em direção ao discurso do capitalista coloca no lugar de agente o saber espoliado do escravo, o qual é reduzido a unidade de valor e:

[...] passando um estágio acima, o mais-de-gozar não é mais-de-gozar, ele se inscreve simplesmente como valor a registrar ou deduzir da totalidade do que se acumula” (LACAN, 1992, p.84).

Por ter sido quantificada, a mais-valia adquire o estatuto de espoliação do gozo do escravo pelo capitalista, podendo ser acumulada e utilizada na lógica econômica de investimento no próprio sistema para produção de maior lucro. Lacan (1992) sustenta que o sentido da sociedade de consumo se dá quando o humano é qualificado por um mais-de-gozar qualquer, sendo, assim, equiparado a um produto forjado pela indústria – encontramos aqui, dada as devidas distinções teóricas, um eco do que foi apresentado quando abordamos as características da sociedade contemporânea com Bauman e Lasch.

Enquanto os trabalhadores ou os *estudados* (ALVAREZ, 2008) trabalham para o saber, o sistema capitalista goza de sua posição de objetos que devem consumidos e a consumirem a si mesmos à exaustão. O próprio sujeito localiza-se no lugar da produção do que Lacan chamou de *latusas*, tornando-se produto tão consumível quanto os produtos industrializados, assim como o que vimos ao falar da constituição do objeto droga.

Pautado nas modificações empreendidas por Lacan no discurso do capitalista na conferência de Milão de 1972, Souza (2003) ressalta que, com essas alterações, esse discurso rompe com a lógica dos quatro discursos radicais, tal como foi apresentado no seminário *O Averso da Psicanálise*.

Em sua nova formulação o discurso do capitalista, se aproxima da organização do discurso do mestre, além de possibilitar uma circularidade completa no circuito dos elementos sofre uma comutação dos significantes que ocupam os lugares de agente e da verdade, pois, todos os vértices podem ser alcançados.

- **Discurso do Capitalista** – Discurso que corresponde ao modo de pensar contemporâneo, que tem o capital como pólo numa tentativa de negar a falta. Parte do sujeito dividido como agente, mas o que ele questiona é o valor do saber, e não sua verdade.

$$\frac{\$}{S1} \quad \begin{array}{c} \nearrow \searrow \\ \nwarrow \nearrow \end{array} \quad \frac{S2}{a}$$



O sistema capitalista, como vimos, sustenta-se na crença de distribuição do gozo para todos e em partes iguais, por meio da apropriação dos produtos da cultura, ou seja, consumindo mercadorias. Nesta perspectiva Lacan (1972) aponta que o discurso capitalista é dotado de um ritmo muito rápido e é utilitário do saber científico para produzir objetos a serem consumidos e destruídos, cujo funcionamento, a partir da mais-valia, produz objetos elevados à categoria do objeto 'a' na sua vertente do mais-de-gozar.

Assim, a sociedade de consumo oferece ao sujeito objetos que são elevados à categoria daquilo que completaria a falta-a-ser. Como consequência, no discurso capitalista o objeto 'a' perde sua característica de deslizamento e se apresenta como passível de acesso, apesar disso se constituir como um engodo, pois, a completude não é possível de ser alcançada. Desta forma o sujeito se perde neste circuito enganoso, queixa-se de seu mal-estar e se aliena de sua verdade: a de que é dividido e limitado.

Uma vez alienado, o sujeito aceita os ditames da cultura capitalista, acredita no poder de complementação dos objetos e entra no circuito do consumo excessivo, que torna a extração de gozo uma prorrogação incessante, indo e voltando em torno de um gozo perdido e ofertado como possível. Encontramos aqui exatamente o funcionamento adicto.

Isso se dá pela promoção da produção e da exploração de objetos elevados à categoria do objeto 'a', através de um cortejo à permissividade de gozo, independente das consequências. Nessa organização cultural, o sujeito é, então, incessantemente impelido a gozar por meio do consumo dos objetos da cultura e somente a morte é mantida como limitação ao gozo não castrado.

Disso se conclui que o discurso capitalista refere-se a uma posição a partir da qual o sujeito consente com o rechaço da castração e faz existir através do consumo de uma mercadoria que foi "vendida" sob o rótulo de objeto 'a' – o que nesse trabalho é entendido como o Santo Graal Contemporâneo e que por sua vez foi denominado por Lacan de *Latusa*.

Desta forma destacamos que esse rechaço da falta leva ao apagamento da responsabilidade do sujeito, que fica à mercê dos imperativos contemporâneos de consumo inesgotável, tal qual o dependente químico diante de sua droga de escolha.

É possível supor, a partir daí, que o adicto, em seu ato, se ofereça ao gozo que é estabelecido pela cultura vigente – na contemporaneidade isso corresponde ao consumo de mercadorias –, a fim de buscar o que lhe é colocado enquanto vivência de completude, e assim, evitar o que da falta parece insuportável. A partir desse ponto de vista teórico, o adicto torna-se instrumento tido como ideal no funcionamento do que é estabelecido pela sociedade do consumo. A mercadoria, seja ela qual objeto for, é consumida, então, para fazer emergir essa forma de gozo. O funcionamento da sociedade de consumo inverte a lógica de conscientização do sujeito, quando este se sente fazendo uso de sua autonomia ao consumir uma mercadoria, “preciso comprar isso, porque eu mereço!” é, na verdade, o ato que personifica sua alienação frente a máquina capitalista, estabelecendo o ter (um objeto) ao invés de ser (enquanto sujeito). E neste movimento se torna uma releitura engrenagem dentro deste intrincado mecanismo da sociedade de consumo.

A leitura arquetípica do mito da busca pelo Santo Graal remete às pistas da potencialidade da vida humana (CAMPBELL, 2005, p.6), o que corresponde a jornada do herói, que simboliza o anseio pela perfeição espiritual que nos leva do estado natural de ignorância a um estado de graça e purificação. O herói, na busca por seu Criador, tenta curar a Terra Devastada.

A versão de Thomas Malory sintetiza essa busca pautada na crença e na mitologia cristã:

Quando Sir Galahad preparava-se para rezar, encontrou diante da arca um homem ajoelhado, vestido como um bispo e cercado de anjos.

- Vem, Galahad, servo de Cristo – chamou ele. – Chegou a hora de ver o que tanto desejas.

Galahad, tremendo, levantou as mãos para o céu e disse:

- Senhor, se essa é a vossa vontade, não desejo mais viver.

- Sabe quem sou eu? Sou José de Arimatéia. Nosso Senhor enviou-me a ti para guiar-te, a ti e não a outro, porque te assemelhas a mim em duas coisas: foste capaz de ver as maravilhas do Santo Graal e és puro como eu.

Ouvindo isso, Galahad dirigiu-se a Bors e a Persival, despedindo-se:

- Levei meus cumprimentos a meu pai, Sir Lancelot, e, assim que o vires, dizei-lhes para se lembrar de que o mundo é ilusório.

Depois, ajoelhou-se diante da arca e rezou. De repente, sua alma partiu para junto de Cristo, levada por uma multidão de anjos. No mesmo momento, os dois cavaleiros viram descer do céu uma belíssima mão que apanhou e levou o Vaso Sagrado. Desde esse dia nunca mais um homem pôde dizer que viu o Santo Graal.

Sir Bors e Sir Persival ficaram inconsoláveis com a morte de Sir Galahad. Sir Persival resolveu retirar-se para viver como ermitão, morrendo um ano depois. Enquanto viveu, Sir Bors o acompanhou e, após a sua morte, embarcou para Camelot, onde contou ao Rei Arthur o que tinha acontecido nas aventuras do Santo Graal e transmitiu a mensagem de Sir Galahad ao seu pai.

- Tudo o que quero – disse Lancelot – é juntar-me a meu filho na vida perene e verdadeira. (MALORY, adaptado por MACHADO, 1997, p.64).

O Graal simboliza essa aspiração à plenitude interna, à realização pessoal na união com o divino, e sua busca como história da própria alma ilustra a busca pela emancipação e autoconhecimento, onde transforma seus sofrimentos em algo produtivo para a coletividade.

Considerações Finais

Dito isso, retomamos agora nosso ponto de partida, vamos ao filme para ilustrar o tema dessa pesquisa. Enquanto o mito arthuriano serviu como metáfora narrativa, a obra cinematográfica “O Jogador Número 1” funciona como ilustração artística dos pontos discutidos nesse ensaio.

O diretor Steven Spielberg apresenta seu filme, Jogador Número 1, muita riqueza nos efeitos visuais e uma sutil alegoria dos nossos tempos ao apresentar o futuro no ano de 2045. A obra se inicia de forma clássica à jornada do herói, pois, temos um grande plano geral do ambiente onde o protagonista vive: uma favela customizada, um lugar mundano e baixo. Na jornada do herói a ambientação inicial, que mostra quem é o personagem, como e onde ele vive, com quem se relaciona e como sua vida poderia ser monótona e bem parecida com a vida de qualquer outra pessoa comum.

Temos nesse início o grande espelho da nossa sociedade e uma das tomadas mais impactantes do filme, que ironicamente é a que passa despercebida ao espectador comum. Na cena somos apresentados à desolação do mundo, onde as pessoas vivem literalmente empilhadas umas sobre as outras e recorrem de forma alienada ao mundo virtual onde podem “ser o que

quiserem”. Vemos a pessoas de forma patética interagindo com um espetáculo virtual a partir de seus óculos de realidade virtual, alienados do que se passa no mundo real se focam em conseguir os itens mágico e moedas, as latuas desse mundo, que podem lhe conceder mais itens mágicos ou a customização de seu avatar (auto imagem dentro do mundo virtual).

Acompanhamos o personagem principal, e o que vemos em sua rota saindo de casa até onde está seu jogo de realidade virtual que constitui esse mundo espetacular chamado OASIS. O jovem que se vê preso a um mundo distópico onde em vez de resolver os problemas, as pessoas apenas sobrevivem a eles. Morando sob o mesmo teto de sua tia Alice (Susan Lynch), constantemente vítima de seus detestáveis companheiros perdedores, o garoto encontra a fuga desse ambiente ruinoso na realidade virtual.

Parzival, como é chamado o protagonista dentro do jogo, narra o que é esse mundo virtual:

Esse é Oasis, um lugar onde os limites da realidade são sua própria imaginação. Você pode fazer qualquer coisa, ir para qualquer lugar. Como o planeta Ferris, surfar uma onda gigante de 18 metros no Havaí. Descer as pirâmides esquiando. Pode escalar o Monte Everest com o Batman. [...] As pessoas entram no Oasis por todas as coisas que podem fazer, mas elas ficam por todas as coisas que podem ser. Alto, bonito, assustador, de outro sexo, de outra espécie, gente, desenho animado, você escolhe.

As tomadas do mundo real são as cenas mais importantes, na nossa perspectiva, pois apresentam esse retrato na nossa sociedade e a caracterização do funcionamento adicto. Temos a cena que o “tio” do protagonista usou todo o dinheiro da família para comprar “*upgrad*” – latuas – para seu avatar, a figura desse personagem remete ao estereótipo do perdedor que muitas vezes é associado ao dependente químico, esse personagem serve como paradigma do jogador padrão do Oasis, um adicto.

Temos em outros momentos do filme essa representação do adicto de forma menos caricata demonstrando a forma das pessoas se relacionarem com o espetáculo e o consumo, onde o executivo tenta o suicídio após perder suas moedas. Temos até pessoas que são escravizadas dentro do OASIS para pagar suas dívidas, semelhante ao costume romano.

Sobre essa relação, lembramos que Debord (1997) nomeia o espetáculo como sendo representado pelo imaginário nessa sociedade, que precisa estar a todo o tempo simulando, porque prefere “*a imagem à coisa, a cópia ao original, a representação à realidade, a aparência ao ser...*” (DEBORD, 1997, p. 13). Ao devido tempo discutiremos o quanto as pessoas são facilmente dominadas pelo espetáculo. Sem dúvida, viver em um mundo de emoção, alegria e diversão é muito satisfatório, o que não se sabe é que esse mundo é pura irreabilidade que sustenta a sociedade dominante com base na produção e no consumismo. Complementando tais afirmações, Bauman, como vimos nesse ensaio, concebe a ideia de que vivemos hoje numa sociedade dos consumidores, onde os indivíduos são transformados em mercadorias, devendo-se consumir constantemente, tal qual o adicto.

Acompanhando a película de Spielberg, a aventura segue os passos da narrativa mitológica descrita por Campbell (2005), somos apresentados ao grande conflito da trama e a principal jornada desse herói é decifrar um quebra-cabeça deixado por James Halliday, criador do jogo e personificação de Deus nesse contexto, sendo busca pelo *Easter egg*⁸.

Esse desafio está relacionado a coisa importante para Parzival, pois se encontrar o Easter-egg consegue controle total do Oasis e da fortuna de seu criador, algo que reestruturaria a sociedade vigente no mundo do filme. Esse Easter egg se estabelece como o Santo Graal dessa aventura, o objeto fetiche para todos desse mundo virtual e fora dele.

Em termos mais propriamente psicanalíticos, o objeto fetiche é o que possibilita esquivar da máxima da castração, um semblante, uma imagem para se iludir que a completude é possível. No Seminário 18, Lacan (2009) formaliza que o discurso é um semblante, sendo ele uma maneira de organizar o gozo. O semblante é um efeito, quer no plano da imagem, quer no plano do significante, que busca dar conta do lado insuportável da disjunção entre homens

⁸ *Easter egg* - Esse termo se dá antiga tradição de esconder os ovos de pascoa para que as crianças o encontrem no dia da Pascoa. O termo foi aproveitado pela informática para descrever algum segredo de caráter humorístico escondido em qualquer tipo de sistema virtual, incluindo músicas, filmes, websites, jogos eletrônicos, etc. O termo se popularizou a partir filmes da cultura pop frequentemente esconderem referencias para que seus espectadores encontrem enquanto assistem a obra cinematográfica.

e mulheres. No mito arthuriano o Santo Graal é semblante do perdão Divino e da Salvação, se constituindo como objeto Sagrado a ser buscado a todo custo, um fetiche sagrado, paralelamente a isso temos no *Easter egg* do filme a mesma representação.

A morte de James Halliday, designer trilionário responsável pela criação do game, desencadeia a busca pelo *Easter egg* que ele espalha no sistema virtual, tal qual a demanda pelo Santo Graal no mundo de Camelot. Para alcançar esse objeto fetiche é necessário superar três desafios levam a três chaves que darão acesso aos seus ganhos incalculáveis. Mas como em toda jornada do herói, Parzival contará com a ajuda de seus aliados para desvendar os enigmas.

Spielberg se mostra engenhoso ao conseguir manter o interesse contínuo do espectador a partir do desenrolar de seus enigmas, exprimidos em meio a suntuosos efeitos visuais, o filme desacelera somente nos momentos em que o seu quebra-cabeça está prestes a ser finalizado, atribuindo candura à figura tão peculiar de James Halliday, que tem a sua inadequação revelada perante o mundo real. Temos aqui uma grande contribuição do filme para nossa metáfora, já que nas crônicas arthurianas não questionamos a criação do mundo e seus valores, pois a história está agrilhoadada a conceitos cristão, enquanto “O Jogador Número 1” nos possibilita essa grande reflexão de maneira intimista, pois aqui Deus é um humano e *nerd*.

O fato desse deus, Halliday, não se sentir à vontade o levou a criar OASIS, declaração que alinhava todas as pontas do enredo e faz com que o público compreenda o aspecto *outsider* de um homem tão bem-sucedido. Nesse percurso podemos ver o desdobramento desse jogo se constituindo em algo maior a partir do prazer e da fuga do desprazer que ele pode propiciar, tal qual percebemos ao refletir sobre o percurso da droga na história e ao status que os bens de consumo foram adquirindo no desdobramento da constituição da sociedade do espetáculo e do consumo até a atualidade.

Mesmo com doses cavaleares de maniqueísmo, o roteiro de Zak Penn e de Cline, sabe utilizar isso a seu favor, ao expor justificativas plausíveis para a aceitação da imutável imagem tanto do bem quanto do mal. A cena em que

Nolan Sorrento, o antagonista, chefe da empresa multinacional IOI (Innovative Online Industries, que planeja tomar para si o OASIS), dá início à caçada por Parzival, evidencia o seu constante apego a meios escusos, responsáveis por suas decisões desumanas e covardes, quase sempre executadas por terceiros, exibindo a mutilação afetiva e moral alusiva à sua inescrupulosa figura. Cada ação do personagem vai de encontro à gama de operações maléficas pensada pelos roteiristas, levando o espectador a não se importar com essa demarcação ferrenha, por mais explícita que seja.

Familiarizado a esse tipo de narrativa, Spielberg faz da nostalgia a sua aliada em “O Jogador Número 1”. Nessa tessitura de descoberta, não apenas dos *easter eggs*, mas da essência que enobrece o filme e toca os distintos estágios de composição em seu estado mais puro, o longa, enquanto arte, reverbera nas mais diversas esferas.

A trama ainda exhibe a potência de sua articulação crítica, nos possibilitando amarar todas as questões aqui apresentadas e utilizar essa obra cinematográfica como estamos apontando, porém, não devemos nos furtar em apontar que o final, feliz e politicamente correto, direciona que a interpretação desse contexto maior fique limitado a uma analogia ao mundo dos jogos e aos “*gamers*” – como são chamados os aficionados em jogos –, dessa forma, nossa interpretação agridoce desse filme como sendo, aos nossos olhos, um retrato do funcionamento adicto na atualidade, fica também como um *easter egg*.

O funcionamento pautado e moldado através do discurso capitalista na sociedade narcísica/consumista da atualidade, gera sujeitos adictos consumidos na/e pela paixão pelo consumo, o sujeito contemporâneo sofre impulsionado pelo imperativo de gozar e sobrecarregado pelo impasse de não poder abster-se dos objetos.

BIBLIOGRAFIA

ABRAHAM, Karl. *Teoria psicanalítica da libido: sobre o caráter e o desenvolvimento da libido*. Rio de Janeiro: Imago, 1970. (Originalmente publicado em 1927).

_____. *Contribuições do erotismo oral na formação do caráter*. Rio de Janeiro: Imago, 1977. (Originalmente publicado em 1915).

AKERS, B. P. *The Sacred Mushrooms of Mexico: Assorted Texts*. Lanham: University Press of America, 2006.

ALVARENGA, M. Z.O *Graal: Arthur e seus cavaleiros: Leitura Simbólica*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

American Psychiatric Association. DSM-III, *Diagnostic and statistical manual of mental disorder*. Washington, DC: Autor. 1980.

_____. DSM-III-R, *Diagnostic and statistical manual of mental disorder* (3a ed. revisada). Washington, DC: Autor. 1987.

_____. DSM-IV, *Diagnostic and statistical manual of mental disorder*. Washington, DC: Autor. 1994.

_____. DSM-IV-R, *Diagnostic and statistical manual of mental disorder* (4a ed. revisada). Washington, DC: Autor. 2000.

ARAÚJO, M. R.; MOREIRA, F. G. *História das drogas*. In: SILVEIRA, D. X.; MOREIRA, F. G. (Org.) *Panorama atual de drogas e dependências*. São Paulo, Atheneu, 2006. P. 9-14.

ALVAREZ, P. Antecedentes do discurso capitalista. @gente: *Revista Digital de Psicanálise*, 5, 10-14. Recuperado em 17 de agosto, 2009, de http://www.ebp.org.br/bahia/agente/agente_digital_05.pdf 2008

BAUMAN, Z. *Vida para consumo: A transformação das pessoas em mercadorias*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BIRMAN, Joel. *Mal-estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

BLEGER, J. *Psicologia de la conducta*. Buenos Aires: Paidós, 1963.

BORGES, Jorge Luís. *Esse ofício do verso*. São Paulo: Editora Schwarcz, 2000.

BOWDEN, H. - *Mystery Cults of the Ancient World*. Princeton: Princeton University Press, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. SVS/CN-DST/AIDS. *A Política do Ministério da Saúde para Atenção Integral a Usuários de Álcool e outras Drogas/Ministério da Saúde*. 2.ed. rev. ampl. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

_____. Presidência da República. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD). *Relatório brasileiro sobre drogas*. Brasília: SENAD, p. 364. 2009.

CAMPBELL, J. *O Poder do Mito*. São Paulo: Palas Athena, 2005

CAMPOS, E. B. V. ; COELHO Jr., N. E. . *Incidências da Hermenêutica para a Metodologia da Pesquisa Teórica em Psicanálise*. Estudos de Psicologia (PUCCAMP. Campinas.), v. 27, p. 247-257, 2010.

_____. Sobre a atualidade do mal-estar. *Psyche* (São Paulo) [online]. 2007, vol.11, n.20, p. 185-189 . Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-11382007000100013&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 1415-1138.

CESAROTO, O. A. in PINTO, M. C. org. – *Livro de ouro da Psicanálise*, Rio de Janeiro: Ediouro, 2007.

CHANDLER, A. *A Dream of Order: The Medieval Ideal in Nineteenth-Century English Literature*. Lincoln: University of Nebraska Press, 1970.

CHAZAN, M. *World Prehistory and Archaeology: Pathways through Time*. Kentucky: Routledge , 2007.

COURTWRIGHT, D. T. *Forces of habit: drugs and the making of the modern world*. Cambridge: Harvard University Press, 2001

CONRAD, P. *The medicalization of society*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, (2007).

DEBIEUX, M. *Revista mal-estar e subjetividade. Fortaleza / v. iv / n. 2 / p. 329 - 348 / set. 2004*.

DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DELMANTO, Julio; *Camaradas Caretas: Drogas e esquerda no Brasil após 1961*. Dissertação. (PPG – História Social/USP), 2013.

EDWARDS, G. *O tratamento do alcoolismo*. São Paulo: Artmed, 1995

ELIA, L. *O conceito de sujeito*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010

ESCOHOTADO, A. *A História de las drogas*. Madrid: Alianza Editorial, 1994

_____. *Las drogas: de los Orígenes a La prohibición*. Madrid: Alianza Editorial, 1994.

FENICHEL, O. *Teoria psicanalítica das neuroses*. São Paulo: Atheneu, 1981. (Originalmente publicado em 1945).

FREUD, S. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: FREUD, Sigmund. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 2006, v. VII. (Originalmente publicado em 1905).

_____. Totem e Tabu. In: FREUD, Sigmund. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 2006, v. XIII. (Originalmente publicado em 1914)

_____. O futuro de uma ilusão. In: FREUD, Sigmund. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 2006, v. XXI. (Originalmente publicado em 1927).

_____. Moisés e o Monoteísmo. In: FREUD, Sigmund. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 2006, v. XXIII. (Originalmente publicado em 1939).

FOUCAULT, M. *O poder psiquiátrico: curso dado no Collège de France (1973-1974)*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

GARCIA, E. L. E agora Psicanálise? Como responder ao imediatismo e à metodologia privilegiada pelas universidades? *Barbarói*, Santa Cruz do Sul, n.14, p.101-112, jan/jul., 2001.

GARCIA-ROZA, L.A. *Introdução à metapsicologia freudiana*. 3ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

GREEN, A. *O desligamento: psicanálise, antropologia e literatura*. Rio de Janeiro: Imago, 1994.

GURFINKEL, D. *Adições: paixão e vício*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

HEINRICH, C. – *Magic Mushrooms in Religion & Alchemy*. Vermont: Inner Traditions / Bear & Co. 2002.

HILLMAN, D. C. A. - *The Chemical Muse: Drug Use and the Roots of Western Civilization Hardcover*. New York: Thomas Dunne Books, 2008

HICKIE, I. & ROGERS, N. *The Lancet*. Vol 378. Elsevier Inc. 2011.

HUTTON, R. The early Arthur: history and myth. In: ARCHIBALD, E; PUTTER, A. *The Cambridge Companion to the Arthurian Legend*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009. p. 21-35.

INABA, B. S.; COHEN, W. *Drogas: estimulantes, depressores, alucinógenos, efeitos físicos e mentais das drogas psicoativas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

KAPLAN, H. I.; SADOCK, B. J.; GREBB, J. A. *Compêndio de psiquiatria: Ciências do Comportamento e Psiquiatria Clínica*. Porto Alegre: Artmed, 1997.

LACAN, J. *O seminário. Livro 17: o avesso da psicanálise* (A. Roitman, Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992. (Original publicado em 1970).

_____. *Du discours psychanalytique*. Conférence à l'université de Milan. Recuperado em 17 de agosto de 2009 em <http://pagespersoorange.fr/espace.freud/topos/psycha/psysem/italie.htm> (1972).

_____. *Televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. (Original publicado em 1974).

LAMBDIN, L. C.; LAMBDIN, R. T. *Camelot in the Nineteenth Century: Arthurian Characters in the Poems of Tennyson, Arnold, Morris, and Swinburne*. Londres: Greenwood Press, 2000.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J.-B *Vocabulário da Psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

LASCH, C. *A cultura do Narcisismo: a vida americana numa Era de esperanças em declínio*. Rio de Janeiro: Imago, 1983.

MALORY, T. O Rei Artur e os cavaleiros da Távola Redonda. Adaptação em português de Ana Maria Machado. São Paulo: Scipione, 1997. (Conto original publicado em 1939).

MARX, K. *O Capital*. Vol. 2. 3ª edição, São Paulo, Nova Cultural, 1988. (Originalmente publicado em 1858).

McALEER, J. *Britain's Maritime Empire: Southern Africa, the South Atlantic and the Indian Ocean, 1763–1820*. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.

McDOUGALL, J. *As múltiplas faces de Eros*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MEITES, J. et al, *Life Sciences*, Vol . 24, p. 1325-1336 Printed in the U.S.A. Pergamon Press, 1979.

OLIVENSTEIN, C. *O destino do toxicômano*. São Paulo: Artmed, 1985.

_____. Uma interrogação sobre dependência. In: *Drogas e pós modernidade: prazer, sofrimento, tabu*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2003. V. 1.

OMS. *Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde*. 10º Revisão, Vol. 2. São Paulo: USP, 1994.

_____. *Relatório Sobre a Saúde do Mundo 2001*. Saúde mental: nova concepção, nova esperança. 2001

PILORT, G. *Psicanálise das adicções*. São Paulo: Ideias e Letras, 2014.

PLATÃO. *Timeu*. Belém: Editora da UFPA; 1977.

POSTIGO, V. M. C. (2006, agosto) *A paixão na adicção: um estudo sobre passividade pulsional e violência psíquica*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

POULICHET, S. L. in KAUFMANN, P. (Ed.) *Dicionário enciclopédico de psicanálise: o legado de Freud e Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

PRATTA, E. M. M., SANTOS, M. A. *Psicologia: Teoria e Pesquisa* Abr-Jun 2009, Vol. 25 n. 2, pp. 203-211.

PUTTER, A. The twelfth-century Arthur. In: ARCHIBALD, E; PUTTER, A. *The Cambridge Companion to the Arthurian Legend*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009. p. 36-52.

QUINET, A. *Psicose e laço social – esquizofrenia, paranóia e melancolia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

RANK, O. O mito do nascimento do herói: uma interpretação psicológica dos mitos. São Paulo: Cienbook, 2015. (Originalmente publicado em 1922)

RUCK, C. A. P. *Mushrooms, Myth & Mithras: The Drug Cult that Civilized Europe*. San Francisco: City Lights Publishers, 2011.

RUSSO, J., & VENANCIO, A. T. Classificando pessoas e suas perturbações: a “revolução terminológica” do DSM III. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 9(3), 460-485, (2006).

SAFATLE, V. Sexo, simulacro e políticas da paródia. *Revista do Departamento de Psicologia - UFF*, v. 18 - n. 1, p. 39-56, Jan./Jun. 2006.

SANTIAGO, J. *A droga do toxicômano*. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

SOUZA, A. – *A PSICANÁLISE DE HOJE – o cansaço do sexo*. Disponível em: <http://pepsic.bvs-psi.org.br/pdf/cogito/v8/v8a07.pdf> acesso em 6 de outubro de 2007.

TAYLOR, J. H. M. The thirteenth-century Arthur. In: ARCHIBALD, E. PUTTER, A. *The Cambridge Companion to the Arthurian Legend*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009. p. 53-68..

TEIXEIRA, M. R. *Vicissitudes do objeto*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

TOSCANO Jr., A. (2001). Um breve histórico sobre o uso de drogas. Em S. Seibel & A. Toscano Jr. (Eds.). *Dependência de drogas* (p. 7-23). São Paulo: Atheneu.

VOLKOW, N. *Trends in Cognitive Sciences*, Vol. 15, Elsevier Inc. 2011.

_____. & MORALES, M. *Cell* 162, Elsevier Inc. 2015.

ZUARDI, A. W. History of cannabis as a medicine: a review. *Revista Brasileira de Psiquiatria*. V.28, n.2, p.153-157, 2006.